

# CMIRELATÓRIO

## Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique

Inge Tvedten  
Margarida Paulo  
Georgina Montserrat

**Tradução do Relatório R 2008: 13**

...the ...

# Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique

Inge Tvedten (CMI)  
Margarida Paulo (UEM)  
Georgina Montserrat (AustralCowi)

**Tradução do Relatório R 2008:13**

### **Relatórios CMI**

Esta série pode ser encomendada a:

Chr. Michelsen Institute

P.O. Box 6033 Postterminalen,

N-5892 Bergen, Norway

Tel: + 47 55 57 40 00

Fax: + 47 55 57 41 66

E-mail: [cmi@cmi.no](mailto:cmi@cmi.no)

[www.cmi.no](http://www.cmi.no)

Preço: NOK 90

Versão impressa: ISBN 978-82-8062-337-9

Versão electrónica: ISBN 978-82-8062-338-6

Este relatório está também disponível em:

[www.cmi.no/publications](http://www.cmi.no/publications)

### **Termos indexados**

Política de género

Mulheres

Pobreza

África Austral

Moçambique

### **Número do projecto**

27038

### **Título do projecto**

Feminização da pobreza em Moçambique

# Índice

<b>ACRÓNIMOS.....</b>	<b>IV</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 BASE LÓGICA DO ESTUDO.....	4
1.2 METODOLOGIA.....	6
1.3 PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES.....	7
1.4 PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES.....	8
<b>2. GÉNERO E POBREZA EM MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>9</b>
2.1 PESQUISA INTERNACIONAL.....	9
2.2 GÉNERO E POBREZA NA ÁFRICA AUSTRAL.....	10
2.3 GÉNERO E POBREZA EM MOÇAMBIQUE.....	13
2.4 RESUMO.....	31
<b>3. POLÍTICAS DE GÉNERO E ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>33</b>
3.1 HISTÓRIA RESUMIDA DA GOVERNAÇÃO E GÉNERO.....	33
3.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	34
3.3 ENQUADRAMENTO LEGAL.....	38
3.4 INTERVENÇÕES NO DESENVOLVIMENTO.....	39
3.5 INTERVENÇÕES DOS DOADORES E DA SOCIEDADE CIVIL.....	45
3.6 RESUMO.....	48
<b>4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>50</b>
4.1 CONCLUSÕES.....	50
4.2 RECOMENDAÇÕES.....	51
<b>APÊNDICE 1. TERMOS DE REFERÊNCIA.....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE 2. PESSOAS ENTREVISTADAS.....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE 3. QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>60</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>63</b>

## Acrónimos

ASDI –	Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional
BdPES –	Balço do Plano Económico e Social
CFJJ –	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
CIDA –	Agência Canadana para o Desenvolvimento Internacional
CNAM –	Comité Nacional para o Avanço da Mulher
CAD –	Comité de Assistência ao Desenvolvimento
DF –	Separação das Mulheres
DNM –	Direcção Nacional da Mulher
ECOSOC –	Conselho Económico e Social das Nações Unidas
FDC –	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
FRELIMO –	Frente de Libertação de Moçambique
FUNUAP –	Fundo das Nações Unidas para a População
GCG –	Grupo de Coordenação do Género
IDG –	Índice do Desenvolvimento do Género
PFG –	Ponto Focal do Género
GO –	Grupo Operacional
GOAM –	Grupo Operacional para o Avanço da Mulher
GdM –	Governo de Moçambique
UG –	Unidade de Género
LOLE –	Lei dos Órgãos Locais do Estado
M&A –	Monitoria & Avaliação
MAE –	Ministério da Administração Estatal
MCAS –	Ministério de Coordenação da Acção Social
ODM –	Objectivos de Desenvolvimento do Milénium
MEC –	Ministério da Educação e Cultura
MF –	Ministério das Finanças
MINAG –	Ministério da Agricultura
MINJD –	Ministério da Juventude e Desportos
MINT –	Ministério do Interior
MISAU –	Ministério da Saúde
MMAS –	Ministério da Mulher e da Acção Social
MOPH –	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MPD –	Ministério do Plano e Desenvolvimento
CFMP –	Cenário Fiscal de Médio Prazo
ONG –	Organização Não Governamental
OCDE –	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMM –	Organização da Mulher Moçambicana
PARPA –	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PES –	Plano Económico e Social
PGEI –	Política de Género e Estratégia de Implementação
PNAM –	Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher
OP –	Observatório da Pobreza
SADC –	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
OE –	Orçamento do Estado
UNIFEM –	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
WLSA -	Fundo para a Educação e Pesquisa sobre Mulher e Lei na África Austral

# 1. Introdução

A igualdade de género e o empoderamento das mulheres têm desde há muito feito parte da agenda internacional do desenvolvimento, e mais ainda desde a Conferência de Beijing em 1995 e da apresentação da noção de “integração do género” (UN/DAW 2008). A questão penetrou também nas políticas nacionais de desenvolvimento, tornando-se parte integrante da maioria dos planos de desenvolvimento e estratégias de redução da pobreza como uma ‘questão transversal’ – afectando ostensivamente as políticas e intervenções em todas as áreas do desenvolvimento nacional. Moçambique não é uma excepção neste quadro: para o Governo de Moçambique, alcançar a igualdade de género é um objectivo principal da sua Estratégia de Redução da Pobreza (PARPA II), reconhecendo especificamente que o empoderamento das mulheres constitui um factor decisivo nos esforços para a erradicação da pobreza (GdM 2005).

Mais especificamente, a Estratégia de Redução da Pobreza dá prioridade às acções abaixo, que são desenhadas para promover a ‘igualdade de oportunidade entre mulheres e homens e empoderar as mulheres’ (GdM 2005:58):

1. Aprovação e implementação de uma política de género e estratégias com ela relacionadas, incluindo a institucionalização de unidades de género em todos os sectores aos níveis de governação central e provincial.
2. Integração da perspectiva de género nas políticas nacionais de desenvolvimento, programas e projectos.
3. Revisão de toda a legislação que seja discriminatória para a mulher, particularmente a que se refere à violência doméstica.
4. Expansão dos serviços de extensão agrícola [para mulheres] para melhor apoiar a transferência de tecnologias, particularmente nas áreas rurais.
5. Integração da mulher nas estratégias para o desenvolvimento de empresas de pequena e média escala, incluindo o acesso a crédito adequado.
6. Identificação de falhas na recolha e análise de dados que estejam separados por sexo, com o fim de desenhar e iniciar a implementação de uma estratégia visando preencher essas falhas.
7. Promoção do equilíbrio de género em posições de liderança, encorajando o reforço da competência das mulheres em tais posições.
8. Implementação de acções tendentes a reduzir a prevalência do HIV/SIDA entre as mulheres e raparigas, incluindo a promoção do papel dos homens neste contexto.
9. Intensificação dos esforços para reduzir as disparidades de género no ensino básico, de nível médio e superior.
10. Melhoramento da cobertura dos serviços de abastecimento de água e saneamento nas zonas rurais, de forma que as mulheres e raparigas não precisem de se deslocar tão longe para recolherem água.

Ao mesmo tempo, algumas das avaliações críticas das políticas de género na cooperação para o desenvolvimento foram recentemente levadas a cabo (ver e.g. Mikkelsen 2002; Garrett 2003; Aasen 2005; UNFPA 2006; Jensen 2006; Fórum da Mulher 2007) – tendo quase todas concluído que as implicações concretas destas políticas no terreno têm sido mínimas. Nem os governos nacionais nem os doadores conseguiram fazer a transição das declarações de política e enquadramentos legais para um progresso significativo no que respeita à igualdade de género e empoderamento das mulheres. As mulheres continuam a ter menos influência política e a ser mais pobres do que os homens e, não obstante os avanços em sectores sociais como educação e saúde, estão ainda bastante atrás dos homens em praticamente todas as áreas. Em algumas questões, como a taxa de infecção pelo HIV-SIDA, a situação das mulheres está até a deteriorar-se comparativamente à dos homens.

Mais uma vez, Moçambique não é excepção: dados quantitativos disponíveis mostram que as mulheres geralmente têm responsabilidades domésticas mais pesadas dentro do agregado familiar, emprego inferior e rendimento mais baixo, menos acesso à terra e menor produção agrícola, e níveis mais baixos de educação e saúde do que os homens. A violência doméstica, com ramificações práticas e simbólicas significativas, constitui um sério problema no país. E a proporção de agregados familiares chefiados por mulheres – vulgarmente usada como um indicador padrão da feminização da pobreza – está a subir e representa uma percentagem crescente das secções mais pobres da população. Os dados sócio-económicos mais importantes sobre a posição dos homens e mulheres na sociedade Moçambicana estão descritos na Tabela 1 abaixo.

**Tabela 1:** *Dados Sócio-Económicos Mais Importantes sobre a Posição das Mulheres em Moçambique (em percentagem)*

<b>Item</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Representantes no Parlamento	64,4	35,6
Emprego formal	19,0	3,9
Proporção na agricultura	67,5	89,3
Taxa de alfabetização de adultos	67,0	37,5
Frequência líquida da escola primária	62,7	56,7
Esperança de vida à nascença (anos)	44,8	48,6
Proporção afectada pelo HIV-SIDA*	42,0	58,0
<b>Item</b>	<b>Agregados familiares chefiados por homens</b>	<b>Agregados familiares chefiados por mulheres</b>
Proporção total	73,6	26,4
Contagem de pobreza	51,9	62,5

Fontes: INE 2004; MISAU 2005; Banco Mundial 2007 \* Taxa total de infecção por HIV-SIDA 16,1%.

Dito isto, há uma curiosa incongruência entre, por um lado, as frequentemente amplas e extensas declarações sobre a desigualdade de género e, por outro lado, a grande variação e complexidade na vida dos homens e mulheres reais. Em Moçambique, os desafios e perspectivas da igualdade e empoderamento variam grandemente, desde as mais de 30% de todas as mulheres que vivem em agregados familiares polígamos ao número crescente de agregados familiares em melhor situação chefiados por mulheres; desde as camponesas pobres no norte grandemente rural e matrilinear às mulheres comerciantes no sul urbano e patrilinear; desde as jovens raparigas crescendo num ambiente seguro com acesso à educação e perspectivas de emprego às mães jovens sem acesso à educação e a relações sociais chave, cujas perspectivas estão limitadas mesmo antes de a vida adulta ter começado. Embora tais diferenças estejam frequentemente escondidas em declarações gerais de política e estatísticas nacionais, é absolutamente essencial a compreensão destas complexidades para o desenho de políticas e intervenções relevantes para a melhoria da condição da mulher em Moçambique.

Para este estudo, foi realizada uma breve pesquisa entre 22 instituições de desenvolvimento ao nível central, nacionais e internacionais, que trabalham em questões de género em Moçambique (Anexo 2). Dela se concluiu que, embora haja uma ampla concordância de que houve algum progresso nos últimos anos, muito está ainda por fazer. As áreas consideradas mais importantes para a intervenção nas questões da igualdade de género e empoderamento da mulher são as da participação económica, educação, violência doméstica e participação política (Tabela 2).

**Tabela 2.** *Percepção dos Constrangimentos à Melhoria da Igualdade de Género em Moçambique (Em percentagem)*

Área de actividade	Percentagem
Participação económica	55
Educação	23
Violência doméstica	14
Participação política	5
Outras	3

Fonte: Este projecto.

Ao mesmo tempo, há um amplo consenso de que o progresso mais significativo verificou-se nas áreas da participação política e da educação, e o menos significativo na participação económica das mulheres e na violência doméstica (Tabela 3). Assim, o desafio está em encontrar formas de traduzir a crescente influência política e conhecimento em progresso real nas áreas em que é mais importante.

**Tabela 3.** *Percepção das Áreas de Progresso para a Mulher Moçambicana nos Últimos Dez Anos (Em percentagem)*

Área de actividade	Progresso maior	Progresso menor
Participação política	55	-
Participação económica	9	41
Saúde reprodutiva	-	9
Educação	32	5
Violência doméstica	-	45
Outras	4	-

Fonte: Este projecto.

Por último, as instituições que foram entrevistadas listam as questões sócio-culturais (i.e. configuração sócio-cultural de Moçambique fortemente patriarcal), a vontade política e a capacidade de implementar políticas como os principais obstáculos que impedem o progresso (Tabela 4). Isto implica que os desafios significativos estão na luta pelo avanço real na posição económica e social das mulheres em Moçambique.

**Tabela 4.** *Percepção dos Constrangimentos para a Igualdade de Género em Moçambique, no Futuro (Em percentagem)*

Tipo de Constrangimento	Percentagem
Questões sócio-culturais	41
Capacidade para implementar políticas	36
Vontade política	23

Fonte: Este projecto.

Um tema central neste estudo é que o progresso na igualdade de género e empoderamento da mulher é necessário não apenas para o avanço dos direitos e posição da mulher *per se*, mas também para que o governo de Moçambique atinja o seu objectivo de redução geral da pobreza. Sem colmatar a diferença de género em termos de níveis e profundidade da pobreza, e sem empoderamento das mulheres nas suas relações sociais com os homens, Moçambique permanecerá um dos países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo.

## 1.1 Base Lógica do Estudo

Este é o primeiro de uma série de três estudos sobre políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique, a realizar no período 2008-2010 (ver Anexo 1).<sup>1</sup> Os estudos combinarão uma avaliação crítica das actuais políticas do governo e dos doadores, com uma avaliação da tese de uma feminização da pobreza no país. As políticas de género são normalmente moldadas por noções de “igualdade de género” e “empoderamento da mulher”, e estabelecidas para apoiar as mulheres através do aumento de oportunidades de emprego, educação, saúde e da melhoria de outras condições sócioeconómicas básicas. A noção de uma “feminização da pobreza” baseia-se na premissa de que as mulheres são mais pobres do que os homens, a incidência de pobreza entre as mulheres está a aumentar em relação à dos homens, e a crescente pobreza entre as mulheres está ligada à feminização da chefia do agregado familiar (Chant 2007).

O nosso ponto de partida neste estudo é que a recente “simplificação” ou “essencialização” das políticas de género, grandemente impulsionadas pelas agendas internacionais, implica o risco de desenhar políticas que não se relacionem com as realidades nacionais económicas e sócio-culturais. As relações de género são essencialmente constituídas socialmente e serão diferentemente percebidas e terão diferentes expressões em diferentes cenários sócio-culturais (Ortner 2006). Adicionalmente, embora as diferenças em condições materiais de rendimento e bens entre homens e mulheres sejam uma parte importante da feminização da pobreza, esta envolve também questões à volta da falta de voz activa e de poder em relação às instituições da sociedade e do estado, vulnerabilidade perante choques adversos e a capacidade de os enfrentar através das relações sociais e instituições legais. Por último, a possibilidade de as mulheres fazerem uso de oportunidades acrescidas e através delas melhorarem as suas vidas depende efectivamente da sua posição no agregado familiar e das suas relações com os homens – tornando necessário compreender estes factores para desenhar políticas e intervenções relevantes.

Para acomodar estas preocupações, nos três estudos basearemos a análise numa combinação de dados quantitativos sobre os constrangimentos estruturais e dados qualitativos sobre as experiências e opiniões reais de homens e mulheres pobres, a fim de melhor compreender as dinâmicas da pobreza e as suas estratégias de sobrevivência. Para um enquadramento analítico geral, olharemos para a noção de Bourdieu (1990, ver também Ortner 2006) que diz que a ordem (ou ‘estrutura’) social e cultural em que as pessoas se encontram tem um poderoso, e mesmo determinante, efeito na acção humana e na forma dos eventos, mas acentua também a intervenção humana e a natureza da vida comum. Há sempre locais disponíveis de prática e perspectiva alternativas, e.g. dentro das configurações hegemónicas sócio-culturais de género, e estes podem tornar-se a base para a resistência e transformação (Ortner 1996). A abordagem de Bourdieu evidencia também as posições económicas e assimetria social como a dimensão mais relevante tanto da estrutura como da acção, o que significa que os pobres e vulneráveis são mais constrangidos e têm uma gama mais limitada de opções alternativas do que os que estão em melhor situação. Deste modo, a pobreza tem por si própria consequências, no sentido em que canaliza perspectivas e actos em direcções que tendem a perpetuar a posição estrutural dos pobres (pobreza ‘crónica’).

Além do mais, em vez da estrutura ou acção assumirem a prioridade para Bourdieu, ele realça a primazia das *relações*. A sociedade, defende ele, não consiste em indivíduos; antes expressa a soma de ligações e relações nas quais as pessoas se encontram a elas próprias. Na mesma linha, as relações de género ao nível de agregados familiares e de indivíduos são afectadas por processos políticos e económicos externos, que reproduzem tipos particulares de posições e papéis ligados ao género que são congruentes com os padrões de poder socialmente estabelecidos (Moore 1994, Ortner 2006). Isto quer dizer que mudanças significativas nas relações de género dependem da

---

<sup>1</sup> O estudo é financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega/NORAD.

transformação estrutural no acesso ao emprego e ao rendimento; controlo sobre os meios de produção e outros bens económicos; e do contexto sócio-cultural em que as relações de género são representadas, como as experiências vividas por homens e mulheres.

Estudos e dados disponíveis fornecem uma base para argumentar que a cultura patriarcal e a ordem social masculinizada existentes são excepcionalmente fortes em Moçambique. Os homens controlam a maioria das posições de poder e influência, tanto a nível nacional como local: eles estão geralmente em melhor situação em termos de emprego e rendimento, bem como de educação e saúde, controlam a terra e outros meios básicos de produção no importante sector agrícola, e para a maioria das mulheres os custos sociais de não viver numa união conjugal com um homem são ainda suficientemente elevados para que a maioria delas evite esta situação. Contudo, mostraremos também que há diferenças na posição de homens e mulheres no norte matrilinear e no sul patrilinear; nas áreas rurais e urbanas; e entre agregados familiares pobres e em melhor situação – e que há exemplos de mulheres que agarram oportunidades resultantes da mudança estrutural e de novos locais de prática alternativa, e.g. através da urbanização e aumento das mercadorias no meio rural.<sup>2</sup>

O actual relatório baseia-se nos dados quantitativos e qualitativos existentes sobre pobreza e género em Moçambique, e em entrevistas com alguns dos parceiros em políticas de género no país (ver o Anexo 3). A seguir a este relatório sobre o “estado da situação”, levaremos a cabo dois projectos de pesquisa que realçarão particularmente as percepções das pessoas ligadas ao género e as relações sociais da pobreza: no primeiro (2009), o foco principal incidirá sobre a posição económica e o papel das mulheres no agregado familiar e na economia informal, e no segundo (2010) daremos uma especial atenção aos agregados familiares chefiados por mulheres, as suas estratégias de sobrevivência e até que ponto estas diferem das de outras mulheres. Os dois estudos serão realizados no distrito de Mossuril na província de Nampula no norte de Moçambique e no distrito de Chokwe na província de Gaza no sul de Moçambique. Estes distritos representam partes do país geralmente usadas para caracterizar diferenças significativas em áreas económicas e sócio-culturais chave, incluindo níveis de pobreza, emprego e rendimento, sistemas familiares e de parentesco e chefia do agregado familiar (UNDP 2001, SARDIC 2005).

As principais questões a colocar na pesquisa são:

**Estudo 1:**

- Quais são as políticas actuais do governo e dos doadores para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em Moçambique?
- Até que ponto há um processo em curso de feminização da pobreza no país?
- Até que ponto a política actual se relaciona com as vidas reais dos homens e mulheres pobres no país?

**Estudo 2:**

- Qual é a extensão e natureza da participação da mulher no abastecimento do agregado familiar e no controlo dos recursos económicos?
- Qual é o seu papel na economia informal?
- Quais são as implicações para a pobreza e bem estar das mulheres?

**Estudo 3:**

- O que caracteriza as estratégias de sobrevivência dos agregados familiares chefiados por mulheres?

---

<sup>2</sup> Há pesquisa antropológica noutros países na região da África Austral (ver e.g. Bank 2001 e Tvedten 2008) que mostra como a mudança estrutural, por exemplo na forma de urbanização e desemprego crescente, ameaçou o papel dos homens como ganha-pão e enfraqueceu a sua posição perante as mulheres – mas há ainda pouca evidência deste aspecto na literatura disponível sobre Moçambique.

- Até que ponto eles diferem dos agregados familiares chefiados por homens, em termos de relações intra- e extra-agregado familiar e alocação de recursos?

## 1.2 Metodologia

De um ponto de vista metodológico, acreditamos que se capta melhor a ligação entre as actuais políticas de género e a pobreza ligada ao género através de uma combinação de dados quantitativos e abordagens participativas e qualitativas, naquilo que é frequentemente chamado ‘pluralismo metodológico’ (Kanbur 2001; Mikkelsen 2005). Os dados quantitativos fornecem informação valiosa sobre mapeamento, perfil e determinantes da pobreza ligada ao género e da desigualdade. E a pesquisa qualitativa participativa, olhando para a organização sócio-cultural ao nível da comunidade e do agregado familiar e para as percepções das pessoas sobre as relações de género, é útil para compreender a dinâmica da pobreza, as estratégias de sobrevivência dos homens e mulheres pobres e os factores de continuidade e mudança nas relações de género.

Existem já muitos dados quantitativos sobre pobreza e bem estar em Moçambique. Muito embora a maioria dos estudos sobre a pobreza não desagregue consistentemente os dados por género, há dados desagregados para questões chave realçadas na Estratégia de Redução da Pobreza (PARPA II) e nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénium (ODMs). As fontes mais importantes de dados sobre pobreza ligada ao género incluem o Censo Nacional da População e Habitação (INE 1997 e disponível em 2009); o Inquérito Nacional aos Agregados Familiares – IAF (INE 1997 e 2004); o Estudo Demográfico e de Saúde nacional (MISAU 2005);<sup>3</sup> bem como algumas análises do Governo de Moçambique baseadas nestes dados (ver e.g. DNPO 2004, Chiconela 2004, Maximiano et al. 2005, Maimuna 2008). Adicionalmente, organizações internacionais têm encomendado diversos estudos, dos quais o ‘Relatório Nacional sobre Desenvolvimento Humano’ (PNUD 2007); a ‘Pobreza da Infância em Moçambique: Uma Análise da Situação e Tendência’ (UNICEF 2006) e ‘Combatendo as Desigualdades: Uma Avaliação Social, da Pobreza e de Género em Moçambique’ (Banco Mundial 2007) são os mais recentes e relevantes.<sup>4</sup>

Há também um relativamente grande número de análises qualitativas das relações de género e da posição da mulher em Moçambique sobre as quais nos debruçaremos. A pesquisa de género em Moçambique tem uma longa e forte tradição. O Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane produziu vários estudos sobre a situação da mulher em Moçambique após a independência em 1975. Muita desta pesquisa é antropológica, centrada na posição da mulher nas comunidades locais e agregados familiares (Casimiro et al. 1996). Na última década, o escritório em Moçambique da WLSA (Mulher e Lei na África Austral) tem sido um importante centro adicional de pesquisa e advocacia. O WLSA tem estado particularmente preocupado com questões legais e violência doméstica (Arthur 2006, 2007). O Ministério do Plano e Desenvolvimento (DNEAP) levou também a cabo uma pesquisa de género, particularmente na área das contribuições da mulher para o desenvolvimento económico (Ibraimo 2006, 2008). Por último, está a haver muita pesquisa independente, por pesquisadores Moçambicanos e estrangeiros (Espling 1999; Costa 2004).<sup>5</sup> Os doadores (com excepção das agências especializadas como a UNFPA e a UNIFEM e doadores sensíveis ao género como a Suécia, Holanda e Canadá) têm sido muito menos activos em

---

<sup>3</sup> Dados sobre género foram recolhidos pelo INE para um MICS nos finais de 2008, mas ainda não foram disponibilizados na data em que escrevemos.

<sup>4</sup> Como voltaremos a referir, o papel da mulher tende a ser subestimado nas estatísticas e.g. devido à sua ‘invisibilidade’ dentro do agregado familiar como a unidade chave de análise e a atenção limitada à economia informal que é vital para as estratégias de sobrevivência das mulheres na área urbana e rural.

<sup>5</sup> Deve ser feita uma menção particular às teses sobre género e desenvolvimento que foram escritas por estudantes da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), incluindo Balate 2001, Lituri 2002, Ribeiro 2003, Tsabete 2004, Ghonamo 2004, Cuambe 2005 e Membawase 2005.

encomendar pesquisa de género, apesar da sua ênfase positiva na integração do género no seu trabalho de desenvolvimento.

Muito poucos, se alguns, dos estudos acima mencionados ligam sistematicamente dados quantitativos nacionais sobre pobreza ligada ao género com dados qualitativos sobre as relações sociais entre homens e mulheres em comunidades e agregados familiares. Um objectivo principal da presente série de estudos é fazer esta ligação, com vista a obter uma imagem mais completa das desigualdades de género e da posição da mulher em Moçambique. Enquanto o presente relatório se baseará nos dados quantitativos e qualitativos existentes, nos dois estudos subsequentes a informação quantitativa ligada ao género será complementada pela nossa própria pesquisa original, feita com o objectivo específico de captar as percepções das pessoas e as relações sociais de desigualdade de género. Isto será feito através de uma combinação de i) entrevistas com parceiros chave aos níveis provincial, distrital e comunitário, ii) um estudo local adaptado focando as relações de género intra- e extra-agregado familiar; e iii) trabalho de campo intensivo usando métodos participativos. Os métodos participativos incluem:

- histogramas (para averiguar a história das relações de género nas comunidades em questão e as suas implicações na pobreza e bem estar);
- classificação da prosperidade (para captar as percepções da comunidade sobre pobreza e bem estar e a relação entre posição sócioeconómica e género);
- diagramas de Venn (para identificar relações sociais e redes usadas respectivamente por homens e mulheres para mitigar a sua pobreza e melhorar as suas vidas);
- análise de forças de impacto (para captar percepções das condições políticas, económicas, sociais e culturais que podem inibir ou acelerar a mudança para uma maior igualdade de género).

### 1.3 Principais Constatações

Moçambique tem uma longa tradição política de enfatizar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, vinda da era Frelimo pós independência. A igualdade de direitos de homens e mulheres está firmemente estabelecida na constituição; Moçambique é um signatário de todos os acordos internacionais relevantes sobre igualdade de género; e o empoderamento da mulher é uma parte integrante da estratégia do país para a redução da pobreza. Todavia, o impacto da política sobre estas questões sofreu de uma ordem sócio-cultural patriarcal fortemente enraizada, fraca implementação dentro das instituições e da política dominante de ‘integração de género’ – que efectivamente pulverizou a responsabilidade e fez das questões de género uma questão ‘transversal’ sem compromisso tanto para o governo como para os doadores. As principais excepções são um forte lobby da sociedade civil, representado em primeiro lugar e principalmente pelo Fórum Mulher, as agências especializadas das NU, UNFPA e UNIFEM, e o Canadá e a Suécia como doadores bilaterais particularmente comprometidos. Para todas as instituições relevantes, o maior desafio é passar agora da política à prática, através de intervenções concretas em questões de igualdade de género e empoderamento da mulher.

Embora haja base para concluir que a pobreza em Moçambique está feminizada, o quadro é complexo – com diferenças importantes na igualdade de género e no empoderamento da mulher em diferentes partes do país, áreas urbanas e rurais, classes sociais e grupos etno-linguísticos. Talvez que a condição mais séria seja a prática espalhada de violência e abuso doméstico, tanto nas suas ramificações práticas como simbólicas. Há também grandes e contínuas discrepâncias entre o acesso de homens e mulheres à terra e produção agrícola, emprego e rendimento, educação, saúde e direitos legais. A grande maioria das mulheres em Moçambique depende ainda da agricultura de subsistência, mas num cenário social crescentemente invadido por mercadorias, como Moçambique,

a importância entre as mulheres da economia informal na geração de rendimento, quer em áreas urbanas quer rurais, está provavelmente subestimada.

Finalizando, há incompatibilidades aparentes entre a aplicação dos princípios universais de igualdade de género e as configurações sócio-culturais em Moçambique – conforme exemplificado pela ilegalização da poligamia na nova Lei da Família, a qual deixa efectivamente 30% das mulheres do país sem protecção legal em questões de família. Por outro lado, muitos dos dados desagregados relacionados com o género não captam adequadamente as *relações* entre homens e mulheres em diferentes contextos sócio-culturais, que são fundamentais para alcançar maior igualdade de género na sociedade altamente patriarcal Moçambicana.

## 1.4 Principais Recomendações

As nossas recomendações baseiam-se na premissa de que é necessário dar uma maior ênfase à igualdade de género e ao empoderamento da mulher – não apenas para satisfazer os compromissos assumidos pelo governo Moçambicano de atingir a igualdade de género *per se*, mas também para ser capaz de cumprir o objectivo de redução da pobreza conforme expresso na sua estratégia de redução da pobreza. As nossas recomendações, que serão mais desenvolvidas no Capítulo 4, centrar-se-ão na i) necessidade de fortalecimento das instituições chave para a igualdade de género; ii) necessidade de passar da política e regulamentação geral para a intervenção orientada que tome em consideração a variação nas relações de género; e iii) importância de seleccionar um número limitado de áreas/intervenções de alta prioridade para ‘servir de exemplo’. Estas áreas/intervenções incluem:

- um empurrão para a aprovação final da Lei sobre Violência Doméstica, que terá fortes implicações tanto práticas como simbólicas;
- a melhoria da posição e papel do Grupo de Coordenação do Género (GCG) que reúne o governo e doadores, como um veículo de coordenação das intervenções sobre género no país;
- uma mudança no foco sobre género no governo, passando de Unidades de Género e Pontos Focais sem comprometimento *de facto* para projectos específicos para a igualdade de género e empoderamento da mulher em ministérios chave;
- a mudança de pequenas alocações isoladas da ajuda bilateral a programas e projectos de género para as agências especializadas das NU, UNFPA e UNIFEM, para facilitar o impacto de coordenação e intensificação;
- intervenções orientadas para aumentar o controlo de recursos pelas mulheres e a produtividade na agricultura, da qual depende a grande maioria das mulheres em Moçambique;
- intervenções orientadas para legalizar e facilitar a participação da mulher na economia informal urbana através do crédito;
- apoio às associações de mulheres na produção, comercialização e protecção social, tanto em áreas rurais como urbanas, na assunção de que as mulheres são mais fortes em grupo do que em relações individuais com homens;
- um foco sobre um conjunto limitado de indicadores chave para a monitoria e avaliação de políticas e intervenções de género, que tome em consideração as variações regionais e necessidades especiais das mulheres muito pobres e mais desamparadas.

## 2. Género e Pobreza em Moçambique

Neste capítulo olharemos mais de perto o actual conhecimento sobre a relação entre género e pobreza em Moçambique, discutindo no próximo capítulo a política e enquadramento legal da igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Um tema recorrente será o problema dos conceitos e análises de género universalizados e simplificados (ou ‘essencializados’), que aumentam o perigo de simplificar políticas que não se adaptam às realidades nacionais económicas e sócio-culturais. Sobrepor noções normativas ‘Ocidentais’ de igualdade de género e empoderamento pode não dar às mulheres nem o auxílio nem os meios de se empoderarem elas próprias.<sup>6</sup> Em particular, a pesquisa feminista muito frequentemente desconsidera a diferenciação nacional e local e coloca muito pouca ênfase nas percepções *emic* das pessoas sobre a posição e papel de homens e mulheres e a natureza das relações entre eles. Esta última é, com certeza, vital para compreender em que se baseiam as estratégias e acções das pessoas.

A noção de uma ‘feminização da pobreza’ é geralmente vista como um fenómeno global e associada a três condições principais (Chant 2007): as mulheres são mais pobres do que os homens; a incidência da pobreza entre as mulheres está a aumentar, ao longo do tempo, em relação aos homens; e a crescente pobreza entre as mulheres está ligada à feminização da chefia dos agregados familiares. Como veremos abaixo, embora isto seja geralmente aplicável e verdadeiro também em Moçambique, as características e expressões mais específicas variam conforme o espaço geográfico, classe e etnicidade. Além disso, a noção de uma feminização da pobreza tem sido amplamente avaliada em termos económicos, ignorando os avanços básicos na análise da pobreza e de género como conceitos multidimensionais, os quais envolvem condições sócio-culturais como o poder de tomar decisões, direitos legais, vulnerabilidade à violência e respeito e dignidade (próprios) (Whitehead et al.).

Os dados sócioeconómicos existentes que apresentaremos abaixo mostram que há uma profunda desigualdade de género em Moçambique e que, por isso, há uma base para o enfoque na igualdade de género e empoderamento das mulheres no país. Estas diferenças são também de tal natureza que comprometem seriamente as opções de Moçambique para redução da pobreza numa base alargada como preconizado na sua estratégia de redução da pobreza, o PARPA. As mulheres representam as secções mais pobres da população (INE 2004, Banco Mundial 2007), e desempenham um papel chave no bem estar das crianças e outras pessoas vulneráveis. Para serem eficazes, as políticas para a igualdade de género e empoderamento da mulher têm de ser consolidadas através de instituições políticas e organizações de ajuda mais fortes e mais coerentes, e também tomar em consideração as variações nas relações de género e a situação das mulheres no país.

### 2.1 Pesquisa Internacional

A recente pesquisa internacional sobre género mostra que países em desenvolvimento com elevados níveis de igualdade de género tendem a ter taxas de pobreza mais baixas; que uma elevada igualdade de género em áreas como educação e acesso ao emprego reduz a probabilidade dos agregados familiares serem pobres; e que a participação da força laboral feminina desempenha um papel chave amortecendo nos agregados familiares o impacto dos choques macro-económicos e mantendo-os fora da pobreza (Morrison et al. 2007). Ao mesmo tempo, a pesquisa internacional revela níveis de pobreza geralmente altos entre as mulheres e agregados familiares chefiados por mulheres, bem como um processo dinâmico de feminização da pobreza. Os níveis reais de pobreza entre mulheres de agregados familiares chefiados por homens são provavelmente ainda mais elevados do que indicam as pesquisas

---

<sup>6</sup> O movimento feminista tem sido frequentemente separado em três ondas (Rosário 2008). A primeira está associada ao movimento sufragista nos fins do século XIX e princípios do século XX e preocupou-se com os obstáculos legais à igualdade, como o direito de voto das mulheres. A segunda refere-se aproximadamente ao período entre os anos 1960 e 1970, quando as feministas se preocuparam com as desigualdades na esfera privada. A terceira diz respeito ao etnocentrismo e à percepção do fracasso da segunda onda, para tomar em consideração as vidas das mulheres no mundo em desenvolvimento.

quantitativas, já que estas tendem a ignorar desigualdades e alocações injustas de recursos dentro do agregado familiar. E, finalmente, parece haver uma forte evidência de que as mulheres, em média, não apenas ganham menos do que os homens, como também trabalham mais horas e têm uma cada vez mais pesada responsabilidade pelo abastecimento do agregado familiar (Chant 2007).

Tem havido, de facto, um foco crescente sobre aquilo a que Chant (2007) chamou uma ‘feminização de responsabilidade e/ou obrigação’: primeiro, isto diz respeito às crescentes disparidades de género na variedade e quantidade de trabalho investido nos meios de subsistência do agregado familiar. Enquanto um crescente número de mulheres pobres de todas as idades trabalha fora de casa, continuando a executar o grosso do trabalho e cuidados domésticos não pagos, os homens não estão a aumentar a sua participação nesses trabalhos, apesar do declínio do seu papel como único ou principal ganhador de rendimentos no agregado familiar. Segundo, há disparidades persistentes e/ou crescentes nas capacidades de mulheres e homens para negociarem obrigações e direitos ligados ao género nos agregados familiares. Independentemente dos seus esforços em declínio, muitos homens continuam a reter os seus ganhos – para financiarem actividades extra domésticas e fundamentalmente viradas para si, como despendar tempo com outros homens, bebida ou sexo extra conjugal. Terceiro, parece haver uma crescente desarticulação entre investimentos/responsabilidades e recompensas/direitos. Enquanto o ónus de lidar com a pobreza se torna progressivamente feminizado, não há aumento óbvio dos direitos e recompensas das mulheres, e.g. na forma de benefícios como mais despesa pessoal por comparação com a despesa colectiva, ou licença para perseguir objectivos que podem ser interpretados como individualistas.

A crescente proporção de agregados familiares chefiados por mulheres no mundo em desenvolvimento é habitualmente vista como um sinal de pobreza e vulnerabilidade, com mães solteiras, divorciadas e viúvas a serem forçadas a estabelecer as suas próprias unidades familiares (Chant 2003), mas há também pesquisa recente que mostra que o estabelecimento de tais agregados familiares pode ser ‘voluntário’ e reflectir uma crescente falta de vontade de algumas mulheres em continuar a viver em situações em que se sentem sem poder e vulneráveis nas suas relações com os homens (Kabeer 2007). Em linha com a percepção anterior, as chefias femininas de agregados familiares podem ser vistas como casos extremos de mulheres sofrendo de pobreza, desigualdade e falta de poder com poucas opções para além de proverem à sua própria subsistência e à dos seus dependentes, num contexto de discriminação de género da sociedade no seu conjunto. Na linha do anterior, os agregados familiares chefiados por mulheres podem ser vistos como aquilo a que Kabeer (2007) chamou ‘pioneiros de novas possibilidades sociais para as mulheres’ – ou ‘espaços de possibilidade’ – nos quais há a oportunidade de distribuir mais equitativamente os recursos e tarefas do agregado familiar e a educação, saúde, segurança alimentar e outros factores que contribuem para o bem estar geral dos agregados familiares chefiados por mulheres.

## 2.2 Género e Pobreza na África Austral

Passando um olhar mais específico pelas relações de género na África Austral e em Moçambique, parece que estas têm passado por transições significativas nas últimas décadas (Geisler 2004). Uma alteração importante teve lugar com a mudança de sociedades predominantemente rurais, baseadas na autoridade patriarcal tradicional, na família alargada e na produção agrícola, para a economia política colonial baseada na migração do trabalho masculino para as cidades e zonas mineiras. Isto efectivamente dividiu os agregados familiares, tornando-os dependentes de uma combinação de rendimento em dinheiro e produção agrícola tradicional, onde as mulheres eram forçadas a desempenhar um papel cada vez mais importante na agricultura. O apartheid na África do Sul e a política da terra de origem tornaram-se o epítome deste desenvolvimento, embora menos desenvolvido em economias predominantemente rurais como o Malawi e a Tanzânia. Em Moçambique, desenvolveram-se diferenças significativas entre o sul do país, que se tornou parte integrante da economia mineira Sul Africana a partir do princípio dos anos 1900, e o norte do país que permaneceu predominantemente rural e agrícola (Isaacman e Isaacman 1983).

As relações de género foram depois afectadas pela crescente modernização<sup>7</sup> e urbanização que sucederam ao fim do colonialismo e do controlo da migração. A África Austral tornou-se a sub-região mais urbanizada do continente, com quase 45% da população a viver em pequenas e grandes cidades (UN-Habitat 2007), levando para as cidades centenas de milhares de mulheres, homens e crianças ostensivamente à procura de uma vida melhor. A maioria destes acabou em bairros da lata afectados pela pobreza. Com o aumento do desemprego urbano a seguir às políticas de ajustamento estrutural dos anos 1980 e 1990 e a concomitante importância acrescida das actividades económicas informais, alterou-se a importância relativa de homens e mulheres para o abastecimento familiar. Em muitas áreas rurais, a produção agrícola sofreu com as formas tradicionais de produção, baixos preços da produção agrícola e escassez de mão de obra masculina – tornando as mulheres crescentemente dependentes de angariarem o seu próprio rendimento, tanto nas áreas rurais como urbanas. De novo, a África do Sul e o Malawi representam casos extremos, com taxas de urbanização de 59% e 17% respectivamente. Também neste caso, Moçambique representa uma posição intermédia: a taxa de urbanização é de 28%; as áreas urbanas no norte conservam a sua relação estreita com as áreas rurais que as rodeiam (40% dos agregados familiares urbanos estão ainda ligados à agricultura); e a pobreza urbana está concentrada no sul, com a capital Maputo a constituir o único local que viu um aumento da pobreza durante os últimos anos (Paulo et al. 2007).

Uma expressão destas relações em mudança é a alta prevalência de agregados familiares chefiados por mulheres nos países vizinhos de Moçambique, variando entre 42% na África do Sul e 23% na Zâmbia. (ver a Tabela 5).<sup>8</sup> Dados comparativos sobre os factores por trás deste desenvolvimento são escassos (Chant 2003), mas há sinais de desenvolvimentos aparentemente contraditórios: entre os pobres, as uniões conjugais formais estão a tornar-se mais raras, e, com o aumento de desemprego e baixo rendimento entre os homens, parece haver um desenvolvimento no sentido de uma maior proporção de agregados familiares chefiados *de facto* por mulheres. Entre os agregados familiares em melhor situação há um aparente aumento da ênfase nas formalidades do casamento e uma consolidação das relações de género e.g. através de um pagamento pela noiva. Ao mesmo tempo, a ‘crise de virilidade’ emergente (Morrell 2001) parece ter contribuído para níveis elevados de violência doméstica e um grande número de relações extra conjugais – outra razão porque muitas mulheres acham que não vale a pena entrar em uniões formais com homens. Também aqui, Moçambique representa uma posição intermédia. Embora a proporção geral de agregados familiares chefiados por mulheres seja relativamente baixa (26,4%), ela varia entre 54% na província do sul, Gaza, e apenas 21% nas duas mais populosas províncias do norte, Nampula e Zambézia. Os dados qualitativos indicam que a posição e o papel dos homens ainda inibe as mulheres que não são divorciadas ou viúvas de estabelecerem os seus próprios agregados familiares por elas chefiados (ver abaixo).

**Tabela 5.** *Proporção de Agregados Familiares chefiados por mulheres em Moçambique e nos Países Vizinhos*

País	Proporção de AFCPM
Moçambique	26
Tanzania	25
Malawi	27
Zâmbia	23
Zimbabwe	33
África do Sul	42
Suazilândia	26

*Fonte:* Diversas fontes nacionais (não há avaliações comparativas disponíveis sobre as proporções de agregados familiares chefiados por mulheres em nenhuma fonte estatística relevante, como as NU e o Banco Mundial).

<sup>7</sup> Aqui definida como ‘imagens e instituições associadas ao progresso e desenvolvimento de estilo Ocidental num mundo contemporâneo’ (Knauff 2002).

<sup>8</sup> As mais altas proporções de agregados familiares chefiados por mulheres na África Austral encontram-se no Botswana (52%) e na Namíbia (55%). Estes estão entre as mais ‘modernas’ economias na região e têm as taxas mais elevadas de HIV-SIDA – e podem indicar a direcção dos desenvolvimentos nos outros países.

Olhando para alguns indicadores de desenvolvimento mais específicos, como a esperança de vida à nascença, educação e rendimento, Moçambique é um país pobre em termos gerais e de género, apesar dos avanços ao longo da última década (DNPO 2005, ver também Hanlon 2007). Conforme se vê na Tabela 6, o país tem graus de desenvolvimento humano e de desenvolvimento de género mais baixos do que todos os seis países vizinhos – é o número 172 de 177 países em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o número 150 de 157 países em termos de Índice de Desenvolvimento de Género (IDG).<sup>9</sup> Nenhum outro país da África Austral tem classificação mais baixa. Moçambique tem uma taxa particularmente baixa de alfabetização de adultos, em termos gerais e femininos, embora se aproxime da média em termos de esperança de vida e rendimento estimado. Como será discutido abaixo mais detalhadamente, o nível de educação à data da independência era excepcionalmente baixo em Moçambique, devido à sua ruralidade e às políticas coloniais Portuguesas, e os esforços iniciais pós colonização para elevar o nível da educação em breve foram interrompidos devido à guerra cívil desde o princípio dos anos 1980. Além disso, as práticas sócio culturais, particularmente no norte, inibem as raparigas de participarem em partes iguais nos presentes esforços educacionais. É provável que a esperança de vida mostre tendência a reduzir em Moçambique, devido ao elevado aumento da taxa de prevalência do HIV/SIDA, particularmente entre as mulheres. No que respeita ao rendimento estimado, há incertezas quanto à exactidão do alto nível registado em Moçambique, comparado com as outras economias predominantemente rurais da Tanzânia, Malawi e Zâmbia (ver abaixo).

**Tabela 6.** *Indicadores Chave de Desenvolvimento de Género (ICDG), Moçambique e Países Vizinhos*

País	Classificação entre 177/157		Esperança de vida à nascença		Taxa de alfabetização de adultos		Taxa bruta de Matrículas		Rendimento estimado (PPP)	
	IDH	IDG	M	F	M	F	M	F	M	F
Moçambique	172	150	42,0	43,6	54,8	25,0	58	48	1.378	1.115
Tanzania	159	138	50,0	52,0	77,5	62,2	52	49	863	627
Malawi	164	143	46,0	46,7	74,9	54,0	64	62	771	565
Zâmbia	165	144	40,3	40,6	76,3	59,8	63	58	1.319	725
Zimbabwe	151	130	41,4	40,2	92,7	86,2	54	51	2.585	1.499
África do Sul	121	107	49,5	52,0	84,1	80,9	77	77	15.446	6.927
Suazilândia	141	123	40,4	41,4	80,9	78,3	62	58	7.659	2.187

Fonte: PNUD (2008).

Os dados das NU são de certa forma contraditórios no que respeita ao desenvolvimento dos indicadores de pobreza e de género ao longo do tempo (Tabela 7). Para os nossos fins comparativos, todavia, é significativo que, embora os índices de desenvolvimento humano e de género em Moçambique mostrem sinais de melhoria entre 2002 e 2007, a posição de Moçambique, relativamente a outros países no extremo mais baixo do índice de pobreza, se tenha realmente deteriorado no mesmo período – de 170 para 172 num total de 177 países em termos de desenvolvimento humano, e de 144 para 150 num total de 157 países em termos de desenvolvimento de género. Isto implica que outros países na região estão a progredir mais nestas áreas do que Moçambique, o que levanta questões acerca da relevância e qualidade dos esforços de redução da pobreza em geral e da política e intervenções relativas à igualdade de género projectadas pelo governo e doadores em particular (Hanlon 2007).

<sup>9</sup> O IDG ajusta o IDH para as disparidades de género nos três indicadores principais do Índice de Desenvolvimento Humano: i) 'longevidade' (esperança de vida à nascença feminina e masculina); ii) 'conhecimento' (taxas de alfabetização masculina e feminina, e rácios combinados de matrículas femininas e masculinas no ensino primário, secundário e universitário); e iii) 'padrão de vida decente' (rendimento estimado feminino e masculino).

**Tabela 7.** *Indicadores Chave do Desenvolvimento de Género, Moçambique 2002 e 2007*

Indicador	2002		2007	
	Mascu- lino	Feminino	Mascu- lino	Feminino
Esperança de vida à nascença (anos)	38,4	40,2	42,0	43,6
Taxa de alfabetização de adultos (%)	60,1	28,7	54,8	25,0
Taxa bruta de matrícula combinada (%)	26	19	58,0	48,0
Rendimento estimado (USD, PPP)	1.007	705	1.378	1.115
Índice de Desenvolvimento Humano	0,322		0,458	
Posição do Desenvolvimento Humano (em 177)	170		172	
Índice de Desenvolvimento de Género	0,307		0,373	
Posição do Desenvolvimento de Género (em 157)	144		150	

Fonte: PNUD (2002, 2008).

### 2.3 Género e Pobreza em Moçambique

Embora Moçambique seja pobre, em termos gerais e de género, é também um país grande e complexo. Poucos, se alguns, países na África Austral apresentam uma variação tão significativa e consistente nas condições políticas, económicas e sócio-culturais históricas e contemporâneas. O país tem uma extensão total de 3.500 km desde o ponto mais a sul, *Ponta do Ouro*, ao ponto mais a norte, *Cabo Suafo* – levando de facto entre seis a oito dias para o atravessar usando transportes públicos. O grande número de diferentes grupos etno-linguísticos mostra variações consideráveis na organização sócioeconómica e percepções e práticas culturais. Há diferenças significativas na pobreza e bem estar entre as regiões norte, centro e sul, bem como dentro das províncias e comunidades locais (Chiconela 2004; Simler e Nhate 2005). Em linha com isto, a densa e tensa cidade de Maputo está tão longe, geográfica e mentalmente, das mulheres *Macua* pobres vendedoras de peixe na Ilha de Ibo em Cabo Delgado, como o está a Ilha de Ibo para as mulheres burocratas nas partes mais ricas da capital. Isto necessita de uma palavra inicial de precaução quanto ao significado geral e relevância das identidades ligadas ao género de homens e mulheres, quando comparadas com outros marcadores de identidade como a localização geográfica, classe e etnicidade, e realça também o nosso ponto de vista de que a igualdade e a questão do empoderamento da mulher só podem ser compreendidas no seu contexto relevante.

#### História e Género

Historicamente, as populações agrícolas e matrilineares Bantu no norte de Moçambique, como os *Macuas* e *Lomwe/Chuwabos*, foram influenciadas por ondas de emigrantes e comerciantes Portugueses e Indianos, e pelos colonizadores Portugueses quando finalmente conquistaram uma posição segura na região no fim do século XIX e princípio do século XX (Newitt 1995). Particularmente, as partes interiores da região foram também afectadas pela guerra da independência contra os Portugueses, desde o começo dos anos 1960 até à independência em 1975, e a guerra interna que se seguiu entre a Frelimo e a Renamo entre 1982 e 1994. A parte norte do país é ainda predominantemente rural e matrilinear, com a população Muçulmana vivendo principalmente ao longo da costa e dependendo de uma combinação de agricultura e pesca, enquanto a população do interior é constituída principalmente por agricultores e comerciantes. A região ostenta pequenas e grandes cidades como Pemba na Província de Cabo Delgado, Nampula na Província de Nampula, Quelimane na Província da Zambézia e Lichinga na Província do Niassa, mas estas são predominantemente rurais por natureza com 40% das suas populações dependendo da agricultura como sua principal fonte de receita (INE 2004). Em termos gerais, o norte permanece mais ‘tradicional’ do que o sul e centro do país, em termos de adaptação económica, organização sócio-cultural e, como vamos ver, em termos de relações de género.

Na parte sul do país, os *Tsonga* (ou os sub-grupos *Ronga*, *Tswa* e *Shangana*) predominantemente patrilineares eram originalmente agricultores, donos de gado e pescadores, com os colonizadores Portugueses tendo menos interesse e impacto do que nas partes central e norte do país, principalmente devido à maior pobreza dos solos agrícolas (Newitt 1995). Todavia, a região veio a ser fortemente afectada, desde o início do século XIX, pela sua proximidade da África do Sul e a abertura de uma linha férrea entre Maputo e Johannesburg: uma grande proporção de homens adultos foi trabalhar para as minas da África do Sul, deixando às mulheres e às crianças o cuidado de tratar da produção de alimentos agrícolas e delas próprias, com os homens a marcarem a sua presença através de remessas e visitas ocasionais às suas áreas de origem. Ao mesmo tempo, o sul e a cidade de Maputo tornaram-se o centro económico e político do país, à medida que aumentou o comércio com a África do Sul. Com a independência e a remoção dos controlos de migração, a população de Maputo cresceu consideravelmente, e os homens bem como as mulheres estabeleceram-se nos *bairros* pobres da cidade e arredores. O desenvolvimento económico e a migração no sul conduziram a um grande grau de ‘modernização’ e mudanças nas relações sociais que, como veremos, teve também implicações nas relações de género.

As províncias de Sofala, Tete e Manica, no centro, estão de muitas formas numa posição ‘intermédia’ entre o norte e o sul: a influência histórica sobre os grupos etno-linguísticos *Shona*, grandemente patrilineares – *Sena*, *Teve* e *Ndau* – veio dos migrantes e comerciantes Muçulmanos e Cristãos, e os Portugueses tiveram um impacto muito directo na região centro através do estabelecimento de empresas agrícolas privadas ou *prazos* como parte do controlo colonial. As pessoas nas províncias do centro tinham muitos contactos com o vizinho Zimbabwe e a sua população *Shona*, e chegaram a desenvolver a sua própria identidade política e senso de ‘diversidade’. Após a independência em 1975, a queda das indústrias coloniais atingiu fortemente as províncias do centro e as suas populações, e elas tornaram-se o centro da devastação e brutalidade da guerra entre a Frelimo e a Renamo – ambas contribuindo para que Sofala em particular se tornasse o centro da oposição política no país. As províncias do centro demonstram também que não há uma dicotomia simples e clara entre ‘modernidade’ e ‘tradição’: a tradição do preço da noiva ou *lobolo* é ainda muito importante na região e tem implicações significativas nas relações de género e na posição da mulher.

Comum a todas as partes de Moçambique é, como argumentaremos nas páginas seguintes, uma cultura hegemónica patriarcal ou dominada pelo homem – sendo o resultado combinado de influências históricas e desenvolvimentos políticos e económicos contemporâneos. Historicamente, os detentores do poder político eram todos homens, que governavam regulados independentes.<sup>10</sup> Os conselhos de anciãos eram compostos por chefes de aldeia e sacerdotes de culto que, com as famílias reais, propiciavam os espíritos dos ancestrais e os deuses para que trouxessem chuva e assegurassem um universo ordenado (Isaacman e Isaacman 1983). Em termos de ordem sócio-cultural, a cultura Bantu, tanto no norte matrilinear como no centro e sul patrilineares do país, era também dominada por homens, muito embora os homens mais importantes no norte fossem os parentes pelo lado da mãe (o pai ou o irmão mais velho da mãe). O sistema matrilinear definia as mulheres e as suas crianças como ‘propriedade’ da sua própria família, em oposição ao resto do país onde uma mulher e as suas crianças pertenciam ao seu marido e à família deste – simbólica e praticamente segmentada pelo sistema do preço da noiva ou *lobolo*. Havia mulheres influentes ao nível dos clans, famílias reais e unidades familiares alargadas – mas não tinham qualquer posição formal de poder e influência.

A influência sócio-cultural dos imigrantes Muçulmanos e dos colonizadores Portugueses não alterou de qualquer forma significativa as relações de género em Moçambique: se alguma alteração houve, o domínio masculino era ainda mais pronunciado entre estes grupos da população. Os homens Muçulmanos estavam numa posição de força, em virtude da sua religião, e o direito de ter diversas esposas afirmava a sua posição como chefes de grupos familiares grandes e dependentes. Os colonizadores Portugueses vinham de uma cultura Latina e Mediterrânica predominantemente patrilinear, e estudos mostram que os colonos, que frequentemente tinham um antecedente e uma

---

<sup>10</sup> Em Angola, a outra grande colónia Portuguesa em África, a Rainha Nzinga governou os Ndonga entre 1624 e 1662 e ofereceu grande resistência à expansão Portuguesa (Tvedten 1997).

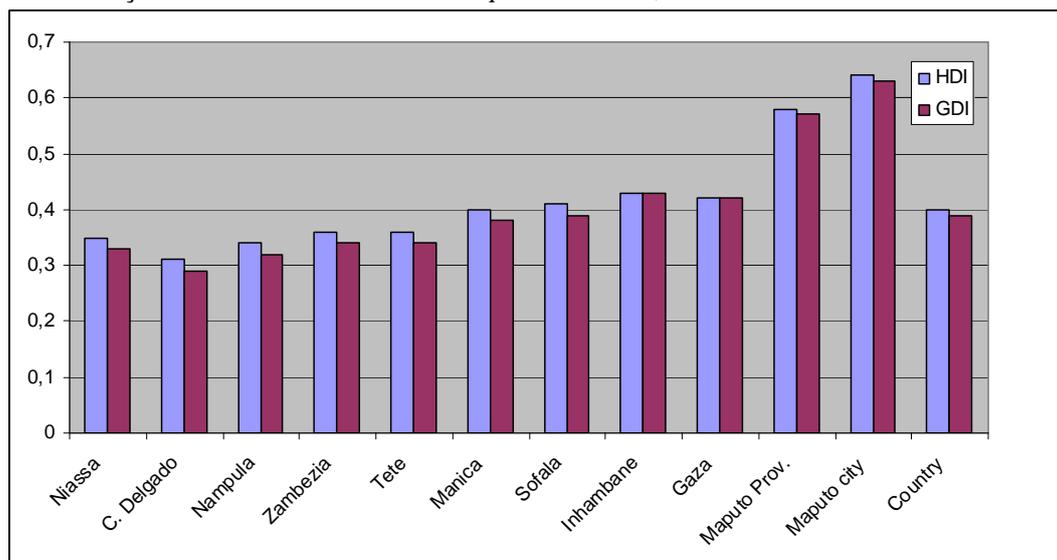
missão militares ou religiosos, tendiam a impulsionar as ‘virtudes’ da supremacia masculina no seu novo contexto Africano (Stoler 1997). Uma excepção interessante são as *donas* na Zambézia, que eram chefes proeminentes e poderosas de *prazos* (propriedades alugadas pela coroa) e os *muzungo* ou famílias Afro-Portuguesas (Newitt 1995).

Após a independência, o governo da Frelimo tinha a sua política explícita de trabalhar para a igualdade de género e o empoderamento da mulher no ‘novo Moçambique’ que queria criar (Abrahamson e Nilsson 1995). *Fez* alguma coisa, particularmente em termos de representação política das mulheres e emprego nas unidades agrícolas do estado, cooperativas e indústria, o que é brilhantemente descrito por Urdang (1989) no seu relato ‘heróis de todos os dias’ de meados dos anos 1980. Contudo, para a grande maioria das mulheres Moçambicanas, as implicações destas políticas na sua vida diária nas suas comunidades e agregados familiares e nas suas relações com os homens eram limitadas. Como voltaremos a referir no Capítulo 3, as decisões políticas da Frelimo relacionadas com a igualdade de género e o empoderamento da mulher nunca pretenderam verdadeiramente mudar as relações básicas de provisionamento e influência ao nível privado e doméstico.

Além disso, a implementação das políticas socialista e de género no domínio público foi abruptamente interrompida pela guerra ‘civil’ de 1984 a 1992, durante a qual morreu mais de um milhão de pessoas e quatro milhões de pessoas foram deslocadas (Nordstrom 1997). A própria guerra separou agregados familiares e forçou relações entre soldados predominantemente do sexo masculino e mulheres e crianças, que sofreram a maioria das atrocidades cometidas. Como voltaremos a referir mais abaixo, a guerra é ainda parte da explicação para o alto nível de violência doméstica em Moçambique e para a grande proporção de agregados familiares chefiados por mulheres em algumas das áreas particularmente afectadas.

A seguir à guerra, a liberalização da economia através do ajustamento estrutural e outras políticas relacionadas teve um impacto mais directo sobre as relações de género do que as políticas socialistas empreendidas a seguir à independência: estudos mostram que as mulheres foram as primeiras a serem despedidas quando o sector público foi reduzido e quando fecharam as indústrias ‘não lucrativas’, e o encerramento das unidades agrícolas do estado, cooperativas e serviços de comercialização agrícola parece ter forçado principalmente as mulheres a regressarem à produção de subsistência (Isaacman e Isaacman 1983). Na actual economia política, onde o rendimento em dinheiro está a tornar-se cada vez mais importante para a sobrevivência e reprodução social, a economia informal tornou-se vital para as mulheres, especialmente nas áreas urbanas, mas a produção de excedentes para venda tornou-se também importante em contextos rurais. Como veremos abaixo, as mulheres das áreas urbanas e do sul parecem estar em melhor posição para explorar estas mudanças estruturais do que as mulheres das áreas rurais e do norte.

Resumindo as implicações das trajectórias históricas acima descritas, em termos de desenvolvimento humano e de género, a Figura 1 abaixo mostra que estas variam entre as dez províncias do país. As quatro províncias com o índice de desenvolvimento humano e de género mais baixo (i.e. Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia) estão todas localizadas no norte. Estas são também as províncias com a maior discrepância entre os indicadores humano e de género, implicando uma situação particularmente difícil para as mulheres comparativamente à dos homens. Na outra ponta da escala, as províncias com o índice de desenvolvimento humano e de género mais elevado (Cidade de Maputo, Província de Maputo, Inhambane e Gaza) estão todas situadas no sul do país. Ao mesmo tempo, duas destas províncias (Inhambane e Gaza) são as únicas sem uma correlação negativa entre os indicadores humano e de género – implicando um desenvolvimento mais equalitário para homens e mulheres. As províncias do centro, Tete, Manica e Sofala, estão em posições intermédias no que se refere ao desenvolvimento humano e de género.

**Figura 1:** *Variação acumulada do IDH e IDG por Província, 2001-2006*

Fonte: Adaptado do PNUD (2007a).

Um tema recorrente nas páginas seguintes é, pois, como as condições económicas e sócio-culturais têm um impacto diferente sobre as relações de género e a posição das mulheres em diferentes partes do país. Em termos gerais, argumentaremos que a cultura ‘tradicional’ tem mais forte influência sobre as mulheres nas províncias do norte, enquanto que as condições económicas são uma determinante mais importante para a situação das mulheres no sul. Em todas as áreas, todavia, os homens têm mais autoridade e poder nas comunidades e dentro das famílias alargadas e agregados familiares do que as mulheres, embora seja ainda escassa a informação sobre a posição mais explícita das mulheres no abastecimento dos agregados familiares e dentro da esfera doméstica.

## Feminização da Pobreza

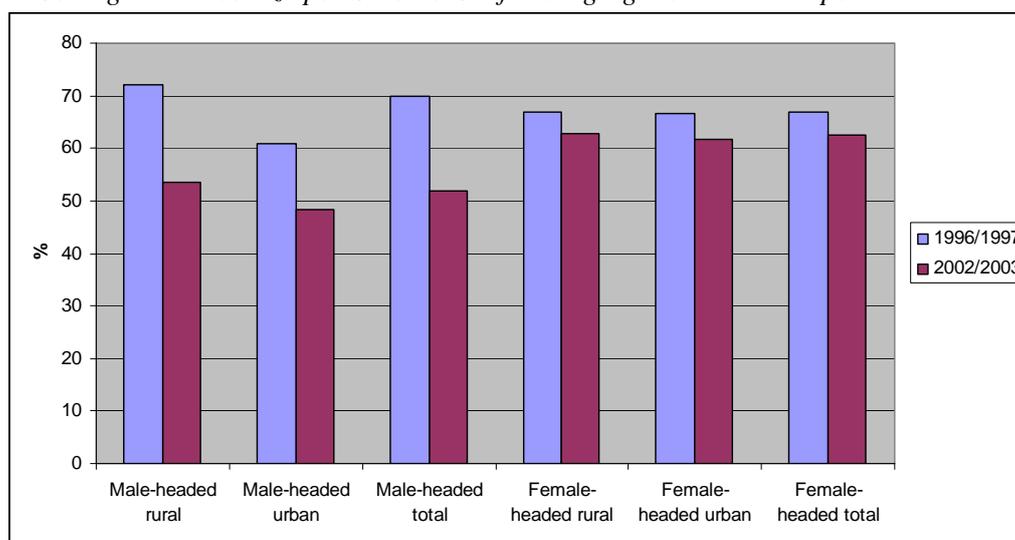
Olhando para as tendências gerais do desenvolvimento humano e de género em Moçambique acima descritas, começaremos pela proporção de agregados familiares chefiados por mulheres – geralmente vista como estando estreitamente relacionada com a pobreza material. A Tabela 8 mostra uma tendência geral de uma feminização da pobreza: Fox et. al (2005) estabelece a proporção de agregados familiares chefiados por mulheres em 21% em 1996/97 e 25% em 2002/03, e mostra que a proporção de agregados familiares chefiados por mulheres aumentou no quintil mais pobre (de 19% para 24%) bem como no segundo e terceiro quintiles mais pobres (com 1,6% e 1,9% respectivamente), mas desceu nos dois melhores quintiles (com 4,1% e 3,9%). Estes dados indicam que pode haver duas tendências paralelas na correspondência entre pobreza, bem estar e a existência de agregados familiares chefiados por mulheres: uma é que os agregados familiares chefiados por mulheres reúnem uma crescente proporção dos pobres, o que é provavelmente o resultado do stress da pobreza; a segunda é que os agregados familiares em melhor situação melhoraram as alternativas para manter o ideal sócio-cultural de ‘agregados familiares completos’ com um marido, mulher e filhos ‘vivendo debaixo do mesmo tecto e comendo da mesma panela’.

**Tabela 8.** *Distribuição da População por Quintiles, segundo o Género do Chefe 1997-2003*

	Quartil				
	1º	2º	3º	4º	5º
<i>Chefe masculino</i>					
1997	20,2	20,1	20,3	19,5	19,8
2003	19,0	19,6	20,0	20,6	20,8
<i>Chefe feminino</i>					
1997	19,0	19,6	18,2	22,2	20,7
2003	23,8	21,2	20,1	18,1	16,8

Fonte: Fox et al. 2005.

A tendência de uma feminização da pobreza é mais adiante substanciada na Figura 2, onde é mostrado o desenvolvimento na contagem de pobreza por sexo do chefe do agregado familiar. Antes de mais, a contagem de pobreza entre os agregados familiares chefiados por mulheres é mais elevada (62,5%) do que entre os agregados familiares chefiados por homens (51,9%). Além disso, enquanto os agregados familiares rurais chefiados por homens são significativamente mais pobres do que os agregados familiares urbanos chefiados por homens, o mesmo não acontece com os agregados familiares chefiados por mulheres: entre estes, a diferença entre agregados familiares urbanos e rurais é muito mais pequena. Igualmente significativo é o facto de a redução da pobreza entre 1996/97 e 2002/03 ser muito mais alta entre agregados familiares chefiados por homens do que por mulheres. Globalmente, a contagem de pobreza baixou de 69,9% para 51,9% ou seja 19 pontos percentuais entre os primeiros, enquanto apenas baixou 4,3 pontos percentuais entre o último, de 66,8% para 62,5%.

**Figura 2.** *Contagem de Pobreza por Sexo do Chefe do Agregado Familiar e por Área Rural e Urbana*

Fonte: Adotado do UNICEF 2005.

Assim, os dados existentes sobre pobreza apontam todos na direcção de uma situação mais difícil e em deterioração para os agregados familiares chefiados por mulheres. A tendência de uma feminização da pobreza constata-se nas percepções de mudança dos agregados familiares chefiados por homens e por mulheres respectivamente. Como se vê na Tabela 9, uma proporção consideravelmente mais alta de agregados familiares chefiados por mulheres do que por homens acredita que a sua situação se tornou pior ao longo dos últimos cinco anos. Ao mesmo tempo, a percepção de condições em deterioração é mais pronunciada entre os agregados familiares rurais chefiados por mulheres do que entre os urbanos, o que pode indicar melhores oportunidades nas áreas urbanas para as chefes dos agregados familiares chefiados por mulheres.

**Tabela 9.** *Percepções de Mudança na Pobreza do Agregado Familiar ao Longo dos Últimos 5 Anos*

	AFCHomens		AFCMulheres	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Melhor	32,2	28,4	13,0	19,2
Pior	37,2	37,3	49,4	38,4
Sem alteração	30,7	34,3	37,7	42,4
Total	100	100	100	100

Fonte: Banco Mundial (2007).

### Trabalho Ligado ao Género

Parte da explicação para as diferenças na contagem de pobreza entre agregados familiares chefiados por homens e por mulheres reside na participação de homens e mulheres na força de trabalho. A proporção de homens e mulheres economicamente activos em Moçambique é relativamente igual, com 78,8% e 82% respectivamente (o que significa que 22,2% dos homens e 18% das mulheres são economicamente inactivos). É provável que a alta taxa de participação feminina seja um reflexo da sua responsabilidade *de facto* pelo bem estar dos seus agregados familiares, que não deixa espaço para inactividade mesmo que a retribuição do trabalho seja baixa (ver abaixo). Como se pode ver na Tabela 10, as mulheres estão predominantemente ocupadas no sector agrícola com 89,3%, sendo o comércio (5,5%) e os serviços (3,3%) as principais alternativas. Os homens têm uma maior variedade de ocupações, com 67,5% na agricultura, 10% no comércio, 7,6% nos serviços e 5,5% no governo.

**Tabela 10.** *Participação na Força de Trabalho Ocupada, por Sector e por Género*

Indicador	Por Sector		Por Género	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agricultura	37,9	62,1	67,5	89,3
Minas	83,7	16,3	0,7	0,1
Indústria	90,3	9,7	1,6	0,1
Construção	96,9	3,1	4,7	0,1
Transporte	96,0	4,0	2,3	0,1
Comércio	59,3	40,7	10,0	5,5
Serviços	65,1	34,9	7,6	3,3
Governo	75,3	24,7	5,5	1,5
Taxa de participação *	44,6	55,4	78,8	82,0

Fonte: RdM 2005 \* Proporção de homens e mulheres empregados do total de População em Idade Activa (PIA) entre os 15 e os 60 anos

Conforme se vê na Tabela 11, as mulheres não só dominam o sector agrícola como constituem também a maioria do seu trabalho não qualificado, com o conseqüente baixo retorno pelo seu labor (ver a coluna 'Índice Salarial'). 95,3% das mulheres trabalhadoras em Moçambique são trabalhadoras agrícolas não qualificadas ou trabalhadoras não agrícolas não qualificadas, o que efectivamente significa que são parte da economia informal. As mulheres constituem simultaneamente uma pequena proporção da força de trabalho qualificada e altamente qualificada, tanto dentro como fora da agricultura, onde os salários são consideravelmente mais elevados.

**Tabela 11.** Capacidades e Composição de Género e Índice Salarial da Força de Trabalho Moçambicana

	Quotas de género por capacidade		Quotas de capacidade por género			Índice Salarial
	Femi-nino	Mas-culino	Femi-nino	Mas-culino	Total	
Trabalho agrícola não qualificado	59,0	41,0	88,2	67,0	78,1	100
Trabalho agrícola qualificado	25,3	74,7	2,4	7,8	5,0	164
Trabalho não agrícola não qualificado	30,1	69,9	7,1	18,0	12	430
Trabalho não agrícola qualificado	25,2	74,8	1,8	5,8	3	1.474
Trabalho não agrícola altamente qualificado	25,3	74,7	0,4	1,4	3,7	3.509
Média / Total	52,2	47,8	100	100	0,9	225

Fonte: Banco Mundial 2007.

A fraca posição das mulheres na economia é sublinhada a seguir pela importância do ‘emprego por conta própria sem empregados’ e da categoria ‘sector familiar sem remuneração’ (Tabela 12), o que efectivamente significa a economia informal e o trabalho de subsistência na agricultura. Apenas 3,9% das mulheres trabalhadoras em Moçambique estão formalmente empregadas no governo, sector público ou privado, vinculadas a um salário mensal fixo que trás vantagens consideráveis em termos de previsibilidade e segurança social, mesmo que seja baixo.

Para compreender a situação económica das mulheres em Moçambique, a sua posição e papel na agricultura e na economia informal sobressaem como elemento fundamental. Antes de mais, as mulheres na agricultura têm uma carga de trabalho mais pesada do que os homens. Em algumas regiões, particularmente no sul onde vimos que uma grande proporção de agregados familiares não é chefiada por homens, as mulheres tendem a fazer praticamente todas as tarefas relevantes (limpeza de terras, cuidar dos animais, semear, capinar, colher, etc.), enquanto em outras partes do país, limpar a terra e cuidar do gado é geralmente da responsabilidade dos homens. Estudos mostram também que é muito menos provável que as mulheres produzam culturas de rendimento, dado que se concentram nos alimentos básicos para alimentar as suas famílias (Arndt et al. 2005). Todavia, o estudo mencionado mostra também que as mulheres com educação movem-se para a agricultura comercial, sublinhando as múltiplas vantagens de aumentar o nível de educação entre as mulheres nas áreas rurais (ver abaixo).

**Tabela 12.** Composição de Género da Distribuição dos Sectores de Emprego

Tipo de emprego	Homens	Mulheres
Sector governamental	5,9	1,9
Sector público	0,7	0,1
Sector privado	12,4	1,9
Emprego por conta própria com empregados	3,1	0,9
Emprego por conta própria sem empregados	65,6	55,6
Sector familiar sem remuneração	9,1	37,8
Patrão / empregador individual	2,3	1,5
Sector cooperativo	0,0	0,0
ONGs ou outras associações	0,9	0,3
Total	100	100

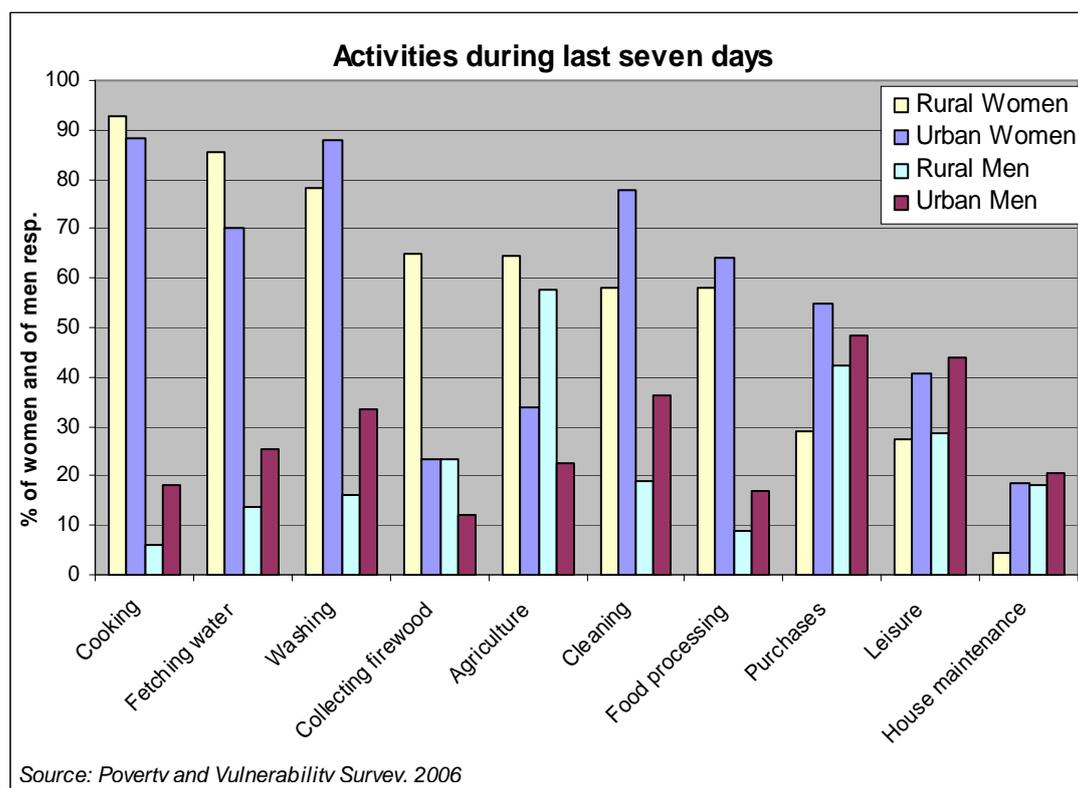
Fonte: INE 2006.

Um aspecto também importante da ‘feminização’ da produção agrícola é que os homens mudaram-se da agricultura para o sector privado e emprego por conta própria em sectores não agrícolas, num grau mais elevado do que as mulheres (Banco Mundial 2007, INE 2004). A quota dos homens economicamente activos na agricultura desceu para 38%, com as mulheres constituindo 62%. Aquilo de que actualmente sabemos menos é a flexibilidade das mulheres para abandonarem completamente a agricultura, o que também está relacionado com questões como penalização de género no mercado de trabalho, a pressão sócio-cultural para permanecerem na aldeia e cuidarem das crianças, a família alargada e as relações e tomada de decisões intra-agregado familiar.

Embora seja menos estudada do que o sector agrícola, a economia informal no retalho, serviços e produção está a tornar-se numa importante fonte alternativa de subsistência e rendimento para as mulheres, especialmente nas áreas urbanas (Francisco e Paulo 2006). Conforme assinalado, todavia, também as mulheres nas áreas rurais dependem cada vez mais de alguma receita em dinheiro para necessidades básicas, e há indicações de que o seu envolvimento no comércio rural de pequena escala não é suficientemente reportado (Rosário et al. 2008). As mudanças estruturais da urbanização e aumento das mercadorias abriram novo espaço para as mulheres, num contexto onde 30% da população Moçambicana vive em pequenas e grandes cidades. Dito isto, 40% dos agregados familiares urbanos continuam, de uma forma ou outra, a estar envolvidos na agricultura (INE 2004), seja através de produção com base urbana ou ‘separando’ agregados familiares numa unidade urbana e outra rural numa base temporária ou semi-permanente.

A informação existente sobre género e economia informal é conhecida principalmente através de estudos qualitativos (Espling 1999, Costa 2007), que apresentam um sector com uma forte concentração na venda de bebidas a retalho, produtos alimentares e artigos baratos importados, especialmente entre as mulheres, com os sectores (geralmente mais lucrativos) de serviços e produção dominados pelos homens. O sector parece também caracterizar-se por uma diversificação limitada em termos de mercadorias. Para a mulher urbana, a economia informal representa, apesar de tudo, uma oportunidade de receita em dinheiro e de depender de si própria que muitas mulheres rurais não têm. Estudos de outros países na região mostram que isto tem alterado significativamente as relações de género e contribuído para um aumento agudo da proporção de agregados familiares chefiados por mulheres (Preston-Whyte e Robertson 2001, Tvedten 2008), mas não há verificação deste processo na literatura disponível sobre Moçambique.

A dificuldade da situação das mulheres e dos agregados familiares chefiados por mulheres não é só porque têm trabalho com baixo retorno e são mais pobres do que os seus contrapartes masculinos, mas também porque a sua carga de trabalho total tende a ser mais pesada, o que traz implicações significativas para a sua situação na vida. Como se vê na Figura 3, as mulheres têm uma carga de trabalho muito maior que a dos homens nas áreas da agricultura, cozinhar, ir buscar água, apanhar lenha, limpeza e processamento dos alimentos. Os homens têm uma carga de trabalho maior do que as mulheres nas compras, manutenção da casa e lazer (sic!) – reflectindo o ponto de vista de Chant (2007) de uma feminização da responsabilidade e das obrigações, conforme discutido acima.

**Figura 3:** *Divisão do Trabalho no Agregado Familiar*

Fonte: Banco Mundial (2007).

Conforme argumentado na introdução deste capítulo, a mudança social no que respeita às relações de género e ao empoderamento da mulher apoiar-se-á numa combinação de mudança estrutural com a intervenção dos actores envolvidos. Os números apresentados sobre emprego, rendimento e carga de trabalho geral revelam diferenças entre as áreas rurais e urbanas, provenientes de mudanças na economia política e ambiente sócio-económico em contextos urbanos. Os dados existentes indicam que isto levou a alterações no poder de tomada de decisões das mulheres (ver a Tabela 13), mas é ainda necessário para a grande maioria das mulheres, nas áreas rurais e urbanas, consultar os chefes masculinos das famílias antes da tomada de decisões sobre aspectos fundamentais das suas vidas como educação, saúde (embora numa menor extensão) e alimentação.<sup>11</sup> Melhor acesso ao emprego e rendimento é, do nosso ponto de vista, absolutamente essencial para assegurar a igualdade de género e empoderar as mulheres nas suas relações com os homens.

**Tabela 13.** *Responsabilidade na Tomada de Decisões nos Agregados Familiares Chefiados por Homens*

	Áreas Rurais			Áreas Urbanas		
	Chefe (masculino)	Esposa	Ambos	Chefe (masculino)	Esposa	Ambos
Educação	100,0	0,0	0,0	88,5	2,6	9,0
Saúde	96,2	0,0	3,8	78,2	10,3	11,5
Alimentação	64,2	20,8	15,1	65,4	19,2	15,4

Fonte: Banco Mundial (2007).

<sup>11</sup> Estes dados são notoriamente difíceis de verificar, dado que os homens e muitas mulheres provavelmente respondem de acordo com as normas sociais estabelecidas da supremacia masculina – o que pode não reflectir a situação actual em muitos agregados familiares.

## Educação

Para além do emprego e rendimento, os dados chave para a posição de homens e mulheres e suas perspectivas futuras estão relacionados com a educação e saúde – incluindo o HIV/SIDA. Têm-se registado avanços consideráveis na frequência da escola primária pelas raparigas nos últimos anos, conduzindo a uma frequência escolar quase igual à dos rapazes (ver a Tabela 14), o que resulta de uma política deliberada do governo. Contudo, o enfoque na matrícula e na ‘quantidade’ não tem sido acompanhado por progresso igual da qualidade, e a taxa de desistências é elevada, especialmente entre as raparigas: das que se matriculam, apenas 49,5% terminam o EP 1 e 27,2% concluem o EP2 – comparativamente às percentagens equivalentes para rapazes de 66% e 40% respectivamente (MEC 2006).

**Tabela 14. Indicadores sobre Educação, por Província e Género**

	Frequência da Escola Primária (EP1 e EP2)		Taxa de Alfabetização de Adultos	
	Rapazes	Raparigas	Homens	Mulheres
Cabo Delgado	61,2	56,1	53,3	15,5
Nampula	50,2	43,1	56,5	24,1
Niassa	44,3	39,8	55,0	16,6
Zambézia	53,4	44,5	55,4	19,9
Tete	60,0	50,3	57,4	27,1
Manica	69,3	62,8	88,7	39,9
Sofala	64,7	57,4	80,3	33,7
Inhambane	77,8	77,0	71,8	54,1
Gaza	77,7	77,0	62,0	55,3
Maputo	87,0	86,0	91,5	70,3
Cidade de Maputo	91,7	91,6	96,1	82,0

Fonte: MISAU (2005).

Há desafios especiais nas províncias do norte, onde a frequência feminina é a mais baixa e a taxa de desistências é a mais alta, em parte devido a uma percepção mais forte dos rapazes como futuros responsáveis pelo pão da família, às práticas sócio-culturais de casamentos precoces e altas taxas de gravidez adolescente entre as raparigas (ver abaixo). A matrícula e frequência feminina caem também dramaticamente na escola secundária, onde apenas 5% das raparigas concluem o ESG1 e 0,9% terminam o ESG2. Um desafio importante em todos os níveis é aumentar o número de professoras, tanto para servirem de modelo às raparigas como para reduzir o conhecido problema do assédio sexual por parte dos professores (UNICEF 2006). Actualmente, as mulheres representam 35% dos professores do EP1 e 27% do EP2, com a percentagem a descer para 16% no ESG1 e 18% no ESG2 (MEC 2006).

Todavia, mesmo com o sucesso do aumento da frequência escolar entre as raparigas, levará ainda anos até que as mulheres recebam benefícios iguais da educação – como indicado pela larga discrepância da taxa de alfabetização de adultos entre homens e mulheres na maior parte do país. Conforme se viu na Tabela 14, a taxa de alfabetização é particularmente baixa e a discrepância entre homens e mulheres é particularmente alta nas províncias do norte. A alfabetização não tem apenas implicações práticas na vida diária das mulheres, mas é também importante para a auto-estima – como indicado pelo grande número de mulheres que frequentam cursos de alfabetização para adultos (MEC 2006). Na cidade de Maputo, onde as oportunidades de educação têm sido melhores e mais igualitárias desde há algum tempo, há uma maior alfabetização geral e uma discrepância muito menor na taxa de alfabetização entre homens e mulheres.

A educação e o acesso à informação são elementos chave para a igualdade de género e empoderamento da mulher. Para além da educação *per se*, há actualmente uma proporção muito maior

de homens do que de mulheres que têm acesso à informação dos órgãos de comunicação social, especialmente nas áreas rurais (ver a Tabela 15). Com a crescente importância dos órgãos de comunicação social para a expansão de informação de relevância sobre a igualdade de género e o empoderamento da mulher (indo desde as implicações da nova Lei da Família até à informação sobre variações dos preços de mercado dos produtos agrícolas), esta é uma séria preocupação. Há também, como se pode esperar, diferenças significativas entre os pobres e os em melhor situação, em termos de acesso aos órgãos de comunicação social.

**Tabela 15.** *Sem Acesso aos Órgãos de Comunicação Social (Jornais, Rádio, Televisão)*

Indicador	Urbano/Rural		Quartil	
	Urbano	Rural	Mais pobres	Mais ricos
Sem acesso aos órgãos de comunicação social - homens	9,0	31,2	41,7	3,5
Sem acesso aos órgãos de comunicação social - mulheres	29,2	62,6	79,0	16,8

Fonte: MISAU (2005).

## Saúde

Há muito poucos dados disponíveis ligados ao género que digam respeito aos indicadores chave sobre saúde em Moçambique. A taxa de mortalidade infantil abaixo dos cinco anos (normalmente tomada como a principal indicação do bem estar geral da criança) e os dados sobre mal-nutrição mostram uma situação geralmente séria, particularmente nas províncias do norte (ver a Tabela 16), mas não há diferenças significativas entre raparigas e rapazes e, conseqüentemente, não há variações sócio-culturais significativas na forma como rapazes e raparigas são tratados enquanto membros do agregado familiar. A taxa de mortalidade abaixo dos cinco anos em Moçambique é de 181/1000 para os rapazes e 176/1000 para as raparigas, enquanto a ordem se inverte no que respeita à taxa de mortalidade infantil abaixo de um ano (UNICEF 2007). Os dados mostram também que a esperança global de vida é um pouco mais alta para as mulheres (48,6 anos) do que para os homens (44,8 anos), mas isto pode estar em processo de mudança com a actual 'feminização' da pandemia do HIV/SIDA com uma crescente proporção de mulheres a serem afectadas (MdC 2005). Em Moçambique, as mulheres entre os 20-24 anos correm um risco quatro vezes maior do que o dos homens da mesma idade de serem infectadas com o vírus da HIV/SIDA (MISAU 2005, ver também Arndt 2002).

**Tabela 16.** *Indicadores de Saúde por Província*

	Mortalidade Abaixo dos Cinco Anos	Mal-nutrição (impede o crescimento)	Esperança de Vida
Cabo Delgado	241	55,6	41,9
Nampula	220	42,1	43,7
Niassa	206	47,0	44,7
Zambézia	123	47,3	48,2
Tete	206	45,6	44,3
Manica	184	39,0	46,2
Sofala	205	42,3	44,5
Inhambane	149	33,1	49,3
Gaza	156	33,6	48,7
Maputo	108	23,9	53,7
Cidade de Maputo	89	20,6	58,6

Fonte: MISAU (2005).

As taxas de mortalidade e de mal-nutrição estão estreitamente relacionadas com o acesso à alimentação. A literatura internacional enfatiza frequentemente a tendência mais forte de os agregados familiares chefiados por mulheres alocarem mais recursos para a alimentação, educação, saúde e outras necessidades do que os agregados familiares chefiados por homens (Quisumbing 2003), e há também indicações sobre isto em Moçambique: o relatório de Sender e Oya (2007:8) refere ‘resultados surpreendentemente fortes em relação ao desempenho relativamente bem sucedido de mulheres Moçambicanas divorciadas e separadas na educação das suas crianças, e na redução das falhas entre a educação das suas filhas e filhos’. Além disso, a proporção mais baixa de agregados familiares chefiados por mulheres do que por homens que passaram fome (revelada na Tabela 17 abaixo) – não obstante as altas taxas de pobreza anteriores – pode também ser vista como indicação de um sentido de responsabilidade social mais forte entre as mulheres do que entre os homens em Moçambique.

**Tabela 17. Agregados Familiares que Passaram Fome nos Últimos 12 Meses**

Indicador	Rural		Urbano	
	Todos os Terciles	Terciles mais Pobres	Todos os Terciles	Terciles mais Pobres
Chefia Masculina	54,3	64,6	48,3	61,3
Chefia Feminina	48,1	69,8	33,6	55,1
Todos	52,5	67,0	43,2	58,6

Fonte: Banco Mundial (2007).

A alta incidência de infecção feminina pelo HIV/SIDA é o resultado do comportamento sexual dos homens e da influência desigual em termos de tomada de decisões à volta do uso de contraceptivos (Arndt 2002, PNUD 2007), mas está também relacionada com as diferenças de conhecimento entre homens e mulheres sobre os métodos de prevenção do HIV/SIDA (Tabela 18). Com excepção da cidade de Maputo (que tem um nível geral de educação mais elevado e acesso mais fácil à informação) e de Cabo Delgado (onde o número é extremamente baixo para homens e mulheres), em todas as outras províncias as mulheres têm menos conhecimento do que os homens sobre os métodos de prevenção. As implicações desta constatação, são sérias não apenas para as próprias mulheres, mas também em virtude da sua responsabilidade para com as crianças e outros dependentes. A elevada taxa de HIV/SIDA contribui para o grande número de crianças orfãs em Moçambique numa percentagem de 11,9% correspondente a 1,2 milhões de crianças entre 0-17 anos. Em Sofala, a província com a maior incidência de HIV/SIDA no país, 26,5%, a taxa é de 19%, ou seja, quase uma em cada cinco crianças (UNICEF 2006; UNDP 2007).

**Tabela 18. Conhecimento dos Métodos de Prevenção do HIV/SIDA, por Província e Género**

	Conhecimento dos Métodos de Prevenção do HIV/SIDA	
	Homens	Mulheres
Cabo Delgado	12,4	18,7
Nampula	60,0	39,5
Niassa	66,6	37,1
Zambézia	38,3	25,5
Tete	89,3	63,0
Manica	87,0	59,4
Sofala	77,3	38,9
Inhambane	80,7	39,1
Gaza	87,4	69,7
Maputo	83,9	73,0
Cidade de Maputo	56,5	64,5

Fonte: MISAU (2005).

## Organização Social

Como argumentado na introdução deste capítulo, a organização social de agregados familiares como unidades sociais chave reflecte a ordem social e cultural da sociedade no seu todo e restringe ou estende a actividade individual de homens e mulheres. De acordo com estatísticas disponíveis, a grande maioria dos agregados familiares em Moçambique tem um chefe casado (que por definição é um homem), com os chefes polígamos, divorciados e viúvos tendo cada um deles uma quota de 10%. A proporção de chefes solteiros, i.e. mulheres ou (muito mais raramente) homens que não são divorciados ou viúvos e vivem sós com as crianças ou outros dependentes, é muito pequena, da ordem dos 2% (ver a Tabela 19).

**Table 19.** *Composição dos Agregados Familiares*

Característica do Chefe	1996/97	2002/03
Chefe casado	69	65
Chefe polígamo*	10	11
Chefe solteiro	5	2
Chefe divorciado	7	11
Chefe viúvo	9	10

Fonte: Fox 2005 \* Ver abaixo números alternativos.

Os dados disponíveis fornecem uma fraca base para analisar a posição e papel das mulheres dentro de agregados familiares chefiados por homens, já que a maioria das estatísticas usam ‘o agregado familiar’ como a unidade de análise, sem aprofundar as relações intra-agregado familiar e as distribuições de recursos. A literatura internacional sobre a África Austral mostra que o poder de tomar decisões nos agregados familiares chefiados por homens permanece grandemente com o homem e que o padrão de despesa pende também fortemente para o homem chefe do agregado familiar – com o homem frequentemente a não revelar os seus ganhos à mulher ou a outros membros da família (Quisumbing 2003). Para além disso, estudos sobre Moçambique mostram que as mulheres têm uma posição negocial mais forte e mais vantajosa no norte matrilinear (onde podem voltar para o seu agregado familiar de origem e ter a custódia dos seus filhos) do que no centro e sul do país, patrilinear, onde o pagamento do *lobolo* as prende mais firmemente ao marido e à família alargada dele (Arnaldo 2001). E por último, há indicações de que as mulheres nas áreas urbanas, vivendo frequentemente em uniões informais de co-habitação e tendo acesso ao seu próprio rendimento, desempenham um papel mais forte e são mais independentes do que as outras mulheres (Paulo et al. 2007; Costa 2007). Daremos abaixo um olhar mais específico pelas unidades familiares chefiadas por mulheres e os agregados familiares polígamos, como dois tipos de organização social com implicações particulares para as mulheres – voltando mais detalhadamente, nos dois estudos seguintes desta série, à posição das mulheres nos agregados familiares chefiados por homens.

*Agregados Familiares Chefiados por Mulheres.* Os agregados familiares chefiados por mulheres são um fenómeno cada vez mais comum em Moçambique, muito embora haja incerteza sobre a proporção exacta (ver a Tabela 20). O INE definiu 16% dos agregados familiares em Moçambique como chefiados por mulheres (INE 2004); o Ministério da Saúde opera com uma proporção de 26,4% (MISAU 2005); e o estudo nacional mais recente, o IFTRAB, declara que 30% de todos os agregados familiares em Moçambique são chefiados por mulheres (INE 2006). As diferenças podem ser parcialmente explicadas por disparidades nas definições entre agregados familiares chefiados por mulheres *de jure* (mães solteiras, divorciadas ou viúvas) e *de facto* (onde uma mulher tem a responsabilidade principal económica e social e é vista como a chefe pelos outros membros do agregado familiar, muito embora esteja presente um parceiro masculino).

**Tabela 20.** *Proporção de Agregados Familiares Chefiados por Mulheres, por Província*

	<b>Estudo Demográfico e de Saúde (EDS) 2003</b>	<b>Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (IAF) 2003</b>
Cabo Delgado	21,5	17,4
Nampula	20,8	15,4
Niassa	21,6	12,6
Zambézia	21,4	14,3
Tete	23,2	14,4
Manica	23,0	11,0
Sofala	22,7	10,6
Inhambane	45,5	23,2
Gaza	53,6	24,9
Maputo	33,7	19,6
Cidade de Maputo	28,0	12,2
Total	26,4	16,0

Fontes: MISAU (2005), INE (2004).

Como se vê na tabela, a proporção de agregados familiares chefiados por mulheres varia consideravelmente entre as diferentes regiões do país: geralmente as províncias do norte têm a proporção mais baixa (tendo Nampula a mais pequena, com 20,8%) e as províncias do sul a mais elevada (com Gaza em primeiro lugar, com 53,6%). No sul, a alta proporção de agregados familiares chefiados por mulheres parece ser principalmente o resultado da longa tradição de migração da mão de obra masculina, urbanização e mudança social, que colocaram uma responsabilidade considerável sobre os ombros das mulheres. No norte, os custos sociais para as mulheres chefiando unidades familiares no contexto sócio-cultural ‘tradicional’ parecem ser mais altos, e as oportunidades económicas para sobreviver sem um homem adulto no agregado familiar mais baixas do que no sul (Rosário 2001).

Como mencionado acima, dados do INE (ver também Membawase 2005) indicam que a grande maioria destes agregados familiares é chefiada por viúvas e divorciadas, com uma proporção muito baixa de mães solteiras (i.e. mulheres que engravidaram e não têm uma relação com um homem). Alguns estudos qualitativos enfatizam como as divorciadas e viúvas estão entre as unidades familiares mais pobres e mais marginalizadas em Moçambique, onde tomar conta dos seus mais velhos tem sido tradicionalmente visto como uma obrigação sócio-cultural (Arnaldo 2002, MISAU 2005). Uma explicação possível para a sua marginalização e exclusão social é que, num contexto de modernização e mercantilização das relações sociais, as relações intra- e inter-familiares são crescentemente determinadas pela pobreza e bem estar material, e não pelas normas tradicionais sócio-culturais. Muitas famílias pobres simplesmente não podem dar apoio aos membros idosos e improdutivos da família como as viúvas velhas – que actualmente parecem encontrar-se, cada vez mais, numa situação onde *elas* têm de cuidar dos membros mais novos da família, como os netos, sobrinhos e sobrinhas de parentes falecidos (UNICEF 2006, ver também Rosário et al. 2008).

As mães solteiras tendem a dominar as estatísticas sobre agregados familiares chefiados por mulheres na maioria dos países da África Austral (Chant 2003). A baixa proporção destes agregados familiares em Moçambique é particularmente notável, considerando a elevada proporção de raparigas que têm relações sexuais muito cedo, e o concomitante número elevado de mães jovens (ver abaixo). Uma razão possível é os contínuos custos sociais associados com ser uma mãe solteira ou ter uma filha que é uma mãe solteira em Moçambique, e a concomitante inclusão dessas unidades na família de origem da mãe solteira. Rosaldo (2008) alega que ser uma mãe solteira em Moçambique é particularmente difícil, frequentemente associado à ‘prostituição’ e tornando as mulheres particularmente vulneráveis ao abuso. Outra possível razão para a baixa proporção registada de mães solteiras é que muitas mulheres que engravidaram formam parte de relações polígamas, formalmente através de cerimónias tradicionais ou como amantes ou namoradas ‘publicamente reconhecidas’. Em ambos os casos, a

mulher pode ter uma pesada responsabilidade em termos do seu sustento e dos seus filhos, e ser efectivamente um agregado familiar de mãe solteira ‘encoberto’ (ver abaixo).<sup>12</sup>

Com a forte correlação entre chefia feminina dos agregados familiares e pobreza que tem sido revelada acima, compreender os processos que produzem e mantêm os agregados familiares chefiados por mulheres em Moçambique devia constituir uma área prioritária para pesquisa do desenvolvimento e redução da pobreza, e será um ponto principal nos próximos dois estudos desta série.

*Agregados Familiares Polígamos.* Outra característica especial da organização do agregado familiar em Moçambique é a grande proporção de mulheres adultas que vivem em unidades de agregados familiares polígamos. Também aqui os dados diferem entre os do Ministério da Saúde (que estabeleceu a proporção de homens chefiando unidades polígamas em 18%) e os do INE (que definiu a proporção em 11%) – também neste caso parcialmente explicável pelas diferenças na definição.<sup>13</sup> Mais relevante do ponto de vista das relações de género e do empoderamento da mulher é a proporção de mulheres que fazem parte de unidades de agregados familiares polígamos – por definição uma maior proporção do que os homens. Como se vê na Tabela 21, os dados disponíveis mostram que 31,3% de todas as mulheres adultas em Moçambique são membros de unidades de agregados familiares polígamos – variando de 40,9% em Inhambane a 21,6% na Zambézia.

**Tabela 21.** *Proporção de Mulheres com Uma ou Mais Co-Esposas*

	Uma Co-Esposa	Duas ou Mais Co-Esposas	Proporção com Co-Esposas
Cabo Delgado	19.9	9.2	29.1
Nampula	16.5	17.4	33.9
Niassa	16.7	10.1	26.8
Zambézia	5.7	15.9	21.6
Tete	22.0	6.3	28.3
Manica	25.3	15.5	40.8
Sofala	25.8	10.2	36.0
Inhambane	22.0	18.9	40.9
Gaza	24.5	8.0	32.5
Maputo	17.0	5.5	22.5
Cidade de Maputo	11.3	28.3	39.6
Total	17.4	13.9	31.3

Fontes: MISAU (2005).

A literatura disponível mostra que as razões para a prevalência da poligamia variam entre as diferentes partes do país, muito embora todos os grupos sócio-linguísticos tenham uma tradição histórica de poligamia como um sinal de riqueza e prestígio (Newitt 1995; Arnaldo 2002). Nas províncias do sul, onde a prevalência é, por tradição, mais elevada, a escassez de homens em resultado da migração de mão de obra e da migração urbana oscilatória parece ter contribuído para a importância da poligamia. Nas províncias do norte, é fundamental a combinação de tradição e prevalência do Islão (que prega a poligamia como parte da sua fé). Ao mesmo tempo, Rosário (2008) mostra que a razão para a prática da poligamia ao nível de indivíduos e agregados familiares varia consideravelmente. Embora reconhecendo que fazer parte de um agregado familiar polígamo tem consequências negativas, não só para a segunda e terceira esposa com quem as relações são habitualmente menos formalizadas, ela explica também a prática contínua em referência com o actual contexto económico e sócio-cultural de

<sup>12</sup> Ainda outra possível razão, a ser explorada nos próximos estudos, é o próprio conceito de ‘chefia feminina’: as mulheres que têm filhos dum homem com quem não têm contacto e de quem nunca receberam apoio económico podem ainda alegar serem ‘casadas’ – melhorando com isso a sua própria posição social e a dos seus filhos.

<sup>13</sup> As diferenças parecem estar relacionadas com agregados familiares polígamos *de jure* (onde a relação polígama se baseia na lei tradicional) e agregados familiares *de facto* (que podem incluir também relações permanentes entre *amantes*).

Moçambique. Para os agregados familiares mais pobres que dependem da agricultura, um agregado familiar polígamo implica um melhor acesso ao trabalho. E para muitos homens em melhor situação, ter várias esposas ainda lhes dá prestígio. De facto, a poligamia é praticada em todos os grupos sócio-económicos e aumentou entre 1996/97 e 2002/03 – com o maior aumento no 5º e melhor quintil (ver a Tabela 22).

**Tabela 22.** *Proporção de Chefes de Agregados Familiares Polígamos por Quintil, 1996/97 e 2002/03*

Quintil	1996/97	2002/03
1º	12	13
2º	12	8
3º	10	11
4º	9	10
5º	7	11
Todos	10	11

Fonte: Fox et al. (2005).

Embora a poligamia seja provavelmente a forma de organização do agregado familiar mais estigmatizada entre os defensores da igualdade de género e empoderamento da mulher – como evidenciado pela sua ilegalidade – ela é apenas uma das diversas formas alternativas de organização social. A prevalência de amantes entre os homens Moçambicanos e o que pode ser chamado ‘monogamia em série’, com sucessivos casamentos ou breves co-habitações, também é comum. Além disso, alguns agregados familiares parecem estar ‘desunidos’, com uma parte (normalmente o homem, com ou sem uma amante) a viver em área urbana enquanto a esposa permanece na aldeia rural cuidando da agricultura. E, por último, há sinais emergentes de novas formas de unidades domésticas matrifocais para além dos agregados familiares chefiados por mulheres: estudos dão exemplos de mães e filhas e irmãs a viverem juntas como uma escolha deliberada, comungando trabalho e recursos na ausência de um homem provedor de recursos. Tudo isto pode ser visto como arranjos domésticos flexíveis, num contexto de mudança de tempos e pobreza – e devia ser melhor compreendido para se desenharem políticas relevantes para a igualdade de género e o empoderamento da mulher (Paulo et al. 2006; Tvedten et al. 2007; Rosário et al. 2008).

## Casamentos Infantis, Abuso Sexual e Violência Doméstica

Moçambique tem uma das taxas mais elevadas do mundo de casamento infantil (MISAU 2003, UNICEF 2006). Estudos mostram que estes casamentos se baseiam numa combinação de tradição e pobreza: tradicionalmente, o casamento prematuro era uma via para formar alianças políticas ou económicas entre linhagens e clans, e ter esposas jovens (as raparigas jovens tornavam-se frequentemente na segunda ou terceira esposa numa união polígama) era um sinal de riqueza e prestígio (Arnaldo 2002). Actualmente, para muitos agregados familiares pobres, todavia, o casamento infantil é uma estratégia para reduzir a pressão sobre o seu próprio agregado familiar e adquirir recursos adicionais – directamente através do *lobolo* ou com a expectativa de relações a longo prazo com o marido e a sua família alargada. Um factor adicional está relacionado com a pandemia de HIV/SIDA: tomando esposas jovens, alguns homens consideram que elas reduzem o perigo de obter ‘a doença’ já que as raparigas são provavelmente virgens.<sup>14</sup>

18% das raparigas Moçambicanas entre os 20-24 anos casaram antes dos 15 anos e 56% antes dos 18 (UNICEF 2006). Embora estas percentagens tenham decrescido desde 1997 (quando eram de 22% e 57% respectivamente), não há mudança significativa na idade média no primeiro casamento, que aumentou de 17,4 para 17,5 anos. A idade média das raparigas no primeiro casamento varia entre 16 anos em Nampula e 20 na cidade de Maputo. As raparigas do quintil mais pobre da população têm

<sup>14</sup> Na África do Sul e na Namíbia, estudos mostram que as raparigas muito jovens são desejadas como parceiras sexuais para curar a SIDA, mas não há estudos que confirmem essa prática em Moçambique.

mais probabilidades de casar cedo do que as raparigas dos quintiles em melhor situação (UNICEF 2006). Isto sugere que a situação económica é um factor que pesa no casamento infantil, mas não é o único motivo. A prevalência do casamento infantil está também ligada às práticas culturais de grupos étnicos específicos, como os *Macua* no norte (Arnaldo 2002). A percentagem de homens que casam cedo é consideravelmente mais baixa do que a das raparigas, o que sugere que as raparigas jovens tendem a casar com homens mais velhos (INE 2005; ver também Bagnol e Ernesto 2003).

Estudos internacionais mostram que casar jovem tem severas consequências no desenvolvimento das crianças, que 'perdem' parte da sua infância em termos sociais e psicológicos. Enquanto algumas raparigas em Moçambique são prometidas a outros homens numa idade muito jovem e podem permanecer no seu agregado familiar de origem até atingirem 14-15 anos, outras mudam-se para a casa do seu marido ainda crianças, onde têm de se adaptar a um ambiente social completamente novo e suportar frequentemente uma pesada carga de trabalho. Algumas vêm-se também envolvidas em relações tensas com outras mulheres do agregado familiar (como a primeira mulher), mas também há estudos que mostram que as mulheres mais velhas têm um cuidado especial com essas raparigas e facilitam o seu caminho no seu novo cenário doméstico (Rosário 2008). Adicionalmente ao stress do casamento prematuro e da pobreza *per se*, é muito menos provável que as raparigas casadas frequentem a escola e obtenham emprego do que as suas companheiras não casadas (UNDP 2001; UNICEF 2006).

As raparigas jovens que se encontram em situação mais difícil parecem ser as que engravidaram antes de terem entrado numa união conjugal. Não só as suas crianças representam uma carga adicional para o seu próprio agregado familiar, como também reduzem as opções de arranjar marido no futuro. Como se vê na Tabela 23, a proporção de raparigas que tiveram sexo antes dos 15 anos é particularmente alta nas províncias do norte, que são também as províncias com o uso mais limitado de contraceptivos e a mais alta proporção de mães-crianças no país. Informação recolhida durante um estudo em Nampula (Tvedten et al. 2006) indica que há uma tendência no sentido de uma idade de casamento cada vez mais baixa para as raparigas, o que vemos como uma das mais urgentes questões de género a que se deve atender.

**Tabela 23.** *Relações Sexuais antes dos 15 Anos, por Província e Género*

	Proporção de Homens/Mulheres com Relações Sexuais antes dos 15 Anos	
	Homens	Mulheres
Cabo Delgado	42,7	45,0
Nampula	31,4	36,6
Niassa	33,4	45,5
Zambézia	19,1	35,2
Tete	31,1	16,7
Manica	14,2	24,9
Sofala	21,1	22,2
Inhambane	35,0	25,1
Gaza	40,5	21,3
Maputo	15,0	17,3
Cidade de Maputo	19,5	15,8

Fonte: MISAU (2005).

Estudos de caso sugerem que é comum o abuso sexual em Moçambique (WLSA 2008), e que há um nível particularmente elevado de franco abuso sexual no sistema escolar. Foi estimado que pelo menos 8% das crianças em idade escolar sofreram abuso sexual físico, e mais 35% experimentaram assédio sexual envolvendo persuasão verbal (SC et al. 2005). É provável que os níveis actuais de abuso sexual sejam ainda mais elevados, dado que 22% das raparigas entrevistadas não reconheceram as relações

sexuais forçadas como abuso, e 35% não consideraram que o assédio sexual verbal constituísse abuso. Num perfil da juventude em 2004 encomendado pelo Ministério da Juventude e Desportos e UNICEF, 20% das raparigas que participaram no estudo declararam que o abuso era um problema nas escolas. Contudo, os entrevistadores frisaram que muitos estudantes e professores pareciam sem vontade de falar no assunto. Raparigas estudantes relataram que foram forçadas a escolher: aceitar a relação sexual, pagar com dinheiro ou enfrentar a expulsão da escola. É difícil explicar a prevalência do abuso deste tipo, mas é, pelo menos em parte, o reflexo de uma atitude dos homens perante as raparigas que talvez seja melhor descrita como ‘paternalista’ e ‘sexista’.

Também há estudos que mostram que raparigas (geralmente mais velhas) usam a relação sexual como uma estratégia deliberada para melhorar a sua vida (PSI 2005). O estudo revelou que essas jovens mulheres que se envolviam em relações sexuais negociadas e com parceiros de outras gerações tinham uma rede sexual complexa envolvendo parceiros múltiplos. Estas parcerias sexuais foram classificadas numa gama de tipos de relacionamentos diferentes: *namorados* (rapazes da mesma idade, com os quais há o sentimento de uma relação de confiança), *pitos* (parceiros para prazer sexual, com quem não há permuta económica), *sengue* (homens casados mais velhos) e *amantes*. Os *sengue* e os *amantes* eram relacionamentos negociados. Todas as jovens mulheres realçaram que o motivo principal da relação sexual negociada era económico, e que não tinham ligação emocional ou expectativas para além da troca de sexo por dinheiro e outros benefícios económicos. A relação sexual negociada era conceptualizada como uma estratégia através da qual seriam capazes de reverter o equilíbrio existente entre relações de género e de poder. Através do poder da sua sexualidade, as mulheres jovens conseguiam extrair dos homens recursos financeiros para acederem a bens materiais e ao estilo de vida que, para elas, simboliza modernidade e sucesso. Embora sendo uma forma diferente de ‘abuso’ sexual, é um lembrete útil de que as relações de género são exactamente isso – *relações* entre pessoas.

Um dos aspectos mais perturbantes da sociedade Moçambicana, numa perspectiva de género, é a alta incidência de violência doméstica. Há poucos dados sobre a sua ocorrência actual, mas um estudo levado a efeito para o Ministério da Mulher e Acção Social em 2004 mostrava que 34% das mulheres que nele participaram tinham sido espancadas. O perpetrador da violência era, mais frequentemente, o marido ou um parente chegado do sexo masculino ou um amigo próximo. As mulheres nas áreas rurais relataram níveis de violência mais altos do que as mulheres nas áreas urbanas. Diversos estudos qualitativos, particularmente os da WLSA, confirmam que a violência doméstica está espalhada (Arthur 2006, 2007; WLSA 2008).

O nível elevado de violência doméstica parece estar relacionado com um conjunto complexo de condições, como experiências gerais de violência do colonialismo e da guerra; a perda crescente de estatuto e controlo social dos homens, que usam a violência como um (último) meio de afirmar a sua masculinidade; e uma tradição sócio-cultural de criar os filhos ‘sem o leite materno’.<sup>15</sup> Dados quantitativos disponíveis revelam também uma aceitação generalizada do uso de violência, semelhante entre homens e mulheres (Tabela 24). 54% das mulheres afirmam que os homens têm o direito de lhes bater em certas circunstâncias como abandonar a casa sem informar o marido ou recusar relações sexuais. As mulheres no quintil mais pobre foram as que demonstraram uma maior atitude de aceitação desta violência. Esta atitude prevaleceu mais nas áreas rurais, onde 57,5% das mulheres aceitavam a violência, comparativamente a 48,2% nas áreas urbanas. Ao mesmo tempo, todavia, estudos qualitativos mostram que embora um certo uso da força possa ser visto como aceitável, a violência brutal com danos corporais não é geralmente aceite nem pelas comunidades locais nem por homens e mulheres individualmente. De facto, a violência física é vista como uma razão aceitável para abandonar um parceiro masculino – mesmo que muitas mulheres não estejam em posição económica de o fazer (Tvedten et al. 2006).

---

<sup>15</sup> O Estudo Nacional de Saúde Reprodutiva e Comportamento Sexual dos Jovens e Adolescentes, de 2001 (INE 2001) indicou que, em crianças ou adolescentes, 30% de mulheres e 37% de homens tinham testemunhado directamente violência entre os seus pais e que 15% de mulheres e 20% de homens tinham sofrido na sua juventude de abuso físico praticado por um parente.

**Tabela 24.** *Atitude em relação à Violência Doméstica, por Província e Género*

	Atitude de Aceitação da Violência Doméstica	
	Homens	Mulheres
Cabo Delgado	41,8	50,3
Nampula	40,2	62,0
Niassa	24,2	55,3
Zambézia	43,0	41,5
Tete	38,6	67,5
Manica	59,2	58,6
Sofala	53,9	47,1
Inhambane	38,7	68,5
Gaza	52,6	58,8
Maputo	23,7	57,3
Cidade de Maputo	40,1	30,5

Fonte: MISAU (2005).

A questão da violência doméstica devia constituir um enfoque principal nas políticas para a igualdade de género e o empoderamento da mulher em Moçambique. Não apenas afecta seriamente um grande número de mulheres económica, social e psicologicamente, mas também incorpora duas questões interligadas que serão a chave para melhorar as condições das mulheres no país: uma é melhorar a posição económica das mulheres em relação aos homens de modo a torná-las mais independentes, e a outra relaciona-se com as percepções sócio-culturais de patriarcado e masculinidade no país.

## 2.4 Resumo

Há poucas dúvidas de que a informação sócio-económica existente sobre igualdade de género e empoderamento da mulher em Moçambique revela uma situação muito séria com implicações consideráveis – para as mulheres e raparigas afectadas e para as opções de redução da pobreza no país. O Índice de Desenvolvimento do Género (global) classifica Moçambique como o país menos desenvolvido da África Austral em termos de rendimento, educação e saúde/longevidade das mulheres, com indicadores especialmente graves na educação. Para além disso, há poucos sinais de melhoria real excepto na educação: as mulheres Moçambicanas estão fortemente envolvidas na esfera económica, mas principalmente na agricultura de subsistência e na economia informal urbana onde os retornos são baixos. O progresso na saúde/longevidade está num impasse devido à feminização da pandemia de HIV-SIDA.

Ao nível de agregados familiares e indivíduos, as mulheres e raparigas trabalham mais duramente e durante mais horas do que os homens e rapazes, têm influência mais limitada sobre a tomada de decisões no agregado familiar, e a violência doméstica continua a ser um problema sério. Como um reflexo de e em resposta a estas condições, uma proporção crescente de agregados familiares em Moçambique é chefiada por mulheres e existem outras ‘alternativas’ para a chefia masculina hegemónica do agregado familiar. Já demonstramos as variações na posição das mulheres em diferentes regiões, áreas urbanas e rurais, grupos etno-linguísticos e classes sociais – como a independência social da mulher relativamente mais elevada no norte matrilinear do que no centro e sul patrilineares; a mais alta incidência de HIV-SIDA entre as mulheres no sul/centro do que no norte; a prevalência mais elevada de esposas e mães muito jovens no norte do que no sul; e a maior independência económica das mulheres nas áreas urbanas do que nas rurais. Globalmente, contudo, os dados confirmam que há uma feminização da pobreza em curso no país.

Ao mesmo tempo, dados quantitativos do tipo dos aqui apresentados não podem justificar as variações e complexidades das vidas reais dos homens e mulheres individualmente e as relações entre eles. Particularmente, ainda sabemos muito pouco acerca das percepções das *próprias* pessoas sobre

igualdade de género e empoderamento da mulher; as posições e o papel das mulheres no aprovisionamento e alocação de recursos do agregado familiar; e a natureza mais específica das suas relações (de poder) com os homens e como isto afecta as suas escolhas alternativas. Há também mais questões concretas de importância para a análise e respostas de política relacionadas com a igualdade de género, sobre as quais ainda sabemos muito pouco. Entre estas estão i) as dimensões ligadas ao género para lidar com crises externas, como desastres naturais e choques económicos como o aumento actual do preço dos produtos alimentares; ii) a natureza do controlo ligado ao género de bens e recursos chave, como a terra (rural) e a habitação (urbana); iii) o papel e posição das mulheres na economia primária informal urbana; iv) a importância e potencial da acção colectiva e das associações de mulheres nas áreas rurais e urbanas; v) o papel da igreja e outras instituições cívicas locais na promoção ou inibição da igualdade de género; e vi) as respostas em curso dos homens, à medida que a sua masculinidade e posição como chefes de família e provedores vão sendo ameaçadas, numa economia política cada vez mais mercantilizada, com desemprego crescente e aumento do custo de vida. Todas estas questões serão objecto de mais análise nos próximos dois estudos desta série sobre políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique.

### 3. Políticas de Género e Enquadramento Institucional

Este capítulo analisará as actuais políticas e intervenções de género em Moçambique – que visam aliviar e melhorar a situação da igualdade de género descrita no capítulo anterior. Para isso, avaliaremos a participação das mulheres em instituições políticas a vários níveis; o enquadramento legal e institucional que promove e integra questões de igualdade de género; e o papel dos parceiros nacionais e internacionais na melhoria da igualdade de género e do empoderamento da mulher no país. Assim que tenha sido realizada a avaliação dos mecanismos institucionais e das actuais acções para a igualdade de género, resumiremos argumentando que a própria noção de ‘integração do género’ pulverizou efectivamente a responsabilidade pelas questões de género em Moçambique. Seguir-se-ão as conclusões e recomendações no Capítulo 4.

#### 3.1 História Resumida da Governação e Género

A fim de melhor compreender a ligação entre governação e género em Moçambique, é útil recapitular resumidamente a base sócio-cultural para as políticas de género no país e a sua evolução ao longo do tempo. Tradicionalmente, Moçambique pode ser dividido pelos sistemas sócio-culturais patrilinear e matrilinear – com o Rio Zambeze no meio do país sendo considerado a linha divisória entre eles. No primeiro, a esposa e os filhos ‘pertenciam’ ao marido e à sua família, simbólica e praticamente manifestado através do pagamento do preço da noiva ou *lobolo*. No último, a mulher e os seus filhos continuaram a ser considerados como ‘propriedade’ da família matrilinear dela, o que lhes deu um conjunto adicional de relações sociais. Estes dois sistemas influenciaram o modo de vida e as relações sociais nas comunidades e agregados familiares desde o tempo pré colonial até ao presente, e por isso também as relações entre homens e mulheres (Arnaldo 2002).

Em ambos os sistemas patrilinear e matrilinear, as posições das mulheres eram baseadas na submissão aos membros masculinos da família – i.e. o marido e o seu pai/irmão respectivamente – e não se esperava que as mulheres participassem activamente na tomada de decisões do agregado familiar ou da família alargada. A participação pública em questões relativas ao clan, linhagem ou sub-linhagem era também dominada pelos chefes masculinos do clã e pelos reis da linhagem, geralmente mais velhos (Newitt 1995). A liderança territorial envolvendo diversos clans e linhagens estava tradicionalmente nas mãos de patriarcas masculinos de uma linhagem cuja predominância era reconhecida pelos outros. À medida que o Portugal colonial estreitava o seu controlo sobre uma área cada vez maior de Moçambique, trouxe consigo uma forte ideologia patriarcal que segmentou o domínio colonial e o domínio masculino a todos os níveis políticos e administrativos, incluindo as comunidades locais (Sheldon 2002), usando muitos dos líderes tradicionais (*régulos*) como parte do seu sistema de opressão política.

A primeira mudança significativa na política de relações de género ocorreu nos anos 1960, com a promoção do papel da mulher na luta pela independência nacional. Apesar dos valores sócio-culturais hegemónicos baseados na subordinação das mulheres aos homens, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) introduziu o princípio da igualdade entre homens e mulheres através do conceito de ‘emancipação da mulher’<sup>16</sup>, satisfazendo a necessidade de encontrar uma posição para as mulheres dentro da luta anti-colonial. Depois da independência em 1975, a política do novo governo da FRELIMO trouxe ganhos significativos para as mulheres, na medida em que lhes permitiu uma maior visibilidade na tomada de decisões pública (Isaacman e Isaacman 1983).

Todavia, não obstante a importância concedida às mulheres na construção do Moçambique independente, esta emancipação era limitada à esfera pública e não incluía as esferas da vida económica e doméstica. O mesmo é dizer que a intenção era valorizar a participação política da

---

<sup>16</sup> A Frelimo definiu a ‘libertação da terra, restauração dos direitos fundamentais, e dignidade humana de homens e mulheres’ como a base de combate contra o colonialismo Português.

mulher, mas sem efectuar uma transformação social da estrutura patriarcal baseada na submissão e inferioridade das mulheres. Por exemplo, durante a luta anti-colonial formou-se o Destacamento Feminino (DF) dentro do movimento nacionalista para lutar ao lado dos homens como ‘parceiros iguais’. Contudo, a criação do DF foi sempre causa de muita controvérsia, e o papel das mulheres passou eventualmente a ser o de mobilizar as comunidades nas áreas libertadas e cozinhar e fornecer alimentos às tropas, só raramente trazendo as mulheres para a frente de combate (Alberts e Hirvonen 1993).

Mais tarde, o regime da FRELIMO institucionalizou os interesses das mulheres através da Associação da Mulher Moçambicana (OMM). A criação da OMM reconfirmou a importância dada às mulheres na construção da nação e no desenvolvimento do país e permitiu-lhes ter uma certa influência na governação no período a seguir à independência. Porém, na estratégia da FRELIMO, as mulheres eram vistas como as ‘educadoras das novas gerações’. Por outras palavras, a OMM não foi criada para alterar a posição e o papel das mulheres, mas antes para realçar o seu papel na reprodução social. Num discurso, o Presidente Samora Machel declarou que o feminismo era um ‘assunto trivial’. A mulher do primeiro presidente da Frelimo, Janet Mondlane, declarou numa entrevista que ‘a OMM é uma organização de homens, dirigida por homens mas cujos membros são mulheres’ (Manghezi 2001:39-40). Como veremos abaixo, a discrepância entre as políticas para a igualdade de género e a actual intervenção e mudança é um tema recorrente na história da governação e género em Moçambique (Peronius 2005).

### 3.2 Representação Política

Dentro do quadro legal do país, a primeira Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 sublinhou a igualdade entre homens e mulheres, em termos de lei, através de princípios que governavam os seus direitos, obrigações e relações. Na Constituição de 1990 a questão da igualdade de género foi mantida e consolidada no Artigo 122, estabelecendo que: ‘O Estado promove, apoia e valoriza o desenvolvimento da mulher e encoraja o seu crescente papel na sociedade, em todas as esferas de actividades políticas, económicas, sociais e culturais no país’.

**Tabela 25:** *Representação de Mulheres nos Parlamentos Nacionais*

Classificação	País	Parlamento			
		Eleição	Total de Lugares	Mulheres	% de Mulheres
1	Ruanda	2003	80	39	48,8
2	Suécia	2006	349	164	47,0
3	Cuba	2008	614	265	43,2
4	Finlândia	2007	200	83	41,5
5	Argentina	2007	255	102	40,0
6	Holanda	2006	150	59	39,3
7	Dinamarca	2007	179	68	38,0
8	Costa Rica	2006	57	21	36,8
9	Espanha	2004	350	128	36,6
10	Noruega	2005	169	61	36,1
11	Bélgica	2007	150	53	35,3
12	Moçambique	2004	250	89	35,6
13	Islândia	2007	63	21	33,3
14	Nova Zelândia	2005	121	40	33,1
15	África do Sul	2004	400	132	33,0

*Fonte:* Os dados na tabela foram compilados pela [Inter-Parliamentary Union](#) com base na informação fornecida pelos parlamentos nacionais em 29 de Fevereiro de 2008.

A participação das mulheres nos processos de tomada de decisões tem visto um acentuado aumento desde a independência. Moçambique é um dos países com a maior presença de mulheres em órgãos de tomada de decisões, e ocupa uma das posições cimeiras com uma representação de 35,6% de mulheres no Parlamento. Como se vê na Tabela 25 em cima, Moçambique aparece em décimo segundo lugar entre os países do mundo com a mais alta representação de mulheres no Parlamento.

Comparando Moçambique com os países vizinhos, Moçambique *comanda* a lista com a mais alta percentagem de mulheres no parlamento, seguido pela África do Sul, Tanzania e Namíbia (ver a Tabela 26).

**Tabela 26:** Representação das Mulheres nos Parlamentos Nacionais na África Austral

Classificação	País	Parlamento			
		Eleição	Lugares	Mulheres	% de Mulheres
12	Moçambique	2004	250	87	34,8
15	África do Sul	2004	400	132	33,0
20	Tanzania	2005	319	97	30,4
27	Namíbia	2004	78	21	26,9
34	Lesoto	2007	120	30	25,0
84	Zimbabwe	2008	207	28	13,5
87	Malawi	2004	193	25	13,0
97	Botswana	2004	63	7	11,1
99	Suazilândia	2003	65	7	10,8

Fonte: Os dados na tabela foram compilados pela [Inter-Parliamentary Union](#) com base na informação fornecida pelos parlamentos nacionais em 29 de Fevereiro de 2008.

No parlamento Moçambicano, o partido Frelimo tem tido a mais alta representação de mulheres nas duas últimas legislaturas, com quase 45%, contra 22,2% da Renamo e União Eleitoral na actual assembleia, como se vê na Tabela 27 abaixo.

**Tabela 27.** Representação Parlamentar por Partidos Políticos e por Género, nas 2ª e 3ª Assembleias Nacionais, 1999-2004 e 2004-2009

	1999/2004		2004/2009	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Frelimo	58,6	41,3	56,9	43,1
Renamo	80,3	19,6	77,8	22,2
Total	68,8	31,2	64,4	35,6

Fonte: INE, 1997; MAE, 2005, Moçambique.

Em 1995 as mulheres perfaziam 14% do poder executivo do Governo, tendo subido para 33% em 2000. Actualmente, o governo de Guebuza conta com 11 mulheres entre os seus ministros e vice-ministros, incluindo a Primeira Ministra, representando 32% do poder executivo (Tabela 28).

**Tabela 28.** *Composição de Género do Governo em Moçambique, de 1995 a 2005*

	1995		2000		2005	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Presidente	1	0	1	0	1	0
Primeiro Ministro	1	0	1	0	0	1
Ministros	20	1	18	3	20	6
Vice-Ministros	13	4	4	5	13	4
Total	35	5	24	8	34	11

Fonte: INE, 1997; MAE, 2005, Moçambique.

Contudo, as mulheres em Moçambique têm maior representação ao nível do governo central do que nos outros níveis. Como se pode ver na Tabela 29, 23% dos ministros são mulheres enquanto há apenas 18% de mulheres entre os governadores provinciais.

**Tabela 29.** *Mulheres em Posições Políticas e de Tomada de Decisões em Moçambique*

Posição	Nº de Homens		Nº de Mulheres		% de Mulheres	
	1997	2005	1997	2005	1997	2005
<b>Governo</b>						
Primeiro Ministro	1	0	0	1	0	100
Ministros	22	20	1	6	4,3	23,1
Vice-Ministros	15	13	3	4	16,6	23,5
Parlamento	179	161	71	89	28,4	35,6
<b>Partidos Políticos</b>						
FRELIMO	-	91	-	69	-	43,1
RENAMO-EU	-	70	-	20	-	22,2
<b>Governo Provincial</b>						
Governadores Provinciais	10	9	0	2	0	18,1
Secretário Permanente	0	7	0	4	0	36,3
Directores Provinciais	130	130	12	33	8,4	20,2
Directores Provinciais Adjuntos	11	11	3	3	21,4	21,4
<b>Governo Local</b>						
Presidente do Conselho Municipal	0	32	0	1	0	3,03
Vereador Municipal	-	555	-	235	-	29,7
Administrador Distrital	125	113	3	26	3,8	18,7
Chefes de Postos Administrativos	-	288	-	10	-	3,35
<b>Função Pública</b>						
Secretário Permanente	15	13	2	4	11,7	23,5
Director Nacional	141	141	23	33	14,2	18,9
Director Nacional Adjunto	59	59	12	12	1,9	16,9
Chefe de Departamento	620	620	148	148	19,2	19,2
Chefe de Divisão	-	399	157	157	-	28,2
Chefe de Secção	-	622	-	297	-	32,3
<b>Justiça</b>						
Juiz	-	18	-	-	-	0
Procurador Geral	1	1	0	0	0	0
Procurador Geral Adjunto	-	3	0	1	0	25
<b>Embaixadores</b>						
Embaixadores	12	10	2	3	14,2	23,07

Fonte: MAE 2005, actualizado pelo MMCAS.

No que respeita aos diferentes níveis administrativos, há também uma maior presença de mulheres no nível central em relação aos órgãos dos níveis provincial e distrital. De facto, a presença de mulheres diminuiu quando passamos do nível central para os níveis provincial e distrital, com a participação de mulheres ao nível mais baixo dos administradores e chefes de postos administrativos, que são mais visíveis e directamente envolvidos com as populações locais, continuando a ser muito fraca.

A tabela revela também que as mulheres têm uma presença relativamente fraca em postos de direcção da função pública. Em 1998, as mulheres ocupavam apenas 10% de um total de 105 posições de direcção da função pública. Actualmente, a presença de mulheres na função pública é de 26,9%. A maioria das mulheres encontra-se em postos mais qualificados, o que implica que são necessárias qualificações de nível superior para as mulheres serem aceites (Fórum Mulher 2007).

Embora alguns ministérios tenham uma proporção relativamente alta de mulheres entre o seu pessoal profissional (como o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura), há também ministérios com menos do que 20% de mulheres entre o seu pessoal. Entre estes incluem-se o Ministério da Administração Estatal (12%), o Ministério do Interior (18%), O Ministério dos Recursos Minerais e Energia (20%), o Ministério dos Transportes e Comunicações (16%) e, interessante, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (17.3%) (Fórum Mulher 2007).

A presença de mulheres no poder judicial é também ainda fraca (ver a Tabela 30). As mulheres representam 18% dos magistrados Moçambicanos e apenas 16% de procuradores distritais que estão mais directamente envolvidos com as populações locais, enquanto os tribunais comunitários informais são completamente dominados por líderes tradicionais e comunitários do sexo masculino. Tem havido melhorias no recrutamento de oficiais de polícia do sexo feminino, e foram criados alguns Centros da Polícia de Apoio à Vítima para as crianças e mulheres vítimas de violência (Mioh Nemoto, com. pess.). O sistema legal e os tribunais são, com certeza, um dos sectores mais importantes para o empoderamento da mulher através da protecção dos direitos formais das mulheres (ver Lituri 2002).

**Tabela 30.** *As Mulheres no Poder Judicial em Moçambique*

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>% de Mulheres</b>
Assessores Jurídicos	7	0	0,0
Magistrados	137	30	17,9
Juízes Residentes	93	7	7,0
Técnicos Jurídicos	169	27	13,8
Advogados	186	40	17,7
Procuradores Adjuntos	6	1	14,3
Procuradores Provinciais	35	7	16,6
Procuradores Distritais	101	18	15,1

Fonte: Centro de Formação Jurídica e Judicial (CFJJ), 2005.

Apesar dos desenvolvimentos positivos no que respeita à presença de mulheres em posições do governo e (embora numa extensão mais pequena) na função pública em Moçambique, vimos no capítulo anterior que ainda estamos a ser confrontados com uma situação na qual as mulheres têm níveis mais baixos de educação do que os homens, menos acesso ao emprego formal, níveis de rendimento mais baixos e produtividade mais baixa no sector agrícola, bem como com práticas sócio-culturais que tornam difícil para as mulheres serem completamente integradas nas opiniões políticas das comunidades locais. Por outras palavras, houve um desenvolvimento que combinou a promoção da participação das mulheres na esfera pública com a contínua desigualdade das mulheres na vida económica, na comunidade e na esfera doméstica. Desta forma, são concedidos direitos políticos e legais às mulheres sem que estes se traduzam em verdadeira igualdade de género, a qual desafiaria o modelo hegemónico patriarcal sócio-cultural existente. Uma maneira de explicar este

facto é que as mulheres nas esferas públicas não estão ainda em posição de influenciar efectivamente intervenções políticas reais a favor da igualdade de género. Mas também há queixas de que as mulheres nos organismos públicos não priorizam realmente as questões de género (Loforte 2004, ver também Peronius 2005).

Na mesma linha, muitas organizações da sociedade civil<sup>17</sup> envolvidas na luta pela aprovação de uma lei contra a violência doméstica têm salientado que ter uma grande percentagem de mulheres membros do Parlamento não garante necessariamente a defesa das necessidades e interesses das mulheres. No âmbito da actual campanha para a aprovação da lei sobre a violência doméstica, por exemplo, as mulheres parlamentares têm realmente criado obstáculos à sua aprovação pelo Parlamento, alegando que a lei criará instabilidade na estrutura familiar e que vai contra a cultura Moçambicana (Arthur, 2008:1). É nossa convicção de que é a combinação de uma contínua cultura patriarcal forte com a ausência de um *verdadeiro* compromisso para a transformação social das relações de género entre os decisores políticos que conduz ao fracasso de muitas políticas, programas e intervenções desenhados para promover a igualdade de género e o empoderamento da mulher em Moçambique.

### 3.3 Enquadramento Legal

Como mostrado acima, o Governo de Moçambique cumpriu a sua obrigação política de promover oportunidades iguais entre homens e mulheres através do enquadramento legal que formaliza a igualdade de género e promove oportunidades iguais para todos os indivíduos. A Constituição de 1990 proclama a igualdade de homens e mulheres no seu Artigo 36, que estabelece que ‘homens e mulheres são iguais perante a lei em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural’. E no Artigo 122, lê-se que ‘O Estado promove, apoia e valoriza o desenvolvimento das mulheres e encoraja o seu crescente papel na sociedade, em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural no país’.

Ao nível internacional, o Governo de Moçambique assinou diversas iniciativas regionais e internacionais apontando para a promoção de direitos iguais para mulheres e homens. Entre estas estão a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação da Mulher (CEDM) (1993); a Declaração Solene da Igualdade de Género em África (1994); a Declaração de Pequim (1995); a Declaração de Género da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) (1997); e o Protocolo Opcional da Carta Africana dos Direitos Humanos e Direitos das Pessoas e Direitos das Mulheres (2005). Estas iniciativas comprometem os países signatários a rever as leis discriminatórias e a formular novas políticas e programas para o benefício das mulheres.

Talvez que a lei mais importante existente, que defende a mulher e a igualdade de género em Moçambique, seja a Lei da Família (AdR 2004). A nova Lei da Família foi aprovada em 2004, depois de um longo período de campanhas de advocacia pela sociedade civil. As disposições mais importantes na lei são: i) o reconhecimento das uniões tradicionais, que permite às mulheres casadas segundo a lei tradicional reclamar direitos de propriedade e de custódia; ii) o reconhecimento das uniões informais, que dá às mulheres que viveram mais de um ano com os seus parceiros o direito de herdar; iii) um aumento para os 18 anos da idade mínima para casar (anteriormente 14 e 16 anos para rapazes e raparigas respectivamente); e iv) eliminação do princípio da supremacia masculina, dando aos homens e às mulheres a administração conjunta da propriedade. Além disso, as uniões polígamas (que, como vimos, envolvem 30% das mulheres Moçambicanas) não são permitidas por lei. Dito isto, a maioria das mulheres Moçambicanas desconhece ainda os direitos constantes na lei e a ilegalidade da sua posição como esposas polígamas e, se estão cientes dos seus direitos, frequentemente não sabem como exercê-los (WLSA 2008).

---

<sup>17</sup> Entre elas incluem-se a Action Aid, ADEC - Sofala, AMCS, AMMCJ, AMUDEIA, ASSOMUDE, AVVD, FDC, Fórum Mulher, Fundação Apoio Amigo - Tete, LEMUSICA, MULEIDE, N’weti, Rede CAME, TCV - Nampula e WLSA Moçambique.

Em 2002, o primeiro Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM 2002-2006) foi formulado, coordenado e monitorado pelo Grupo Operacional para o Avanço da Mulher (GOAM). Durante a implementação do primeiro PNAM, o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher (CNAM) foi criado como um sucessor do Grupo Operacional, e coordena agora os vários sectores com o objectivo principal de acompanhar a implementação das políticas e programas aprovados pelo Governo. O PNAM 2007-2009 está actualmente a ser implementado (ver Caixa 1), baseando-se as principais linhas de acção na assunção de que ‘a devida implementação e concretização dos objectivos requer fortes compromissos e parcerias activas com a sociedade civil, bem como melhor coordenação inter-sectorial e inter-disciplinar’.

#### Caixa 1. Plano Nacional para o Avanço da Mulher 2007- 2009

O PNAM 2007 – 2009 admite sete áreas críticas de intervenção:

- Pobreza e emprego;
- Saúde e HIV/SIDA;
- Educação e Formação das raparigas;
- Direitos das mulheres e violência;
- Poder e presença nos organismos de tomada de decisão;
- Meio ambiente e agricultura;
- Mecanismos institucionais para o Avanço da Mulher.

Fonte: Plano de Acção para o Avanço da Mulher 2007-2009.

Uma fraqueza significativa no que respeita à implementação destas leis e políticas é que elas foram preparadas sem que esteja criado o necessário enquadramento político. A Política de Género e Estratégia de Implementação (PGEI) apenas foi aprovada em 2007, dez anos depois da formulação dos Planos de Acção e da institucionalização das Unidades de Género (UGs) em alguns ministérios (ver abaixo). O objectivo geral da PGEI é ‘desenvolver as principais linhas de acção, de uma forma integrada, visando a promoção da igualdade de género, olhar pelos direitos humanos e fortalecer a participação das mulheres no desenvolvimento do país’. A estratégia de implementação centra-se nas áreas de actividade política, económica, legal, sócio-cultural, defesa e segurança (Boletim da República 2007).

A demora na aprovação da política sublinha mais uma vez a limitada vontade política dos actores chave para a tomada de decisões, e uma falta de consciência da importância das questões de género nas políticas de desenvolvimento do país. De facto, nas palavras de Edda Collier, ‘A não existência de uma política nacional de género representou uma falha crítica, já que alguns sectores não ficaram convencidos da necessidade de nomear os Pontos Focais de Género (PFG) e criar Unidades de Género (UGs) sem uma base formal legal’ (Collier, 2006:15/16).<sup>18</sup>

### 3.4 Intervenções no Desenvolvimento

O objectivo principal de desenvolvimento do Governo de Moçambique é lutar contra a pobreza absoluta. Dentro dos esforços para melhorar as condições de vida em Moçambique, o GdM desenvolveu o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2001-2005 (PARPA I) e o PARPA II (2006-2009). O principal objectivo do PARPA é reduzir os níveis de pobreza de 70% em 1997 para 60% em 2005 e para 45% no final de 2010. Para este fim, tem havido algum progresso dado que a contagem de pobreza foi medida em 54% em 2003 (DNPO 2004, mas ver também Hanlon 2008). A estratégia do PARPA engloba políticas e programas em seis áreas prioritárias: educação, saúde, agricultura e desenvolvimento rural, infra-estruturas básicas, boa governação e macro-economia.

<sup>18</sup> As Unidades de Género (UGs) são mecanismos criados nos diferentes Ministérios com o objectivo de influenciar processos de planeamento e orçamentação sensíveis ao género, e são catalizadores para que as questões de género sejam colocadas na agenda dos programas sectoriais.

O documento do PARPA define a visão estratégica para a redução da pobreza, os objectivos principais e as actividades chave a implementar, e orienta também a preparação dos orçamentos anuais, programas e políticas. O PARPA é consequentemente o principal instrumento do planeamento de médio prazo, dando orientações às políticas sectoriais e transversais, programas e intervenções para a redução da pobreza em Moçambique. A política de redução da pobreza deverá também, idealmente, ser harmonizada com outros instrumentos chave de planeamento do desenvolvimento, como os Planos Estratégicos Sectoriais e Provinciais, o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), o Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento do Estado (OE).

O PARPA representa também o principal enquadramento político através do qual as desigualdades de género são resolvidas e melhoradas. O documento considera o género como uma questão transversal, com o argumento de que o género não pode ser considerado isoladamente, dado que as estratégias e acções dependem dos esforços concertados e integrados de múltiplos actores. As acções na área da desigualdade de género são de dois tipos principais. As acções de natureza indirecta referem-se ao processo de crescimento económico, com uma razoável (equitativa) redução da pobreza, e cobrem: (i) a política macro-económica; (ii) o crescimento do sector produtivo, um aumento da produtividade e do emprego; e (iii) a priorização/alocação de recursos públicos aos diferentes sectores económicos e sociais. As acções de natureza directa dizem respeito aos Programas de Acção Social (Pilar do Capital Humano), especificamente voltados para a melhoria da educação e saúde e para criar mecanismos de modo a que as mulheres e os seus dependentes possam subir acima da pobreza e vulnerabilidade económica e social.

Todavia, não obstante o facto de as questões de género terem sido articuladas ao longo de todos os pilares da estratégia do PARPA, isto não foi adequadamente traduzido na prática. É necessário que sejam feitos mais esforços para criar um ambiente favorável à integração das questões de género no processo de redução da pobreza, particularmente nas áreas de governação, produção agrícola, emprego, educação das raparigas e segurança social. A secção seguinte delineará o conceito de integração do género, que é a abordagem processual escolhida para levar a cabo a igualdade de género e o empoderamento da mulher em Moçambique, e fará depois uma avaliação das actuais estruturas institucionais que estão estabelecidas para implementá-lo.

## Integração do Género

O conceito de *integração* aparece pela primeira vez durante a Terceira Conferência Mundial sobre a Mulher, das Nações Unidas (Nairobi, 1985), num debate sobre o papel da mulher no desenvolvimento. Nesse debate discutiu-se a importância de integrar a questão do género nas políticas de desenvolvimento, bem como a necessidade de envolver os governos na integração da igualdade de género através do desenho e planeamento de políticas e programas.

Na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, das Nações Unidas (Pequim, 1995), a estratégia de integração foi retomada pela Plataforma de Acção, onde era especificado que os governos e outros parceiros devem promover uma política activa e visível para a integração transversal do género em todas as políticas e programas públicos. A principal preocupação que guiava a promoção deste princípio era a falha em considerar o papel social da mulher nos países em desenvolvimento, ou a ausência de uma perspectiva do género no desenho das políticas de desenvolvimento. De facto, depois da definição da estratégia de integração em Pequim, muitos países começaram a desenvolver e a promover a integração nas suas próprias instituições públicas.

Para que a integração do género funcione devidamente, e para que seja verdadeiramente consolidada, é necessário haver um claro compromisso político e alocar-lhe recursos suficientes, tanto financeiros como humanos. É igualmente importante criar mecanismos apropriados para o processo de monitoria e para identificar questões e indicadores de género para cada um dos sectores onde hajam diferenças e disparidades de género. Portanto, a integração tem de ser acompanhada por análises de género cuidadosas. Muito embora a integração possa ser um instrumento eficiente para ‘generalizar’ as

políticas de género, pode também ser necessário implementar políticas e programas específicos para as mulheres.

### Caixa 2. Definição de integração do género

Definição de *integração do género* ou integração transversal do género.

A noção de integração de questões de género em todas as políticas e intervenções de desenvolvimento foi estabelecida, como uma estratégia global para a promoção da igualdade do género, na Plataforma de Acção adoptada na Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher realizada em Pequim (China) em 1995. Em Julho de 1997, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (CES) definiu o conceito de *integração do género* ou a integração transversal do género:

‘Integrar uma perspectiva de género é o processo de avaliar as implicações para as mulheres e para os homens de qualquer acção planeada, incluindo a legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e a todos os níveis. É uma estratégia para fazer das preocupações e experiências das mulheres e dos homens uma dimensão integral do desenho, implementação, monitoria e avaliação das políticas e programas em todas as esferas política, económica e de sociedade, para que as mulheres e os homens beneficiem igualmente e a desigualdade não seja perpetuada. O objectivo final da integração é conseguir a igualdade de género.’

A integração ou a integração transversal do género inclui actividades de género específicas onde homens e mulheres se encontram em situações de particular desvantagem. As intervenções específicas do género podem ter mulheres, homens e mulheres juntos, ou apenas homens como seu grupo alvo exclusivo, a fim de garantir que participam e beneficiam igualmente nas tarefas de desenvolvimento.

### Integração Institucional

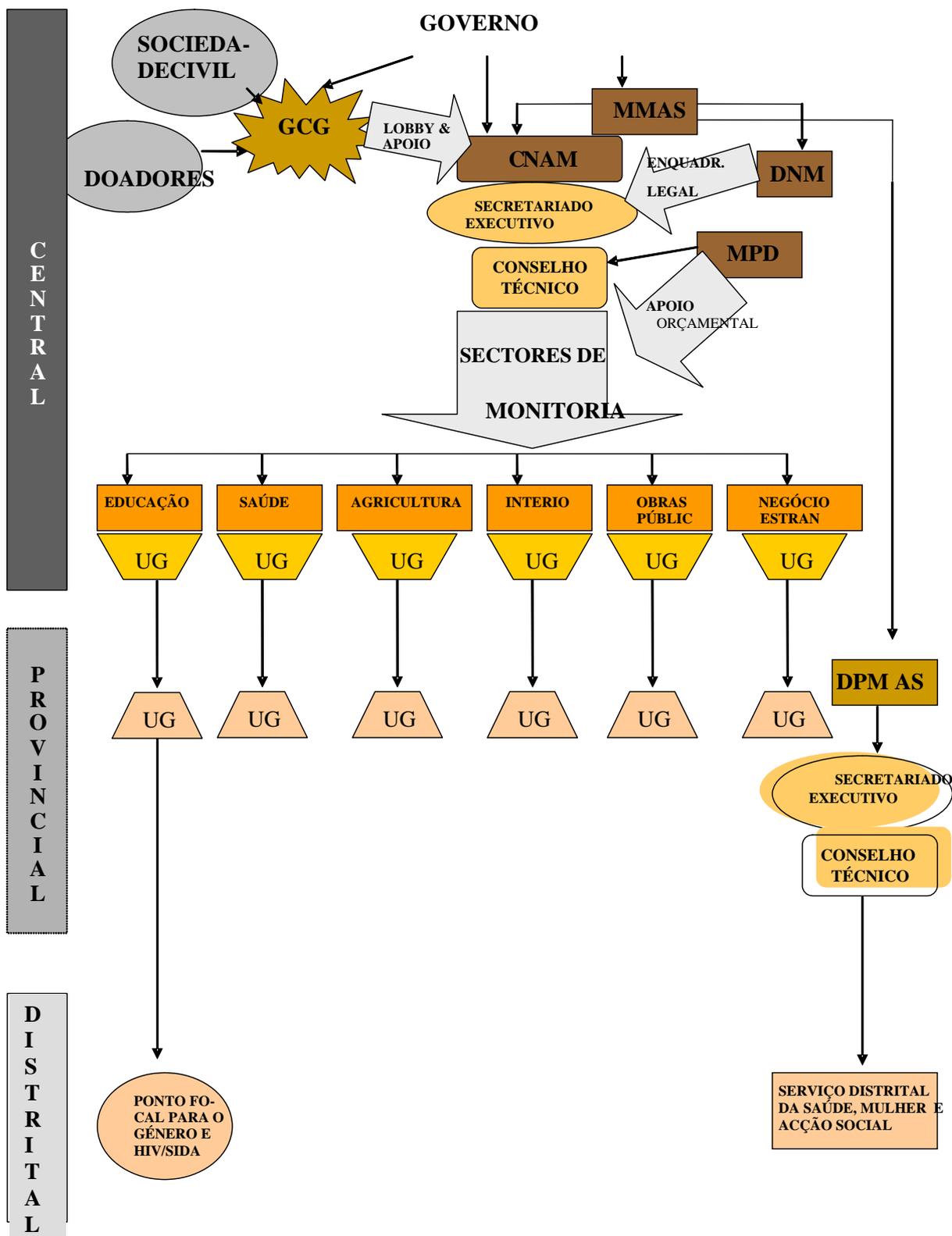
O processo da integração do género começou em Moçambique logo a seguir à adopção da Plataforma de Acção da Conferência de Pequim. O Governo criou diferentes mecanismos institucionais para a promoção, advocacia e mobilização de apoio para o avanço do estatuto da mulher (ver a Figura 1). Como mencionado acima, foi criado um Grupo Operacional (GO) dentro do então Ministério para a Coordenação da Acção Social (MCAS) e seu Departamento da Mulher. Ao longo dos anos a questão do género começou a assumir maior importância na agenda política do GdM e em 2000 foi criado o Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS) e também a Direcção Nacional da Mulher (DNM).

Em 2004, o Conselho de Ministros criou o CNAM, que substituiu o anterior GOAM. Este é actualmente o órgão consultivo através do qual o Ministério da Mulher e da Acção Social leva a cabo a coordenação inter-sectorial, com o objectivo principal de acompanhar a implementação das políticas e programas de género aprovados pelo Governo.<sup>19</sup> A função principal do CNAM é promover e monitorar a implementação das políticas do género do governo em todos os seus planos e programas (PARPA, PES, OE, BdPES) e, em particular, o Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (PNAM) e a Política de Género e sua Estratégia de Implementação (PGEI). O CNAM é presidido pela Ministra do MMAS e inclui ministros do governo;<sup>20</sup> duas ONGs (Fórum Mulher e Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade); dois representantes de grupos religiosos (o Conselho Cristão de Moçambique e a Igreja Católica); um representante dos sindicatos (Organização dos Trabalhadores Moçambicanos, OTM) e um representante do sector privado (Confederação das Associações Económicas, CTA).

<sup>19</sup> Boletim da República, Publicação Oficial da República de Moçambique, Decreto 7/2004, I Série – Número 13, de 1 de Abril.

<sup>20</sup> Ministro das Finanças e Vice-Presidente, Ministro da Saúde, Ministro da Educação e Cultura, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministro da Administração Estatal, Ministro da Juventude e Desportos, Ministro do Trabalho.

FIGURA 1. INTEGRAÇÃO DO GÉNERO EM MOÇAMBIQUE



O CNAM é composto por dois órgãos: o Secretariado Executivo, responsável pela direcção técnica e pelo impulsionamento das actividades confiadas ao CNAM, e o Conselho Técnico composto pelos pontos focais do género dos ministérios com unidades de género<sup>21</sup> e representantes de outras instituições públicas. A integração do género inclui também mecanismos institucionais ao nível sectorial. Nos ministérios considerados particularmente relevantes para as questões de género, como educação, saúde e agricultura, há Unidades de Género responsáveis pela coordenação dos pontos focais em cada uma das direcções nacionais do ministério, bem como nas direcções provinciais. Idealmente, os pontos focais do género deviam ser pessoas com experiência e consciência das questões de género no sector, tanto a nível nacional como provincial. O papel das Unidades de Género nacionais e provinciais é influenciar os processos de planeamento e orçamentação e ser catalizador, colocando as questões do género na agenda dos programas do sector. Neste sentido, as Unidades de Género são a chave para a integração do género dentro dos seus respectivos ministérios e direcções. Na prática, porém, o papel das Unidades de Género é muito fraco, como veremos novamente abaixo.

No contexto do processo de descentralização e do fortalecimento das autoridades locais (ver a Lei dos Órgãos Locais do Estado, LOLE), as Direcções Provinciais da Mulher e Acção Social têm um Secretariado Executivo e um Conselho Técnico. No âmbito do UNFPA e do programa do UNIFEM 'Apoio à Igualdade de Género e ao Empoderamento da Mulher ao Nível Central e em Províncias Seleccionadas', está actualmente a ser realizado trabalho para capacitar pontos focais de género na província da Zambézia, com expansão para outras províncias do país no futuro.

Os papéis e funções das províncias e distritos estão actualmente a ser redefinidos, e a lei está a ser revista para permitir um maior papel para as autoridades tradicionais locais. O quadro institucional tem introduzido pontos focais de género ao nível distrital, cujas actividades são financiadas pelo orçamento alocado à Administração Distrital. Presentemente, esta reforma da função pública é coordenada pelo Ministério da Administração Estatal (MAE), responsável pela gestão da função pública, administração do governo local e supervisão. Ao nível distrital há também o Serviço de Saúde, da Mulher e Acção Social que, no âmbito das questões que dizem respeito à mulher e à acção social, tem como seu objectivo a promoção da realização de acções que garantam a igualdade de género e a equidade.<sup>22</sup> Os pontos focais de género e HIV/SIDA foram também estabelecidos a nível distrital no sector de educação, como parte dos serviços de Educação, Juventude e Tecnologia.

## Monitoria e Avaliação

As políticas e intervenções do género são monitoradas através de sistemas de monitoria sectoriais. Por outras palavras, cada sector tem Unidades de Género que monitorizam as actividades, políticas e programas. Este processo de monitoria sectorial é coordenado pelo Conselho Técnico do CNAM, dirigido pelo Secretariado Executivo e composto por uma equipa do Ministério do Plano e Desenvolvimento, pelos diferentes pontos focais das Unidades de Género, bem como pelos diferentes representantes da sociedade civil e doadores pertencentes ao Grupo de Coordenação do Género (GCG), ao qual voltaremos abaixo.

Como já enfatizado, o PARPA é o principal instrumento que define a matriz dos objectivos, acções e indicadores para cada um dos pilares estabelecidos no plano. Olhando para a Matriz dos Indicadores Estratégicos do PARPA II (Tabela 31), o principal 'indicador global' está relacionado com o Índice de Desenvolvimento de Género, discutido no capítulo anterior. Há também objectivos mais específicos para promoverem a igualdade de género e o empoderamento da mulher, incluindo a aprovação da Política de Género (já realizada) e a regulação e formulação de estratégias de género sectoriais para cada ministério, entre 2008 e 2009. Por último, há indicadores mais concretos relacionados com a apresentação de dados desagregados por sexo, pela educação e saúde. Não há indicadores para o

<sup>21</sup> Os ministérios com unidades de género incluem os Ministérios da Educação e Cultura; Saúde; Agricultura; Mulher e Acção Social; Juventude e Desportos; Defesa; Interior; Energia e Recursos Minerais; Ciência e Tecnologia; Pescas; e Negócios Estrangeiros.

<sup>22</sup> Boletim da República, Publicação Oficial da República de Moçambique, Estatuto Orgânico do Governo Distrital, Decreto 6/2006, I Série – Número 15, de 12 de Abril, Moçambique.

envolvimento das mulheres na agricultura ou outras áreas económicas que argumentámos ser absolutamente essencial para a promoção da igualdade de género em Moçambique.

No que respeita aos outros instrumentos de planeamento e orçamentação há, na realidade, diferentes níveis de integração das questões de género. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) nem integrou as questões de género nem definiu os indicadores de género necessários para a monitoria. O maior avanço das questões de integração de género nos planos estratégicos sectoriais e provinciais encontra-se nos sectores da educação, saúde, agricultura e obras públicas e habitação. De facto, o nível sectorial está melhor posicionado para orientar e integrar as questões de género, já que está melhor localizado para identificar as desigualdades de género ao nível de sector e para desenhar estratégias apropriadas. O PES falha também não apresentando uma integração sistemática das questões de género, apesar da Matriz de Indicadores Estratégicos do PARPA estar integrada no enquadramento nacional e provincial do PES. Na verdade, este instrumento de planeamento é essencial para que a integração de género seja eficaz nos processos de planeamento e orçamentação (ver Ibraimo 2006). De facto, muitas das faltas são reconhecidas pelo governo e pelos doadores (ver o PAP 2008).

**Tabela 31. Matriz dos indicadores estratégicos do PARPA II na área do género**

INDICADORES GLOBAIS		
Objectivo	Indicador	
Reduzir a Pobreza	Índice do Desenvolvimento de Género	
Melhorar a qualidade da provisão dos serviços públicos		
INDICADORES POR PILAR		
Pilar	Área	Indicador
Desenvolvimento do Capital Humano	Educação	Taxa líquida de escolarização na Escola Primária (1+2) - Raparigas
		Taxa de conclusão do EP2 - Raparigas
	Saúde	Taxa de cobertura dos partos institucionais
		% de Postos de Saúde (PS) localizados nas capitais de distrito, com casas de espera para mulheres grávidas
		Nº de PS por 500.000 habitantes que prestam os cuidados básicos obstétricos essenciais
		% de mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos que têm pelo menos uma rede mosquiteira e insecticida, em cada distrito
		% de mulheres grávidas que recebem pelo menos uma dose de TPI (Tratamento Preventivo Intermitente), entre as pacientes das consultas pré-natais
		Percentagem (e número) de mulheres com HIV+ que receberam tratamento profiláctico completo nos últimos 12 meses, para reduzir o risco de transmissão de mãe para filho.
		Percentagem (e número) de pessoas com infecção avançada do HIV que receberam TAR (terapia anti-retroviral) de acordo com os protocolos nacionais (desagregados por sexo e por grupo etário) (0-14, 15-24 e 25 e mais)
	Género Transversal	Aprovação e implementação da política de género e da sua estratégia de implementação
		Género integrado nos processos de planeamento (PES e BdPES)
	HIV/SIDA Transversal	% de pessoas entre os 15 e 49 anos que expressam atitudes de aceitação das pessoas que vivem com o HIV/SIDA (desagregada por sexo)
		% de jovens sexualmente activos entre os 15 e 24 anos que relatam ter usado preservativo na última relação sexual com um parceiro irregular (desagregada por sexo)

## 3.5 Intervenções dos Doadores e da Sociedade Civil

### Intervenções dos Doadores em Moçambique

Desde os anos 1990, muitas agências internacionais de doadores têm vindo a implementar programas e projectos que integram a questão da mulher como um factor importante no processo de desenvolvimento, na perspectiva da Mulher em Desenvolvimento (MeD). Perto do fim dos anos 1990, o conceito de ‘género’ começou a aparecer nos discursos sobre desenvolvimento e os doadores e agências internacionais começaram a incluir as desigualdades entre homens e mulheres numa abordagem multisectorial. Isto é chamado Género e Desenvolvimento ou perspectiva de GeD. A seguir, começaram a aparecer pontos focais de género (PFG) em muitas agências multilaterais e bilaterais, bem como em ONGs internacionais e nacionais.

Actualmente, quase todas as agências bilaterais e multilaterais têm um Ponto Focal de Género, cuja função é assegurar que a questão de género é integrada em todos os programas e projectos. Todavia, os Pontos Focais de Género são normalmente funcionários do programa cuja responsabilidade principal não é o género, mas sim providenciar o acompanhamento de outras áreas de responsabilidade. Presentemente, apenas a Agência Canadiana de Desenvolvimento Internacional (CIDA) em Moçambique tem em actividade um funcionário de género a tempo inteiro.

Ao mesmo tempo, embora várias agências doadoras tenham uma política e estratégia geral de género, apenas uma agência (também neste caso a CIDA - Canadá) tem políticas e estratégias específicas para Moçambique. Como argumentaremos na conclusão deste relatório, um dos principais problemas com as actuais políticas e intervenções de género iniciadas pelos doadores é que elas não estão suficientemente adaptadas às complexas realidades da desigualdade de género em Moçambique.

O doador que se distingue pelo seu trabalho na promoção da igualdade de género é, como já indicado, a Agência Canadiana de Desenvolvimento Internacional (CIDA). A agência tem uma Política de Género global da CIDA, da sua sede em Ottawa, mas também um ‘Programa Moçambicano de Estratégia de Igualdade de Género’ (CIDA 2006) específico. Além disso, a CIDA formulou um Quadro de Avaliação dos Resultados sobre Igualdade de Género (2005), que vai ao encontro da necessidade de avaliar todas as intervenções segundo a sua sensibilidade ao género. A CIDA é também um participante activo do Grupo de Coordenação de Género.

A Embaixada da Holanda é outra das agências bilaterais que gostaríamos de classificar favoravelmente na promoção e apoio de questões relacionadas com a igualdade de género. Apesar de esta agência não ter uma estratégia de género específica para Moçambique, promove activamente as questões de género nos Ministérios da Saúde e Educação e apoia, entre outros projectos, o programa da UNFPA ‘Apoio à Igualdade de Género e ao Empoderamento da Mulher’. A terceira agência que gostávamos de realçar é a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI). A sua estratégia para o género baseia-se no apoio directo ao Orçamento do Estado, mas a ASDI apoia também programas conjuntos com agências multilaterais e algumas ONGs nacionais e internacionais (incluindo o Fórum Mulher). A ASDI tem também um assessor sócio-económico especial para o qual o género é uma parte importante do seu trabalho.

A Noruega é provavelmente um doador mais ‘típico’ no que respeita a questões de género. A Noruega tem na sua sede um Plano de Acção para os Direitos da Mulher e a Igualdade de Género na Cooperação para o Desenvolvimento (UD 2007), mas como questão ‘transversal’ tem pouco impacto nos principais sectores com os quais está envolvida (i.e. energia, pescas e saúde). Contudo, a Noruega tem alguns projectos individuais nas áreas da Mulher e Democracia, Direitos Legais e Prevenção da Violência e Abuso Sexual, que são importantes mas bastante separados das iniciativas maiores e mais coordenadas, incluindo as das agências especializadas UNFPA e UNIFEM e do Grupo de Coordenação de Género (ver abaixo).

Entre as agências multilaterais, algumas agências das Nações Unidas como o PNUD, UNICEF, UNFPA e UNIFEM salientam-se pela sua contribuição efectiva para a definição nos órgãos estatais relevantes de políticas e programas que respondem ao género. Entre estas organizações, o UNIFEM tem o mandato mais bem definido. O UNIFEM opera em Moçambique desde os anos 1990, através de programas de luta contra a violência doméstica, o HIV/SIDA e a feminização da pobreza, além de dar assistência técnica ao governo e às organizações da sociedade civil. O programa do Orçamento para Responder ao Género (ORG), que começou em 1996, consiste no apoio ao governo e às OSCs na orçamentação de planos macro e sectoriais de resposta ao género (UNIFEM 2006).

Em 1998, uma iniciativa conjunta das agências das Nações Unidas e doadores bilaterais criou o Grupo de Género dos Doadores. O objectivo deste grupo era criar mecanismos para a coordenação e troca de informação sobre as respectivas actividades na promoção da igualdade de género (Collier, 2006:16). Mais tarde, o Grupo de Género dos Doadores foi transformado no actual Grupo de Coordenação de Género (GCG), o qual além dos doadores multilaterais e bilaterais, inclui membros da sociedade civil (como o Fórum Mulher, que pelo que vimos é uma organização que abriga um grande número de ONGs) bem como do governo através do Ministério do Plano e Desenvolvimento e do Ministério da Mulher e da Acção Social (através da Direcção Nacional da Mulher).<sup>23</sup>

Recentemente, o Grupo de Coordenação de Género reviu os seus Termos de Referência, com o objectivo de redefinir o seu papel. O novo GCG pretende ser algo mais do que um mero espaço para a troca de informação, colocando mais ênfase na coordenação e promoção de sinergias no campo do género e no apoio à operação eficiente das políticas e programas para a igualdade de género (Collier 2006:16). De acordo com os TdR, o objectivo do GCG é ‘contribuir para um maior equilíbrio nas relações de género em Moçambique através da integração das questões de género em todos os processos e níveis de governação’.

Mais especificamente, os objectivos do GCG são: (i) fortalecer a coordenação e assegurar um diálogo político profundo entre o Governo e os outros parceiros no que respeita às questões de género; (ii) apoiar a operação e monitoria eficientes das políticas que pretendem promover a igualdade nas relações de género, incluídas no PARPA e na PGEI, incluindo a reforma legal; (iii) contribuir para a análise e pesquisa das questões de género relacionadas com políticas, com um enfoque no PARPA e na PGEI; (iv) apoiar mecanismos de coordenação visando as questões de género ao nível provincial; e (v) fortalecer a capacidade dos seus membros e de outros parceiros para analisar questões de género e defender estratégias.

A percepção entre a maioria das pessoas entrevistadas para este estudo é que a liderança *de facto* no GCG tem desde há muito sido exercida pelos doadores e organizações da sociedade civil, tendo o governo desempenhado um papel muito mais passivo. Ao mesmo tempo, os entrevistados (incluindo os que fazem parte do governo) realçaram também a importância dos doadores dentro dos GCG na construção de capacidade técnica das diferentes instituições públicas. Para este fim, o GCG tem um papel importante a desempenhar na promoção do diálogo político sobre questões de género entre o Governo e os outros parceiros.

Não obstante a relevância do grupo para colocar as questões de género na agenda política, uma das suas fraquezas é a falta de uma clara definição das prioridades e das áreas de intervenção mais relevantes para promover a igualdade de género em Moçambique. O GCG concentrou-se principalmente na monitoria da resposta ao género nas políticas e programas sectoriais, mas não contribuiu para a definição das estratégias necessárias para pôr um fim na desigualdade de género em Moçambique.

---

<sup>23</sup> Os actuais membros do GCG são: UNICEF, OMS, UNFPA, Fórum Mulher, MISAU, MEC, FAO, USAID, DFA Irlanda, CIDA, ASDI, Banco Mundial, UE, MPD, PNUD, DFID, OXFAM UK, Handicap Internacional Moçambique, Cooperação Italiana, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Agência Islandesa de Desenvolvimento Internacional (ICEIDA), DANIDA, FDC e MFA.

De facto, a maioria das intervenções dos doadores na área da igualdade de género e empoderamento da mulher tem até agora visado a construção de capacidade do governo e instituições da sociedade civil em Moçambique. A maioria delas apoia o governo nos seus esforços para integrar a igualdade de género nos planos sectoriais e outros, dentro da ideia de ‘integração’. Como vimos, o resultado concreto disto foi muito limitado. Há algumas agências que implementam programas e projectos específicos com o objectivo de promover a igualdade de género. Estas agências disponibilizam fundos às ONGs relevantes como a MULEIDE, WLSA e o Fórum Mulher, ou iniciam pequenos projectos que tendem a ser bastante isolados dos esforços concertados mais amplos.

### **Caixa 3. A Melhor Prática: ‘Apoio à Igualdade de Género e ao Empoderamento da Mulher’**

Em 2002, o UNFPA e o UNIFEM lançaram o programa para 4 anos ‘Apoio à Igualdade de Género e ao Empoderamento da Mulher ao Nível Central e em Províncias Seleccionadas’. Este programa está a ser executado em parceria com o Governo, através do MMAS – Direcção Nacional da Mulher, Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social da Zambézia, e Sociedade Civil, representada pelo Fórum Mulher e pelo núcleo das Associações de Mulheres da Zambézia, NAFEZA. O projecto foi desenvolvido com o apoio técnico e financeiro do UNFPA e do UNIFEM, e foi co-financiado por doadores bilaterais como a Suécia, Holanda, Irlanda e Canadá. O objectivo essencial do projecto era apoiar a promoção da igualdade de género e o empoderamento da mulher e, em particular, a sua participação activa no processo de desenvolvimento. A fim de alcançar este objectivo, a maior ênfase da capacidade institucional dos parceiros foi colocada no governo e na sociedade civil.

## Intervenções da Sociedade Civil

O movimento social das mulheres em Moçambique esteve, durante muito tempo, ligado à Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Como anteriormente mencionado, a OMM foi criada pelo governo da Frelimo na altura da independência com o objectivo de popularizar as políticas da Frelimo e promover a emancipação da mulher. Apesar do bom trabalho desenvolvido pela OMM e os seus esforços genuínos para representar todas as mulheres a nível nacional, pouco foi feito para desafiar as estruturas do poder patriarcal.

No início dos anos 1990, com a transição para o pluralismo político e a aprovação da Lei de Associações, a sociedade civil Moçambicana cresceu consideravelmente (FDC 2007). Neste novo contexto, o apoio da Frelimo às organizações sociais terminou e a OMM perdeu muito do seu estatuto e posição dentro das estruturas do estado e do partido. A OMM estabeleceu-se como uma organização autónoma em 1992 mas, nas palavras de Edda Collier, ‘historicamente, a abordagem da OMM, foi dar prioridade às necessidades práticas de género das mulheres, em detrimento das necessidades estratégicas de género. Hoje, a abordagem da OMM continua a ser caracterizada por questões de ‘bem estar’ para as mulheres como mães e esposas, e não enquanto agentes para mudança da sociedade’ (Collier 2006:17).

Actualmente, a organização mais conhecida a trabalhar para benefício do bem estar da mulher e igualdade de género é o Fórum Mulher ([www.forummulher.org.mz](http://www.forummulher.org.mz)). O Fórum Mulher é uma rede de várias organizações, incluindo ONGs, sindicatos, ligas de mulheres de partidos políticos, agências doadoras e outras entidades. Um dos seus objectivos é influenciar o governo e a sociedade para adoptarem medidas políticas para o avanço da mulher, e outro é fornecer serviços aos seus membros através de assistência técnica na análise de género, integração e advocacia. De facto, muitas organizações (listadas na Caixa 4 abaixo) que trabalham para benefício do desenvolvimento da mulher ganharam uma força significativa depois da Conferência de Pequim.

**Caixa 4. OSCs a Trabalhar no Campo do Género**

WLSA (Fundo para a Educação e Pesquisa sobre Mulher e Lei na África Austral), Muleide, FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade), AMODEFA (Associação Moçambicana para a Defesa da Família), Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, AMCS (Associação de Mulheres na Comunicação Social), AMMCJ (Associação de Mulheres Moçambicanas de Carreira Jurídica), AMRU (Associação das Mulheres Rurais), ANSA (Associação para a Nutrição e Segurança Alimentar), COMUTRA (Comité das Mulheres Trabalhadoras da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos – Federação de Sindicatos (OTM-CS), e a Rede CAME (Rede para Defesa dos Direitos das Crianças).

O WLSA e a MULEIDE distinguem-se como as organizações mais especializadas. O WLSA ([www.wlsa.org.mz](http://www.wlsa.org.mz)) é uma organização regional não governamental que efectua pesquisas sobre a situação dos direitos das mulheres, e tem tido um papel muito forte na formulação do esboço de leis, como no caso da lei sobre a violência doméstica. Embora muitas organizações trabalhem principalmente na protecção dos direitos sociais e económicos, a missão da MULEIDE é providenciar apoio legal à mulher nos casos de divórcio, separação e violência doméstica, bem como conduzir campanhas educacionais nas comunidades.

A maioria das organizações de mulheres está baseada em Maputo e, numa menor dimensão, noutras cidades, apesar da sua proclamada intenção de representar todas as mulheres. É vital para as organizações atingir todas as partes do país, de modo a poderem relacionar-se com todas as diferentes realidades das mulheres Moçambicanas. Para este fim, tem havido algumas iniciativas para estabelecer redes provinciais que agrupem as OSCs orientadas para questões de género (e.g. NAFEZA na Zambézia), mas estas operam geralmente de um modo informal, principalmente porque não têm capacidade organizacional nem fundos suficientes.

A sociedade civil tem um papel muito importante a desempenhar na igualdade de género e no empoderamento da mulher, mas três questões críticas parecem justificar mais atenção. A primeira é uma visão clara e coerente do lugar da mulher na sociedade, com base nas realidades Moçambicanas, e um esboço de estratégias para transformar a sociedade e alcançar a igualdade de género. A segunda baseia-se na assunção de que a desigualdade de género não é principalmente uma questão da capacidade das mulheres para transformarem as suas vidas, mas sim do seu desigual relacionamento com os homens, o que necessita de um enfoque mais forte sobre o lado masculino da equação de género. A terceira é a necessidade de uma relação mais activa e directa com a vida da maioria das mulheres, que são pobres e sem educação e para as quais a ideia de igualdade de género é ainda difícil de compreender.

### 3.6 Resumo

Não obstante a relativamente forte representação de mulheres na política em Moçambique, a análise acima sugere que há fraquezas significativas na integração de questões de género nas políticas e programas de desenvolvimento do país. Não existe uma integração global das questões de género, e as análises de género existentes que identificam as desigualdades entre homens e mulheres são inadequadas. Para além da limitada vontade política para lidar seriamente com a questão, há um acesso limitado a dados desagregados por sexo, que é necessário para um enfoque de género eficaz nos processos de planeamento, orçamentação e monitoria.

O PARPA constitui o enquadramento político fundamental para a integração das questões de género nas políticas e programas do GdM, por ser o documento que orienta e harmoniza todos os instrumentos de planeamento e orçamentação de curto e médio prazo. Todavia, o modelo usado não fornece informação suficiente sobre género para assegurar que uma perspectiva de género sobre redução da pobreza em Moçambique possa ser acompanhada. Os dados desagregados por sexo

ajudariam a detectar as necessidades de desenvolvimento mais relevantes e a alcançar um desenvolvimento sustentável e equitativo entre homens e mulheres.

No que respeita ao género como uma questão transversal, o objectivo do PARPA é ‘promover a igualdade de género e fortalecer o poder da mulher’. Para este objectivo, o indicador principal é a integração do género nos processos de planeamento de política pública, como o PES e o BdPES. Para além do indicador ser vago e ambíguo, o PARPA não define adequadamente o que verdadeiramente significa ‘integração’ e como se alcança. De facto, o PARPA parece assumir que uma vez que o género tenha sido integrado nos instrumentos de política, a igualdade de género será automaticamente conseguida. Isto efectivamente faz da ‘integração’ um objectivo por si própria, em vez de um mecanismo para atingir a igualdade de género.

Em termos da integração das questões de género nas instituições governamentais, o Ministério da Mulher e da Acção Social está encarregado de liderar a coordenação e execução das políticas, para assegurar que as necessidades e interesses das mulheres são tomados em consideração. Todavia, o MMAS tem demonstrado durante os últimos anos uma incapacidade inadequada para liderar e monitorar a política do governo nesta área. Uma razão importante para isso é a falta de vontade política e de compromisso do Governo para com as questões de género, o que é demonstrado pelo limitado orçamento atribuído ao Ministério e pela sua concomitante dependência do auxílio externo.<sup>24</sup>

Ao nível de sector, as Unidades de Género enfrentam diversos constrangimentos na execução das suas tarefas. O principal constrangimento é a falta de institucionalização, com UGs ainda em apenas alguns ministérios e frequentemente com estatuto e papel vagos. Isto significa que a força e impacto das UGs está muito dependente do compromisso da gestão e da competência e capacidade dos pontos focais de género, geralmente mulheres jovens que trabalham a tempo parcial. Além disso, as UGs limitam principalmente o seu trabalho ao desenvolvimento do conhecimento sobre a importância do género entre o pessoal, e põem consideravelmente menos ênfase nos processos concretos de planeamento e orçamentação, os quais, em última instância, são mais importantes se for tomada uma acção concreta. No âmbito da descentralização, a integração de género é ainda mais limitada.

As ONGs nacionais e as redes de ONGs como o Fórum Mulher parecem ter um papel particularmente importante no trabalho para o empoderamento da mulher, por terem o potencial para envolver um grande número de diferentes actores na sociedade civil, que estão em contacto directo com as mulheres no terreno, nas áreas rurais e urbanas. Para atingir esta meta, precisarão de mais apoio político e financeiro. Com excepção de poucos doadores multi e bilaterais, que têm a igualdade de género no topo das suas listas de prioridades (a CIDA, a Holanda e a ASDI) ou como a principal base lógica do seu trabalho (o UNIFEM e o UNFPA), muitos doadores enfatizam actualmente a igualdade de género como uma questão transversal mas não dão seguimento em termos de intervenção concreta e de alocações económicas.

Globalmente, a fraqueza mais importante na abordagem da integração de género em Moçambique é que esta constitui principalmente um processo político baseado em declarações políticas e intervenção burocrática. Como resultado, embora a integração de género mostre alguma melhoria em termos políticos e técnicos, não tem sido acompanhada por acção concreta em termos de mudanças estruturais e consciencialização necessária para a transformação das relações de género. Uma abordagem mais construtiva, tal como a vemos, seria dar mais prioridade a programas e intervenções específicos sobre género, os quais ao longo do tempo conduziram a uma maior aceitação da importância da ‘integração’ de género nos esforços para reduzir a pobreza e a desigualdade em Moçambique. Neste trabalho, acreditamos que o Grupo de Coordenação de Género, dirigido pelo Governo e envolvendo a sociedade civil e os doadores, desempenharia um papel importante.

<sup>24</sup> O orçamento do MMAS representava uns meros 0,7% do Orçamento Geral do Estado em 2007, dos quais apenas uma parte eram destinados à promoção da igualdade de género (PAP 2008).

## 4. Conclusões e Recomendações

### 4.1 Conclusões

Moçambique tem uma longa tradição política de enfatizar a igualdade de género e o empoderamento da mulher, surgidos com as políticas pós-independência da Frelimo e contactos alargados com as feministas Ocidentais. Contudo, o impacto destas políticas sofreu com as configurações sócio-culturais masculinas profundamente arraigadas, e com uma limitada acção e intervenção concreta para além dos enquadramentos político e legal. Mais recentemente, a mudança em direcção à igualdade de género foi afectada pela fraqueza do Ministério da Mulher e da Acção Social, e pela política dominante de ‘integração de género’ que efectivamente pulverizou a responsabilidade e tornou as questões de género numa questão não comprometida e ‘transversal’, para o governo e para os doadores.

As principais excepções neste cenário são um forte lobby da sociedade civil, representada pelo Fórum Mulher e pelo WLSA, pelas agências especializadas das NU – UNFPA e UNIFEM, e pelo Canadá, Holanda e Suécia como doadores bilaterais particularmente comprometidos. Estas instituições têm impulsionado importantes questões concretas relacionadas com o género, como a Lei da Família e a (ainda pendente) Lei sobre a Violência Doméstica, e implementado importantes programas de género como o ‘Apoio à Igualdade de Género e ao Empoderamento da Mulher ao Nível Central e em Províncias Seleccionadas’. Dito isto, as questões da igualdade de género e do empoderamento da mulher continuam a ser um ‘fenómeno de Maputo’: há poucas repercussões aos níveis provincial e distrital, onde o Ministério da Mulher e da Acção Social, as Unidades de Género dos ministérios sectoriais e a maioria dos doadores têm muito poucas iniciativas concretas na área da igualdade de género.

Apesar dos avanços na redução da pobreza e no aumento dos níveis de educação em Moçambique durante os últimos anos, o país continua como o mais pobre e menos desenvolvido da região da África Austral em termos de desenvolvimento humano e de género. Os indicadores sobre rendimento, educação e longevidade são todos excepcionalmente baixos, e a contagem de pobreza entre agregados familiares chefiados por mulheres é considerada mais alta do que entre os chefiados por homens. Todavia, embora haja uma base para concluir que a pobreza em Moçambique está feminizada, o quadro é complexo – com diferenças significativas na igualdade de género e no empoderamento da mulher entre diferentes partes do país, áreas urbanas e rurais, classes sociais e grupos etno-linguísticos.

O progresso global na redução da pobreza e melhoria da educação não se tem traduzido até aqui em igualdade de género e no empoderamento da mulher, num cenário sócio-cultural altamente patriarcal como Moçambique. Os dados existentes mostram relações de poder continuamente enviesadas em termos de tomada de decisões e alocação de recursos nos agregados familiares chefiados por homens – e a violência doméstica continua a ser um problema sério. Ao mesmo tempo, as relações conjugais são consideradas essenciais para a segurança social da mulher. Há raros sinais de desenvolvimentos em outros países da região de mulheres optando deliberadamente por viverem sozinhas dado considerarem ser esta uma melhor opção do que viverem com um homem que pode estar desempregado, ser pobre e violento – apesar do facto de as mulheres chefes de agregado familiar estarem em posição de afectar uma maior proporção dos seus recursos à alimentação, educação, saúde e outras fontes de bem estar para elas próprias e para os seus filhos.

Olhando, por último, para a compatibilidade entre as políticas de género e instrumentos legais existentes por um lado, e as realidades de género por outro, o enquadramento político e legal global está formalmente relacionado com as questões chave da desigualdade de género – com a formalização, ainda pendente, da lei sobre a violência doméstica a revelar-se a excepção de maior gravidade. Dito isto, há também exemplos de tensões entre os princípios universalmente aplicados da igualdade de género e as configurações sócio-culturais em Moçambique – como exemplificado pela ilegalização da poligamia na nova Lei da Família. E são necessárias melhorias na área de dados desagregados por sexo, já que estes ainda são inadequados e não captam as *relações* entre homens e mulheres em diferentes contextos sócio-culturais. Em resumo, o desafio chave é como converter o enquadramento político e legal em verdadeiro progresso para as mulheres, através de intervenções concretas pelo governo, sociedade civil e doadores.

## 4.2 Recomendações

As nossas recomendações baseiam-se na premissa de que é necessária uma ênfase mais forte na igualdade de género e no empoderamento da mulher, não apenas para cumprir os compromissos assumidos pelo governo Moçambicano para com a igualdade de género *per se*, mas também para poder cumprir o objectivo de redução da pobreza. As recomendações focam i) a necessidade de fortalecimento das instituições chave para a igualdade de género; ii) a necessidade de passar de políticas e regulação geral para uma intervenção orientada que tome em consideração a variação nas relações de género; e iii) a importância de seleccionar um número limitado de áreas/intervenções de alta prioridade, com ênfase na importância do reforço da posição económica da mulher. Mais especificamente, as nossas recomendações são as seguintes:

- Pressionar a aprovação final no Parlamento da Lei sobre Violência Doméstica, a qual terá fortes conotações práticas e simbólicas;
- Melhorar a posição e o papel conjunto do governo, sociedade civil e Grupo de Coordenação de Género (GCG) dos doadores – como veículo para coordenar as intervenções de género num período transitório, de modo a retirar a questão do impasse actual;
- Mudar o foco sobre género no governo, passando das Unidades de Género e Pontos Focais de Género ineficazes e sem poder para programas e projectos específicos para a igualdade de género e empoderamento da mulher em ministérios chave;
- Descentralizar os esforços em favor da igualdade de género, financiando e usando activamente as instituições e redes da sociedade civil que trabalham directamente com as populações locais (incluindo sindicatos, igrejas, associações rurais e urbanas, órgãos de comunicação social locais e ONGs);
- Dar às agências especializadas e comprometidas das NU, UNFPA e UNIFEM, um papel mais central entre os doadores, aumentando o financiamento e recursos humanos e redireccionando pequenos projectos bilaterais dispersos sobre género para elas coordenarem em cooperação com o Governo/GCG;
- Visar intervenções para aumentar o controlo da mulher sobre a terra, produtividade e acesso ao mercado na agricultura, dos quais depende a grande maioria das mulheres em Moçambique;
- Orientar intervenções para facilitar e legalizar a participação da mulher na economia informal urbana, com apoio ao desenvolvimento de sistemas de crédito relevantes como uma área concreta inicial de prioridade;

- Apoiar as associações de mulheres nas áreas rurais e urbanas, na produção bem como nas esferas social e privada, na assunção de que a mulher, na sua relação com os homens, é mais forte em grupo do que individualmente;
- Melhorar e estimular ferramentas analíticas para a monitoria e avaliação das políticas e intervenções de género, através da selecção de um conjunto de indicadores chave, desenvolver meios de avaliar as relações intra-agregado familiar e alocações de recursos e estabelecer uma definição clara e não ambígua, de chefia feminina do agregado familiar.

## Apêndice 1. Termos de Referência

### 1. Introduction

Mozambique is one of the poorest countries in the world, with a human development position measuring income, longevity and educational attainment of 168 out of a total of 177 countries (UNDP 2006) and a per capita income of USD 240 (World Bank 2005a). At the same time, Mozambique has seen positive trends in poverty reduction over the past few years, reducing the poverty head count from 69 per cent in 1996/97 to 54 per cent in 2002/03 (INE 2004a; DNPO 2004; Chiconela 2004). Nevertheless, living conditions for too many Mozambicans remain very difficult.

The Government's second Poverty Reduction Strategy 2006-2009 (PARPA II) defines poverty as the 'impossibility due to incapacity or lack of opportunity of individuals, households and communities to have access to minimal conditions according to the norms of society' (GoM 2006). In line with this, poverty involves lack of income and assets to attain basic necessities; a sense of voicelessness and powerlessness in relation to the institutions of society and the state; and vulnerability to adverse shocks, linked with the ability to cope with them through social relationships and legal institutions.

Poverty research, monitoring and evaluation are given considerable emphasis in the country's endeavours to further reduce absolute poverty, as these are expressed in the Government's Five Year Development Plan (GOM 2005); its Poverty Reduction Strategy Paper (GoM 2006) and its annual Economic and Social Plan (PES) (GoM 2005). It is generally acknowledged that available quantitative data yield valuable information about the mapping, profile and determinants of poverty (Broeck 2005; Isaksen et al. 2005). But it is also acknowledged that more research is needed to better understand the dynamics of poverty and the coping strategies of the poor. We argue that this is best done through a combination of quantitative and qualitative analyses, with a focus on how these approaches can be integrated into what is often called 'methodological pluralism' (Kanbur 2001; Mikkelsen 2005).

Several attempts have been made to define the most pressing research needs in Mozambique. These include the need for a stronger focus on cross-cutting issues of the environment, gender and HIV/AIDS (DNPO 2005), as well as a focus on the effect of decentralisation and public action on poverty (World Bank 2005b). Broeck et al. (2005) and Isaksen et al. (2005) offer more comprehensive lists of research priorities.

The following is an outline of a research programme addressing gender and poverty. Its objectives are i) to support the Mozambican government in its endeavours to reduce poverty in the country; ii) to keep informed other stakeholders in the fight for reduction of poverty, such as civil society and international donors; and iii) to enhance the competence and capacity for applied poverty research and monitoring in the involved institutions.

### 2. Institutional Framework

The programme will be built around institutional collaboration between *Austral Consultoria e Projectos* and *Cruzeiro do Sul* from Mozambique, and the *Chr. Michelsen Institute* in Norway.

*Cruzeiro do Sul* is a Mozambican research institution with close links to civil society, originally established in 1998 by researchers including the late José Negrão. It currently has three permanent

staff and twelve associate members from various academic disciplines. Its objectives are to produce independent theoretical reflection on development issues; to promote synergies between research and action in concrete situations; and to conceive analytical working tools of use to public entities, private enterprises and civil society organisations. Its main areas of interest are land, development, poverty reduction, and governance. For more information, see [www.iid.org.mz](http://www.iid.org.mz).

*Austral Consultoria e Projectos* is a private Mozambican consulting company established in 1991. Areas of work include economic and financial analyses, market research, environmental studies and socio-economic analysis. The project will involve the Department of Social Research, Environment and HIV/AIDS (PSAH), which has a permanent staff of 10 social scientists and a large research network. Main areas of work have recently been rural development, gender, health and HIV/AIDS. The department wishes to strengthen its research capacity and be involved in a greater number of research-based projects. For more information, see [www.austral.co.mz](http://www.austral.co.mz).

On the Norwegian side, the collaborating institution will be *Chr. Michelsen Institute* (CMI). CMI has considerable experience in institutional research cooperation with countries in Southern Africa; a number of researchers (political scientists, economists and anthropologists) working on poverty issues; and staff with research experience from Mozambique and the necessary language skills. CMI has also recently headed a study on poverty research in Norwegian development aid (Jerve et al. 2003), and on the status of poverty research in Mozambique (Isaksen et al. 2005). For further information, see [www.cmi.no](http://www.cmi.no).

### 3. The Research Programme

The programme will have two components. The core component will be three interlinked research projects related to gender policies and feminisation of poverty in Mozambique. The second will be capacity development, mainly through the research projects.

#### **Research**

There is a wide-spread perception in Mozambique, supported by socio-economic data, that women represent a disproportionately large part of the poorest sections of the population. The so-called 'feminisation of poverty' has been linked with gender disparities in rights and entitlements, impacts of neo-liberal restructuring, the informalisation and feminisation of labour, and erosion of kin-based support networks through migration and urbanisation. Moreover, the proportion of female-headed households, which in the literature is seen as a central indicator of a link between women and poverty, currently stands at 20 per cent and is on the rise. On the basis of a combination of quantitative and qualitative methods, the project will assess the thesis of an ongoing feminisation of poverty in Mozambique as well as the relevance of current government and donor policies for poverty reduction through gender equality. Researchers: Georgina Montserrat (Austral); Margarida Paulo (Cruzeiro); Inge Tvedten (CMI)

#### **Capacity Development**

Capacity development will primarily take place through planning, implementation and writing within the framework of each individual project. In addition, the Mozambican researchers will both stay at CMI for a period of 2 weeks during the programme period.

### 4. Programme Output

The programme is an applied research programme, with a central objective of feeding into planning, implementation and monitoring processes for poverty alleviation in Mozambique (see PARPA II, Chapter X). The nature and timing of outputs will therefore relate to central milestones in the planning and implementation cycle, such as the Government's annual Economic and Social Plan

(PES); the upcoming National Population Census (2007/8) and the National Household Survey (2008/9). Planned programme outputs for the period 2007-2009 are:

**a) One applied research report per year.** The initial report will build on literature studies and existing Mozambican and regional data and outline broad trends and main issues involved. The two subsequent reports will be based on original research and focus on one key theme each (see the project outline). An English version of the reports will be published in the CMI Report Series, and a Portuguese version by the two Mozambican institutions and/or on the MPD/DNEAP web-page.

**b) Seminar presentations and production of project briefs.** For each sub-project, a seminar presentation will take place in the Ministry of Planning and Development (MPD). If deemed relevant, separate presentations will be done in the Ministry for Women and Social Action or gender-based NGOs, as well as in donor-forums such as the Poverty Assessment and Monitoring Group (PAMS) or at the Norwegian Embassy. The results from each study will be highlighted in the form of a four-page Project Brief to be published by CMI.

**c) One article in an international journal per programme period.** The article shall be published in a refereed journal of high quality. The purpose is partly wider dissemination of information about gender and poverty in Mozambique, but the writing will also be an important tool for mutual capacity development.

**d) One study-period at CMI (2 weeks) for each Mozambican researcher per programme period.** During the study-visit to CMI, the researchers will be exposed to a large applied research institution and have access to colleagues working on relevant topics. The researchers will give one seminar during the visit, open for all interested colleagues at CMI and other academic institutions in Bergen.

## 5. The Project

There is a wide-spread perception in Southern Africa, supported by gendered socio-economic data, that women and female-headed households are among the poorest parts of the population (UNDP 2005; World Bank 2006a). Its expressions are related to income- and consumption-based poverty indicators, as well as non-consumption indicators such as health and literacy. The so-called 'feminisation of poverty' thesis has been linked with gender disparities in rights and entitlements; impacts of neo-liberal restructuring; the informalisation and feminisation of labour; and erosion of kin-based support networks through migration and urbanisation (Chant 2003: 1).

Also in Mozambique, existing quantitative data seem to support this thesis. The United Nation's Gender Inequality Index (i.e. HDI adjusted for gender inequality) ranks Mozambique as 133 of 140 countries in the world. And the National Household Survey 2002/03 (INE 2004) shows that the poverty incidence is higher (62.5 per cent) among female-headed households than among male-headed households (51.9 per cent). Also, other studies draw the same general conclusion about links between woman and poverty historically (Baden 1997; Sheldon 2002) and in Mozambique's contemporary political economy (UNDP 2001; ADB 2004; MISAU 2005).

The proportion of female-headed households in a society is generally seen as a central indicator of a feminisation of poverty (BRIDGE 2001). In Mozambique, this is increasing and currently standing at around 20 per cent.<sup>25</sup> Further indicating such a trend is the fact that between 1996/97 and 2002/03, the bottom quintile in Mozambique saw the highest increase in female-headedness with a present figure of 27 per cent (Fox et al. 2005). With reference to the considerably higher incidence

---

<sup>25</sup> The proportion of female-headed households in Mozambique is variably presented as 25 per cent (Fox et al.), 20 per cent (Chiconela 2004) and 16 per cent (INE 2005) – all using the National Household Survey 2002/03 as their source.

of female-headed households elsewhere in Southern Africa (World Bank 2006), and the current socio-economic and cultural changes and observed trends in Mozambique the past decade, the proportion of female-headed households in the country is likely to increase in the years to come.

### **The Project**

The Government of Mozambique has made achievement of gender equality a major objective in its Poverty Reduction Strategy (PARPPA II), and specifically recognises that the empowerment of women is a decisive factor in the eradication of poverty (GOM 2005:58). It also recognises that there are gaps in the gathering and analysis of data that is disaggregated by sex, and that those gaps must be filled (GOM 2005; see also Ibraima 2006). At the same time, both in government and among donors there is general agreement that policies for gender equality and the empowerment of women have thus far not been very successful in reaching their targets (see e.g. GOM 2005; Aasen et al. 2005; Jensen et al. 2006; World Bank 2006b).

On the basis of a combination of quantitative and qualitative research methods, the project will i) assess the thesis of an ongoing feminisation of poverty in Mozambique and ii) discuss the implications of the economic and socio-cultural position of female-headed households for gender equality and poverty reduction policies in the country. We will first outline current policies and interventions for the empowerment of women and gender equality by the Mozambican government and some of the main donors in the country (including the World Bank, DfID, SIDA and MFA/NORAD), and consult existing gender-disaggregated quantitative data to test the viability of the thesis of an ongoing feminisation of poverty on a national level with reference to data on income, consumption, education, health and other accessible indicators (Report 1).

Following the overall assessment of current gender policies and the feminisation of poverty thesis, two localised studies based on participatory and qualitative methodologies will contextualise and assess the thesis and its causal assumptions, with particular reference to women's role in the informal economy (Report 2) and the coping strategies of poor female-headed households (Report 3). In the international literature on gender and development the invisibility of women's income and consumption is related to their role in the informal economy, which tends to be under-represented, and to a focus on households as a unit of analysis which tends to conceal intra-household inequalities (Cornwall et al. 2007; see also Pontara 2001). Qualitative studies also reveal the importance of not only measuring the resources that flow into male and female-headed households, but also assessing possible gender disparities in the use and allocation of resources (O'Laughlin 2007; see also Horne et al. 2000).

While women's participation in the formal labour market in Mozambique is still low (INE 2004), the informal economy in rural as well as urban areas is widely seen to be increasingly dominated by women (de Vletter 1996; Francisco and Paulo 2006). However, little is known about whether female labour force participation leads to women's increased vulnerability or whether it improves their situation. Report 2 will focus on the socio-cultural basis for what seems to be the exclusion of women from the most lucrative income-generating activities in the informal sector; their strategies for maximising economic returns; and the nature of socio-economic relationships that form part of their economic strategies.

Report 3 will focus on the social organisation of female-headed households, and their social relationships. While data show that they are poorer than male-headed households in income and consumption terms, little is known about poor female-headed households' coping strategies in the form of intra-household resource allocations and extra-household social relationships. On the one hand, qualitative research indicates that female heads of household allocate more resources to health, education and other social investments than male-headed households, as a long-term strategy for poverty alleviation. But on the other hand, the extra-household social relationships of female-

headed households seem to be focused on the immediate extended family rather than on relations with public institutions and civil society, which will increase their vulnerability.

In sum, the main research questions to be addressed are:

- What are the current Government and donor policies for the empowerment of women and gender equality in Mozambique, and to what extent do they relate to the thesis of an ongoing process of feminisation of poverty in the country?
- What is the extent and nature of women's participation in the informal economy, and what are the implications of such economic activities for women's poverty and well-being?
- What characterises the coping strategies of female-headed households, and to what extent do they differ from those of male-headed households in terms of intra- and extra-household relationships and the allocation of resources?

### **Methodologies**

The first part of the project will be based on a combination of existing quantitative and qualitative data at the national and provincial levels. Data from the National Household Survey (INE 1998, 2004) and other relevant data-sets (INE 1999; MISAU 2005) will be used, and where pertinent further disaggregated along gender lines in cooperation with INE. In addition to the relatively limited number of publicly available qualitative studies, particular efforts will be made to consult non-published student essays and theses on gender and poverty at the University of Eduardo Mondlane. In connection with this, the team will organise a workshop for students at the Department of Anthropology.

With existing quantitative data on poverty and gender as point of reference, the team will seek to examine the feminisation of poverty thesis through two qualitative studies. Qualitative studies can contextualise and inform the quantitative data and correlations by testing causal hypotheses on the ground; they can be used to discover processes and interdependencies related to non-tangible dimensions of gender and poverty such as vulnerability and powerlessness; and they make it possible to involve the poor themselves in analyses of their own situation in ways that are difficult with formal questionnaire surveys (Mikkelsen 2005).

The qualitative studies will be carried out through a combination of semi-structured interviews with key institutions (including Local Government) and informants, and focussed surveys and qualitative research methods including histograms, venn-diagrams, wealth-ranking and force-field analysis (Mikkelsen 2005). In order to add to the existing quantitative and qualitative data on poverty and gender that focus on Maputo and the South, the studies will take place in the northern province of Nampula. For comparative purposes, one of the participatory studies will be carried out in one or two *bairros* (*neighbourhoods*) in the city of Nampula, and one in a rural district along the coast. In addition to the important urban/rural and matrilineal/patrilineal dichotomies, the informal economies in the two areas seem to have important dissimilarities in terms of the economic position and role of women.

### **Personnel**

Georgina Montserrat (Austral); Margarida Paulo (Cruzeiro do Sul); Inge Tvedten (CMI)

### **Timing**

October 2008 – December 2010

## Apêndice 2. Pessoas Entrevistadas

<b>TYPE OF INSTITUTION</b>	<b>NAME</b>	<b>INSTITUTION</b>	<b>POSITION</b>
<b>CIVIL SOCIETY</b>	Isabel Casimiro	Fórum Mulher	President
	Graça Samo	Fórum Mulher	Executive Secretary
	Terezinha da Silva	WLSA	President
<b>GOVERNMENT</b>	Ana Loforte	National Directorate for Women (MMAS)	UNFPA Advisor
	Maimuna Obraimo	Ministry of Planning and Development	Head of gender issues
	Agueda Nhamumbo	Ministry for Women and Social Action	CANAM's Executive Secretary
	Francelina Romão	Ministry of Health	Gender Focal Point
	Ernesto Chamo	Department of Gender and Development (MMAS)	Head of Department
	Albachir Macachar	Ministry of Justice-Department for the Promotion of Human Rights	Gender Focal Point
	Esmeralda Mutemba	Ministry of Education and Culture	Gender Focal Point
<b>DONORS</b>	Eulália Mbeve	Ministry of Health	Gender Focal Point. National Directorate of Medical Assistance
	Paulino Duamba	DANIDA	Head of gender and agriculture issues
	Ondina Vieira	UNIFEM	
	Ventura Mufume	UNDP	Head of gender issues
	Flor Bela	UNFPA	Head of gender issues
	Ida Thygregod	Gender Coordination Group	Executive Secretary
	Lidia Meque	Embassy of Ireland	Head of education and gender issues
	Leontina das Muchangas	CIDA	Head of gender issues
Ana Monge	European Commission	Head of gender issues	

	Paulo Berglof	SIDA	Head of gender issues
	Claudia Fumo	DfID	Head of gender issues
	Clarisse Barbosa * Ingjerd Haugen	Embassy of Norway	* Head of gender issues
	Karen Derooj	Embassy of the Netherlands	Head of gender issues
<b>RESEARCH</b>	Edda Collier	Independent consultant	Expert in gender issues

## Apêndice 3. Questionário

### Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique

Nome da instituição \_\_\_\_\_

Nome do respondente \_\_\_\_\_

Posição do respondente \_\_\_\_\_

A instituição tem uma pessoa responsável pelas questões de género Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_

Se sim, essa pessoa trabalha nas questões de género a) A tempo inteiro \_\_\_\_ b) A tempo parcial \_\_\_\_

A instituição tem um departamento/unidade para as questões de género Sim \_\_ Não \_\_

**1) Na sua opinião qual é o sector/área mais importante para se concentrar na igualdade de género em Moçambique? (Por favor assinale apenas um)**

- Participação política das mulheres
- Participação económica das mulheres
- Saúde reprodutiva das mulheres
- Educação das mulheres
- Violência doméstica
- Outra (por favor especificar)

\_\_\_\_\_

**2) Em que área pensa que houve mais progresso para as mulheres em Moçambique nos últimos 10 anos? (Por favor assinale apenas uma)**

- Participação política das mulheres
- Participação económica das mulheres
- Saúde reprodutiva das mulheres
- Educação das mulheres
- Violência doméstica
- Outra (por favor especificar)

\_\_\_\_\_

**3) Em que área pensa que houve menos progresso para as mulheres em Moçambique nos últimos 10 anos? (Por favor assinale apenas uma)**

- Participação política das mulheres
- Participação económica das mulheres
- Saúde reprodutiva das mulheres
- Educação das mulheres
- Violência doméstica

\_\_\_\_\_

Outra (por favor especificar) \_\_\_\_\_

**4) A que área pensa que deve ser dada a maior prioridade no trabalho futuro em Moçambique (i.e. nos próximos 10 anos) sobre igualdade de género? (Por favor assinale apenas uma):**

- Participação política das mulheres
- Participação económica das mulheres
- Saúde reprodutiva das mulheres
- Educação das mulheres
- Violência doméstica
- Outra (por favor especificar)

**5) Qual pensa que seja o maior obstáculo ao avanço para a igualdade de género em Moçambique? (Por favor assinale apenas um):**

- Vontade política
- Capacidade de implementar políticas
- Questões sócio-culturais
- Outro (por favor especificar)

**6) Qual pensa que seja o maior obstáculo para passar das políticas de género para uma acção concreta de género em Moçambique? (Por favor assinale apenas um)**

- Falta de prioridade
- Falta de fundos
- Falta de ideias sobre como fazer
- Falta de capacidade de implementação

**7) Qual pensa que seria o indicador mais importante da melhoria da igualdade de género em Moçambique? (Por favor assinale apenas um)**

- Rácio de rapazes em relação às raparigas, na educação primária, secundária e universitária (ODM)
- Quota das mulheres no emprego assalariado no sector não agrícola (ODM)
- Rácio de mulheres alfabetizadas em relação aos homens, no grupo etário 15 – 24 anos (ODM)
- Proporção de lugares ocupados por mulheres no parlamento nacional (ODM)
- Aprovação e implementação inicial da “Política de Género e Estratégia de Implementação” pelo Conselho de Ministros e pelo Parlamento (PARPA)

Outra alternativa (por favor especificar) \_\_\_\_\_

**8) Concorda ou discorda com as seguintes afirmações (por favor assinalar):**

A ‘Igualdade de género’ é uma invenção do Ocidente que não corresponde às realidades Moçambicanas

Concorda \_\_\_\_\_ Discorda \_\_\_\_\_

Moçambique não sairá da pobreza sem igualdade de género

Concorda \_\_\_\_\_ Discorda \_\_\_\_\_

'Género' diz respeito a questões relacionadas com as mulheres

Concorda \_\_\_\_\_ Discorda \_\_\_\_\_

Não há base cultural para a igualdade de género em Moçambique

Concorda \_\_\_\_\_ Discorda \_\_\_\_\_

O desenvolvimento rumo à igualdade de género em Moçambique vai na direção certa

Concorda \_\_\_\_\_ Discorda \_\_\_\_\_

A política e intervenção de género em Moçambique não tem muito impacto sobre as atitudes e relações entre homens e mulheres no país

Concorda \_\_\_\_\_ Discorda \_\_\_\_\_

**9) Algum comentário sobre o questionário/tópico da pesquisa?**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Muito obrigado pela sua cooperação!**

## Bibliografia

- Abrahamson, Hans and Anders Nilsson (1995). *Mozambique in Transition: From Socialist Construction to Free Market Enterprise*. London: Zed Books.
- ADB (2004). *Mozambique: Multi-Sector Country Gender Profile*. Tunisia: African Development Bank.
- ADF (2005). *Republic of Mozambique. Women's Entrepreneurship and Skills Development for Food Security*. Tunisia: African Development Fund.
- AdR (2004). *Aprova a Lei da Família e Revoga o Livro IV do Código Civil. Lei No. 10/2004 de 25 de Agosto*. Maputo: Assembleia da República / Imprensa Nacional de Moçambique.
- Agadjanian, V. (2001). 'Negotiating through Reproductive Change: Gendered Social Interaction and Fertility Regulation.' In: *Journal of Southern African Studies* Vol. 27(2) pp.291-309.
- Agadjanian, V. (2002). 'Men's Talk about 'Women's Matters' - Gender, Communication and Contraception in Urban Mozambique.' In: *Gender and Society* Vol. 16(2) pp.194-215.
- Agadjanian, V. (2005). 'Gender, Religious Involvement, and HIV/AIDS Prevention in Mozambique.' In: *Social Science and Medicine* Vol. 61(7) pp.1529-1539.
- Alberts, Ritva and Soila Hirvonen (1993). *Kvinnoliv i Mosambik*. Stockholm: Afrikagrupperna.
- Alberts, Ritva and Soila Hirvonen (2003). *Kvinnoliv i Mosambik*. Stockholm: Afrikagrupperna.
- Arnaldo, Carlos (2002). 'Ethnicity and Marriage Patterns in Mozambique.' In: *African Population Studies* Vol. 19(1).
- Arndt, Channing (2002). *HIV/AIDS, Human Capital and Economic Prospects for Mozambique*. TMD Discussion Paper No. 88 Washington D.C: International Food Policy Research Institute.
- Arnfred, Signe (2001). 'Ancestral Spirits, Land and Food: Gendered Power and Land Tenure in Ribáué, Nampula Province'. In: R. Waterhouse and C. Vijfhuizen (eds.) *Strategic Women, Gainful Men. Gender, Land and Natural Resources in Different Contexts in Mozambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Arnfred, Signe (2001). *Family Forms and Gender Policies in Revolutionary Mozambique 1975-1985*. Travaux et Documents No. 68-69 Bordeaux: Centre d'Etude d'Afrique Noire.
- Arnfred, Signe (2004). 'Conceptions of Gender in Colonial and Post-Colonial Discourses: The Case of Mozambique.' In: *CODESRIA Gender Series / Gender Activism and Studies in Africa* Vol. 3 pp.82-100.
- Arthur, Maria José (2008). 'A propósito da discussão da proposta da Lei contra a violência doméstica: de que vale ter um grande número de mulheres no parlamento?' In: *Outra Vozes* Vol. 22 (Fevereiro de 2008).
- Arthur, Maria José and Margarida Mejia (2006). *Coragem e Impunidade: Denúncia e Tratamento da Violência Doméstica Contra as Mulheres em Moçambique* Maputo: Women and Law in Southern Africa (WLSA).
- Arthur, Maria José and Margarida Mejia (eds.) (2007). *Rebuilding Lives: The Strategies of Women Survivors of Domestic Violence*. Maputo: Women and Law in Southern Africa (WLSA).
- Arthur, M.J. et al. (2000). *Inequality Politics: Rudiments for an Evaluation of Government and NGO Gender Policies and Programmes Post-Beijing*. Maputo: Forum Mulher.
- Arthur, Maria José (Organizadora) (2007). *Memórias do Activismo pelos Direitos Humanos das Mulheres. Recolha de Textos Publicados no Boletim Outras Vozes 2002-2006*. Maputo: Women and Law in Southern Africa (WLSA).
- Baden, Sally (1997). *Post-Conflict Mozambique: Women's Special Situation, Population Issues and Gender Perspectives*. Brighton, UK: Institute of Development Studies.
- Bagnol, Brigitte and Chamo Ernesto (2003). 'Pitos' e 'Catorzinhas'. *Pesquisa Exploratória sobre 'Sugar Daddies' na Zambézia (Quelimane e Pebane)*. Maputo: DfID/PMG Moçambique.

- Balate, Angelina de Natividade (2001). *Relações de Género e Gestão Comunitária das Fontes de Água. O Caso do Distrito de Marracuene 1992-1999*. Tese de Licenciatura em Antropologia. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais. .
- Casas, Maria Isabel, Ana Laforte, et al. (1998). *Gender Profile of the Nampula Province*. Maputo: Report Prepared for the Royal Netherland Embassy.
- Casimiro, Isabel, Ximene Andrad, et al. (1996). *Women and Law in Southern Africa Research Project: Right to Succession and Inheritance*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos.
- Chambers, Robert (1989). *Vulnerability. How the Poor Cope*. Sussex: Institute of Development Studies.
- Chant, Sylvia (2003). *Female Household Headship and the Feminisation of Poverty: Facts, Fictions and Forward Strategies*. London: London School of Economics, Gender Institute.
- Chant, Sylvia (2006). 'Rethinking the 'Feminization of Poverty' in Relation to Aggregate Gender Indices.' In: *Journal of Human Development* Vol. 7(2) pp.201-220.
- Chant, Sylvia (2007). *Gender, Generation and Poverty. Exploring the 'Feminisation of Poverty' in Africa, Asia and Latin-America*. London: Edward Elgar.
- Chapman, Rachel R. (2006). 'Chikotsa - Secrets, Silence and Hiding: Social Risk and Reproductive Vulnerability in Central Mozambique.' In: *Medical Anthropology Quarterly* Vol. 20(4) pp.487-515.
- Chiconela, Jacinto (2004). *Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique. Uma Análise Baseada no Inquerito aos Agregados Familiares 2002-2003*. Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento
- CIDA (2005). *CIDA's Framework for Assessing Gender Equality Results*. Ottawa: Canadian International Development Agency.
- CIDA (2006). *CIDA's Mozambique Program. Gender Equality Strategy*. Maputo: Canadian International Development Agency.
- Collier, Edda (2003). *Gender Profile in Mozambique: Analysis and Action Plan for the New Strategy Period 2004-2010*. Maputo: USAID.
- Collier, Edda (2006). *Towards Gender Equality in Mozambique: A Profile on Gender Relations. Update 2006*. Maputo: SIDA / Swedish Embassy.
- Cornwall, Andrea (2007). 'Myths To Live By? Female Solidarity and Female Autonomy Reconsidered ' In: *Development and Change* Vol. 38(1) pp.149-168.
- Cornwall, Andrea, Elisabeth Harrison, et al. (2007). 'Gender Myths and Feminisation Fables: The Struggle for Interpretive Power in Gender and Development.' In: *Development and Change* Vol. 38(1) pp.1-20.
- Costa, Ana Bénard da (2007). *O Preço da Sombra. Sobrevivência e Reprodução Social entre Famílias de Maputo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cuambe, Benigna Gama (2005). *As Relações de Género na Comunidade Pesqueira de Pangane – Estudo de caso 1992-2003* Tese de Licenciatura em Antropologia. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais. .
- DANIDA (2004). *Gender Equality in Danish Development Cooperation*. Copenhagen: Ministry of Foreign Affairs.
- DANIDA (2005). *Multifaceted Challenges. A study on the Barriers to Girls' Education. Zambezi province*. Copenhagen: DANIDA.
- DfID (2002). *Gender Manual: A Practical Guide for Development Policy Makers and Practitioners*. London: Department for International Development, Social Development Division.
- DNPO (2000). *Perfil Provincial de Pobreza e Desenvolvimento Humano. Nampula*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção do Plano e Orçamento.
- DNPO (2004). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção do Plano e Orçamento.

- Espling, Margareta (1999). *Women's Livelihood Strategies in Processes of Change: Cases from Urban Mozambique*. Gothenburg, Sweden: University of Göteborg, Dept. of Geography.
- FDC (2007). *Mozambican Civil Society Within: Evaluation, Challenges, opportunities and Action*. Maputo: Fundo para o Desenvolvimento da Comunidade.
- Fontana, Marzia and Yana van der Meulen Rodgers (2005). 'Gender Dimensions in the Analysis of Macro-Poverty Linkages.' In: *Development Policy Review* Vol. 23(3) pp.333-349.
- Fórum-Mulher (2006). *Dossier para a 15. Assembleia Geral*. Maputo: Fórum Mulher – Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento.
- Fórum-Mulher (2006). *Relatório das Actividades Realizadas Janeiro-Outubro de 2006*. Maputo: Fórum Mulher – Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento.
- Fórum-Mulher (2007). *Shadow Report: Stage of Implementation of the CEDAW in Mozambique*. Maputo: Forum da Mulher.
- Fox, L., E. Bardasi, K. van den Broeck (2005). 'Poverty in Mozambique. Unravelling Changes and Determinants'. *Poverty Background Paper to the Country Economic Memorandum 2005*. Washington, D.C.: World Bank.
- Francisco, António A. da Silva and Margarida Paulo (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul.
- G20 (2005). *RAP. Relatório Anual da Pobreza 2005*. Maputo: Colégio Pelo 20.
- Garrett, Ashley (2003). *Gender Analysis of the Plan of Action for the Reduction of Absolute Poverty 2001-2005, and Recommendations for Engendering the PARPA*. Washington D.C.: Gender Action.
- GdM (2005). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2009 (PARPA II)*. Maputo: Governo de Moçambique, Ministério do Planeamento e Cooperação.
- GdM (2006). *Plano Económico e Social para 2007*. Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM (2006). *Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher 2007-2009*. Maputo: Governo de Moçambique.
- Geisler, Gisela (2004). *Women and the Remaking of Politics in Southern Africa. Negotiating Autonomy, Incorporation and Reputation*. Uppsala: Nordic Africa Institute.
- Gengenbach, Heidi (2000). 'Naming the Past in a Scattered Land: Memory and the Powers of Women's Naming Practises in Southern Mozambique.' In: *International Journal of African Historical Studies* Vol. 33(3) pp.523-542.
- GHEI (2003). *Análise e Avaliação da Situação da Equidade de Género e Saúde nos Distritos de Morrumbala e Mocuba, Província da Zambézia*. [www2.ids.ac.uk/ghen/network](http://www2.ids.ac.uk/ghen/network): Global Health Equity Initiative
- Ghonhamo, Tânia Mariza (2004). *Representações das Relações de Género e o Seu Impacto na Reinserção Social da Mulher Seropositiva: O Caso das Mulheres Seropositiva da Província de Maputo* Tese de Licenciatura em Sociologia. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais.
- Handa, S., K.R. Simler and S. Harrower (2004). *Human Capital, Household Welfare and Children's Schooling in Mozambique*. Washington D.C: International Food Policy Research Institute.
- Hanlon, Joseph (2007). 'Is Poverty Decreasing in Mozambique?' Paper presented at the inaugural conference of the Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) in Maputo 19 September 2007.
- Horne, Nancy (2000). *Gender-Based Market Research: Nampula Province, Mozambique*. Harare: Southern Africa Research and Documentation Centre (SARDC).
- Ibraimo, Maimuna (2006). *Experiências Internacionais do Orçamento na Óptica do Género*. Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento/DNEAP.
- Ibraimo, Maimuna (2008, in progress). *Women's Contribution to Economic Growth in Mozambique (1980-2004). A Growth Accounting Exercise*. Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento.

- INE (1998). *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições da Vida 1996/97. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (1999). *Mulheres Chefes de Agregados Familiares em Maputo Cidade. Cifras e Realidades*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (1999). *The Population and Housing Census 1996/97*. Maputo: National Institute of Statistics.
- INE (2003). *Características Sócio-Económicas das Comunidades Rurais em Moçambique, 2002/3*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004). *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03. Quadros Definitivos*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004). *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006). *The Informal Sector in Mozambique. Outputs from the First National Survey*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006). *The Informal Sector in Mozambique. Outputs from the First National Survey (2005)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006). *Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Isaacman, Allen and Barbara Isaacman (1983). *Mozambique. From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Ivala, Z. (1998). *As Mulheres na Autoridade Tradicional Makuwa. Documento preparado para o perfil de género da Província de Nampula*. Nampula: Embaixada do Reino dos Países Baixos.
- Jackson, Cecilie (2007). 'Resolving Risks? Marriage and Creative Conjuality.' In: *Development and Change* Vol. 38(1) pp.107-129.
- James, Robert C., A. Channing and K. Simler (2005). *Has Economic Growth in Mozambique been Pro-Poor?* Maputo: Ministry of Planning and Finance.
- Jensen, Rikke Ingrid et al. (2006). *Evaluation of DFID's Policy and Practise in Support of Gender Equality and Women's Empowerment. Volume 1: Synthesis Report*. Copenhagen: COWI Consult.
- Kabeer, Naila (2007). 'Marriage, Motherhood and Masculinity in the Global Economy: Reconfigurations of Personal and Economic Life.' In: *IDS Working Paper* Vol. 290.
- Kanbur, Ravi (2001). 'Q-Squared?. A Commentary on Qualitative and Quantitative Poverty Appraisal'. Paper delivered at the workshop 'Qual-Quant. Qualitative and Quantitative Poverty Appraisal: complementarities, tensions and the way forward'. Cornell University 15-16 March 2001.
- Laforte, Ana Maria (2004). 'Políticas e estratégia para a igualdade do género: constrangimentos e ambiguidades.' In: *Outras Vozes* Vol. 8 (Agosto de 2004).
- Lituri, Célia Virgínia de Benjamin e (2002). *Mulher no Espaço Público: O Caso da Participação Feminina nos Tribunais da Cidade de Maputo*. Tese de Licenciatura em Antropologia. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais.
- Mate, Alexandre et al. (2005). *Estudo Qualitativo sobre a Pobreza. Inhambane e Sofala. Relatório Final*.: Universidade Eduardo Mondlane: Departamento de Arqueologia e Antropologia.
- Maximiano, N., C. Arndt and K.R. Simler (2005). *Qual foi a dinâmica das determinantes da pobreza em Moçambique?* Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- MISAU (2005). *Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde 2003*. Maputo: Ministério da Saúde.
- MEC (2006). *Indicadores de Avaliação do Plano Estratégico da Educação* Maputo: Ministério da Educação.
- Membawase, Rogério N. (2005). *Mulheres Chefes de Agregado Familiar: Viúvas, Divorciadas, Casadas e Solteiras – Suas Características Sociais e Suas Estratégias de Sobrevivência*.

- Tese de Licenciatura em Antropologia. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais.
- Mikkelsen, Britha (2002). *Mainstreaming Gender Equality: SIDA's Support for the Promotion of Gender Equality in Partner Countries*. Stockholm: Swedish Agency for International Development.
- MMAS (n.d). *Guião para a Introdução do Género no Orçamento do Estado* Maputo: Ministério da Mulher e Acção Social.
- Moore, Henrietta L. (1994). *A Passion for Difference*. London: Polity Press.
- Morrell, Robert (2001). 'The Times of Change: Men and Masculinity in South Africa'. In: R. Morrell (ed.) *Changing Men in Southern Africa*. Pietermaritzburg, South Africa: University of Natal Press, pp.3-37.
- Morrison, Andrew, Dhushyanth Raju, et al. (2007). *Gender Equality, Poverty and Economic Growth. Policy Research Working Paper 4349*. Washington: The World Bank Vol. The World Bank.
- Moser, Caroline (2005). *An Introduction to Gender Audit Methodology: Its design and implementation in DFID Malawi*. London: Overseas Development Institute.
- Newitt, Malyn (1995). *A History of Mozambique*. Indiana: Indiana University Press.
- Nordstrom, Carolyn (1997). *A Different Kind of War Story*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- O'Laughlin, Bridget (2007). 'A Bigger Piece of a Very Small Pie: Intra-household Resource Allocation and Poverty Reduction in Africa.' In: *Development and Change* Vol. 38(1) pp.21-44.
- Ortner, Sherry (2006). *Anthropology and Social Theory. Culture, Power and the Acting Subject*. Los Angeles: UCLA University Press.
- Ortner, Sherry B. (1996). *Making Gender. The Politics and Erotics of Culture*. Boston: Beacon Press.
- Osório, Conceição (2001). *Género e Pobreza em Moçambique: Revisão de Literatura: Questões Conceptuais e Género e Vulnerabilidade*. Harare: ILO/SAMAT.
- Pandolfelli, Lauren, Ruth Meinzen-Dick, et al. (2008). 'Gender and Collective Action: Motivation, Effectiveness and Impact.' In: *Journal of International Development* Vol. 20 pp.1-11.
- PAP (2008). *Joint Review: Análise da Pobreza e Sistemas de Monitoria*. Maputo: Programme Aid Partners: (<http://www.pap.org.mz>)
- PAP (2008). *Joint Review: Género*. Maputo: Programme Aid Partners ( <http://www.pap.org.mz>).
- PAP (2008). *Joint Review: Mulher e Acção Social*. Maputo: Programme Aid Partners (<http://www.pap.org.mz>).
- Paulo, Margarida, Carmeliza Rosário, et al. (2007). 'Xiculungo'. *Social Relations of Urban Poverty in Maputo, Mozambique*. CMI Report 2007:13 Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Peronius, Elina (2005). *The significance of High Female Representation in Parliament. A Minor Filed Study about Women's Movement in Mozambique*. Department of Social and Economic Geography Umeå: Umeå University.
- Pfeiffer, J., S. Gloyd, et al. (2001). 'Intra-household Resource Allocation and Child Growth in Mozambique: An Ethnographic Case Study.' In: *Social Science and Medicine* Vol. 53(1) pp.83-97.
- Pontara, Nicola (2001). *Gender and Poverty in Mozambique: A Review of Empirical Literature*. Harare: ILO/SAMAT.
- Preston-Whyte, Eleanor and Christian Rogerson (eds.) (1991). *South Africa's Informal Economy*. Cape Town: Oxford University Press.
- PSI (2005). 'Milking the Cow'. *Young Women's Construction of Identity, Gender, Power and Risk in Transactional and Cross-Generational Sexual Relationships*. Maputo: Population Services International.
- Quisumbing, Agnes and Bonnie McClafferty (2003). *Using Gender Research in Development*. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.

- Quisumbing, Agnes R. (ed.) (2003). *Household Decisions, Gender, and Development*. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- Ribeiro, Marlen Isabel Monteiro (2003). *Género: Entre Conceito e Realidades. Uma Abordagem ao Contexto Moçambicano* Tese de Licenciatura em Antropologia. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais.
- Rocha, Mercedes Gonzalez de la (2007). 'The Construction of the Myth of Survival.' In: *Development and Change* Vol. 38(1) pp.45-66.
- Rosário, Carmeliza (2008). *Desperate Co-Wives. The Illegality of Polygamy in the New Mozambican Family Law*. Master thesis, Department of Social Anthropology. Bergen: University of Bergen.
- Rosário, Carmeliza, Inge Tvedten, et al. (2008). *Social Relations of Rural-Urban Poverty in Central Mozambique*. CMI Report Forthcoming 2008. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Saide, Momade Amisse (2001). *Relações de Género na Gestão Comunitária de Recursos Florestais no Distrito de Matutuíne – Comunidade de Djavula* Tese de Licenciatura em Antropologia. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais.
- SARDC (2005). *Beyond Inequalities 2005. Women in Mozambique*. Harare: Southern African Research and Documentation Centre.
- Sender, John and Carlos Oya (2007). *Divorced, Separated and Widowed Female Workers in Rural Mozambique*. ASC Working Paper 70/2007. Leiden: Africa Study Centre.
- Sheldon, Kathleen E. (1998). 'I Studied with the Nuns, Learning to Make Blouses': Gender Ideology and Colonial Education in Mozambique.' In: *The International Journal of African Historical Studies* Vol. 31(3) pp.595-625.
- Sheldon, Kathleen E. (2002). *Pounders of Grain: A History of Women, Work and Politics in Mozambique*. Portsmouth: N.H.: Heinemann.
- Sheldon, Kathleen E. (2003). 'Markets and Gardens: Placing Women in the History of Urban Mozambique.' In: *Canadian Journal of African Studies* Vol. 37(2-3) pp.358-395.
- SIDA (2005). *Promoting Gender Equality in Development Cooperation*. Stockholm: Swedish International Development Authority.
- Silva, Teresa Cruz e, Ximena Andrarde, et al. (2007). *Representations and Practises of Sexuality among Youth, and the Feminisation of AIDS in Mozambique*. Maputo: Women and Law in Southern Africa (WLSA).
- Simler, K.R., and V. Nhate (2005). *Poverty, Inequality and Geographic Targeting. Evidence from Small-Area Estimates in Mozambique*. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- Stoler, A.L. (1995). *Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things*. Durham/London: Duke University Press.
- Tsabete, Sérgio Absalão (2004). *Relações de Género e Estratégias de Segurança Alimentar e Nutrição no Distrito de Magude – O Caso da Povoação de Mahel-Sede* Tese de Licenciatura em Antropologia. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais.
- Tvedten, Inge (2008). 'As Long as They Don't Bury Me Here'. *Social Relations of Poverty in a Southern African Shantytown*. Doctoral Thesis, Department of Social Anthropology: University of Cape Town.
- Tvedten, Inge, Margarida Paulo, et al. (2006). 'Opitanha'. *Social Relations of Rural Poverty in Northern Mozambique*. CMI Report 2006:16. Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute.
- UD (2007). *På like vilkår: Kvinneres rettigheter og likestilling i utviklingspolitikken*. St.meld.nr. 11 (2007-2008). Oslo: Det kongelige norske utenriksdepartement.
- UD (2008). *Handlingsplan for kvinners rettigheter og likestilling i utviklingsarbeidet*. Oslo: Utenriksdepartementet.
- UEM (1996). *Women and Law in Southern Africa Research Project: Right to Succession and Inheritance*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos.

- UN-DAW (2008). *www.un.org/womenwatch/daw/*. Washington: UN Division for the Advancement of Women.
- UNDP (2001). *National Human Development Report 2001: Mozambique. Gender, Women and Human Development. An Agenda for the Future*. Maputo: UNDP.
- UNDP (2007). *National Human Development Report 2007, Mozambique: Challenges and Opportunities. The Response to HIV and AIDS*. Maputo: United Nations Development Programme.
- UNFPA (2006). *Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher em Moçambique*. Maputo: United Nations Population Fund (UNFPA).
- UNICEF (2006). *Childhood Poverty in Mozambique. A Situation and Trends Analysis*. Maputo: UNICEF.
- UNIFEM (2006). *Gender Budgeting in Mozambique. Bi-Annual Bulletin No. 2*. Maputo: UNIFEM.
- UN-MDG (2008). *UN Millennium Goals: www.un.org/millenniumgoals/stats.shtml*.
- Urdang, Stephanie (1989). *And Still They Dance. Women, War and the Struggle for Change in Mozambique*. London: Earthscan Publications.
- Vletter, F. de (1996). *Study on the Informal Sector in Mozambique (Maputo and Sofala) (Mimeo)*. Maputo: Ministry of Planning and Finance, Poverty Alleviation Unit.
- Vletter, Fion de (2001). *Microfinanças em Moçambique: Estarão os Doadores a Promover a Feminização da Pobreza?*. Harare: ILO/SAMAT.
- Waterhouse, Rachel and Charlie Sever (2006). *Gender Mainstreaming in Development Cooperation Ireland. Country Strategy Paper*. Dublin: Irish Aid.
- Whitehead, Ann, A. Cornwall, et al. (2006). *Feminisms and Development: Contradictions, Contestations and Challenges*. London: Zed Press.
- WLSA/Mozambique (2008). *Various Texts on Sexual Abuse in 'Outras Vozes'*. *www.wlsa.org.mz/*. Maputo: Women and Law in Southern Africa.
- WLSA/Mozambique (2008). *Various texts on the Mozambican Family Law* *www.wlsa.org.mz/*. Maputo: Women and Law in Southern Africa.
- World-Bank (2006). *Gender Equality as Smart Economics: A World Bank Group Gender Action Plan (2007-10)*. Washington D.C.: The World Bank.
- World-Bank (2006). *GenderStats. Database on Gender Statistics*: World Bank
- World-Bank (2007). *Beating The Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy. A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment* Washington D.C: The World Bank.
- Aasen, Berit et.al (2005). *Evaluation of the 'Strategy for Women and Gender Equality in [Norwegian] Development Cooperation 1997-2005'*. Oslo: Norwegian Institute for Urban and Regional Research (NIBR).



**CMI**

Chr. Michelsen Institute

Bergen, Norway

Tel: +47 55 57 40 00

Fax: +47 55 57 41 66

[cmi@cmi.no](mailto:cmi@cmi.no)

[www.cmi.no](http://www.cmi.no)

## RESUMO

Este estudo é o primeiro de uma série de três sobre políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique, a realizar no período 2008–2010. Os estudos combinam uma avaliação crítica das políticas do actual governo e dos doadores com uma avaliação da tese de uma feminização da pobreza no país. O nosso principal argumento neste relatório é que a recente 'integração' ou 'essencialização' das políticas de género, grandemente impulsionada pelas agendas internacionais, implica o risco de desenhar políticas que não têm relação com a realidade nacional, económica e sócio-cultural. As relações de género são essencialmente constituídas socialmente e serão entendidas diferentemente e terão diferentes expressões em diferentes cenários sócio-culturais. Além disso, embora as diferenças nas condições materiais de rendimento e bens, entre homens e mulheres, sejam uma parte importante da feminização da pobreza em curso em Moçambique, esta também envolve questões relacionadas com a falta de voz activa e de poder em relação às instituições da sociedade e do estado, vulnerabilidade perante situações adversas e a capacidade de as enfrentar através de relações sociais e das instituições legais.

Versão impressa: ISBN 978-82-8062-337-9  
Versão electrónica: ISBN 978-82-8062-338-6

O Instituto Chr Michelsen é um centro independente de pesquisa em desenvolvimento internacional e políticas públicas com foco em países pobres. O Instituto conduz pesquisa básica e aplicada, nas áreas temáticas de direitos humanos, redução de pobreza, reforma do setor público, resolução de conflitos e manutenção de paz. Enfoque geográfico é dado a África do Norte e Sub-sahariana, Oriente Médio, Ásia Central e Sudeste Asiático, e América Latina.

A pesquisa realizada pelo CMI tem como objetivo informar e influenciar políticas públicas assim como contribuir para o debate sobre desenvolvimento internacional. O CMI trabalha com uma vasta rede de pesquisadores parceiros e em estreita cooperação com pesquisadores no Sul.